



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC

# **PATRIMÔNIO CULTURAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR:**

*DEFESA E PRESERVAÇÃO DO CASARÃO DA VÁRZEA  
(RECIFE – PE)*

*DENIS ALVES FEITOSA*

*UNIRIO/MAST - RJ, março de 2022.*



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC

# **PATRIMÔNIO CULTURAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR: DEFESA E PRESERVAÇÃO DO CASARÃO DA VÁRZEA (RECIFE – PE)**

*por*

**Denis Alves Feitosa,**

*Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio*

*Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Dissertação de **Mestrado Interinstitucional MINTER** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio, no âmbito do Acordo de Cooperação firmado entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Orientador: Professor(a) Doutor(a) Luiz Carlos Borges

*UNIRIO/MAST - RJ, março de 2022.*

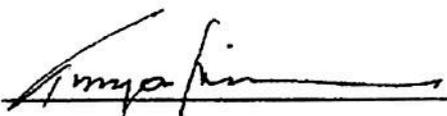
**FOLHA DE APROVAÇÃO**

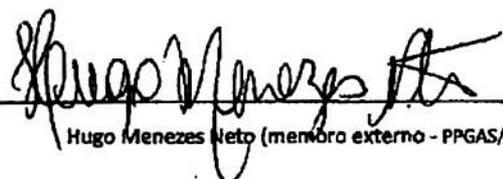
**PATRIMÔNIO CULTURAL E PARTICIPAÇÃO  
POPULAR:**

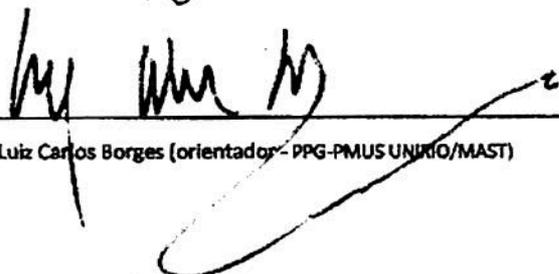
**Defesa e Preservação do Casarão da Várzea (Recife-PE)**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

***Aprovada por***

Profa. Dra.   
Teresa Cristina Moletta Scheiner (interno - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof. Dr.   
Hugo Menezes Neto (membro externo - PPGAS/UFPE)

Prof. Dr.   
Luiz Carlos Borges (orientador - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

*Recife, março de 2022*

## Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

m211      Feitosa, Denis Alves  
            Patrimônio Cultural e Participação Popular: defesa  
            e preservação do Casarão da Várzea (Recife-PE) /  
            Denis Alves Feitosa. -- Rio de Janeiro, 2022.  
  
            135  
  
            Orientador: Luiz Carlos Borges.  
  
            1. Patrimônio Cultural. 2. Participação Popular.  
            3. Casa Histórica. 4. Patrimonialização. 5.  
            Preservação. I. Borges, Luiz Carlos, orient. II.

## DEDICATÓRIAS

A Seu Pedro Silveira, morador e artista da Várzea (In memoriam)

## AGRADECIMENTOS

Presto meus agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização desta pesquisa direta e indiretamente.

Registro a contribuição de todos os interlocutores que com seus conhecimentos sobre a história da Várzea me ajudaram a concluir este trabalho.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Carlos Borges, que com leituras cuidadosas e críticas pertinentes me ajudou a conduzir este trabalho com a criticidade necessária que este tema suscita. Sua argumentação certa transformou a escrita dessa dissertação num processo dialógico, de forma textual construímos um diálogo que enriqueceu demais as análises aqui expostas.

As contribuições da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tereza Scheiner também foram valiosas para este trabalho. Suas sugestões me auxiliaram na readequação da dissertação, bem como na ampliação dos conceitos teóricos que enriqueceram bastante o texto desta dissertação.

De grande valia também foram as contribuições do Prof. Dr. Hugo Menezes Neto que fez observações importantes, seu olhar antropológico me ajudou a refletir sobre como observar e analisar os sujeitos envolvidos nesta pesquisa, inclusive o meu papel dentro desse processo pois sou morador e participo ativamente da vida cotidiana do bairro.

Agradeço ao apoio dos professores Emanuela Ribeiro e Bruno Araújo que tornaram mais leve e suave a realização deste Mestrado em pleno processo de pandemia.

Aos professores e professoras da UFPE e da UNIRIO/MAST que concretizam a ideia de formação acadêmica para os servidores da UFPE na área da Museologia e Patrimônio.

Deixo aqui meus agradecimentos ao Prof. Eduardo Sarmiento que semeou a ideia inicial desta pesquisa me fazendo refletir sobre o processo de ocupação e preservação do Casarão da Várzea. A indicação de leitura do seu trabalho sobre o Ocupe Estelita norteou minhas reflexões sobre a importância da preservação do patrimônio cultural da Várzea, em particular do Casarão.

Meus votos de estimas a todos da turma MINTER, a forma como nos unimos durante o mestrado foi fundamental para concretização deste trabalho.

Agradeço a minha família que prestou todo o apoio e compreendeu minhas ansiedades e me motivaram a concluir a pesquisa.

## **RESUMO**

FEITOSA, Denis Alves. **Patrimônio Cultural e Participação Popular**: defesa e preservação do Casarão da Várzea (Recife-PE). Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Borges UNIRIO/MAST. 2022. Dissertação.

Esta pesquisa busca analisar as formas de participação popular no processo de preservação e defesa do Casarão da Várzea, em Recife-Pernambuco, bem como os diferentes usos do espaço, sob a forma de manifestações culturais. Este imóvel está situado no Sítio Histórico Praça da Várzea, o bairro é oriundo de um povoado que surgiu no século XVI. O Casarão é um chalé, de estilo arquitetônico eclético de influência inglesa de dois pavimentos, construído em 1905. Este imóvel é considerado o único representante desse estilo na cidade do Recife. O reconhecimento da importância dessa Casa Histórica por parte da população do bairro, mobilizou ações que buscaram sua preservação. A pesquisa concentrou sua análise a partir de 2016 com o surgimento do Movimento Salve o Casarão da Várzea e nas ações desenvolvidas até o ano 2021. Esta pesquisa utilizou-se do referencial teórico da Museologia e do Patrimônio e enfocou a importância da participação popular na defesa e preservação do patrimônio cultural. Este trabalho fundamenta-se metodologicamente na pesquisa ação, documental e bibliográfica. Além dos documentos oficiais acerca do tema foram analisados os registros das ações dos movimentos sociais e culturais da Várzea, principalmente o Movimento Salve o Casarão da Várzea. As análises se concentraram nos registros em redes sociais das ações dos movimentos sociais e culturais, e acompanhei as atividades realizadas pelos diferentes grupos. Ao analisar o processo de patrimonialização e o movimento em defesa e preservação dessa Casa Histórica, constatou-se a importância da participação popular para a efetividade e efetivação dos direitos culturais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Participação Popular, Casa Histórica, Patrimonialização, Preservação

## ***ABSTRACT***

FEITOSA, Denis Alves. **Cultural Heritage and Popular Participation**: defense and preservation of the House of Várzea (Recife-PE). Supervisor: Prof. Dr. Luiz Carlos Borges UNIRIO/MAST. 2022. Dissertation.

This research seeks to analyze the forms of popular participation in the preservation and defense process of The Várzea Mansion, in Recife-Pernambuco, as well as the different uses of space in the form of cultural manifestations. This property is situated in the Historic Site Praça da Várzea, coming from a village that emerged in the sixteenth century. Casarão is a chalet, of eclectic architectural style of English influence of two floors, built in 1905. This property is considered the only representative of this style in the city of Recife. The recognition of the importance of this Historic House by the population of the neighborhood mobilized actions that sought its preservation. The research concentrated its analysis from 2016 onto the emergence of the Salve o Casarão da Várzea Movement and on the actions developed until the year 2021. This research used the theoretical framework of Museology and heritage and focused on the importance of popular participation in the defense and preservation of cultural heritage. This work is methodologically based on action, documentary and bibliographic research. In addition to the official documents on the subject, we analyzed the records of the actions of the social and cultural movements of Várzea, especially the Salve o Casarão da Várzea Movement. The analyses focused on the records in social networks of the actions of social and cultural movements, and I followed the activities performed by the different groups. When analyzing the patrimonialization process and the movement in defense and preservation of this Historic House, we contacted the importance of popular participation for the effectiveness and effectiveness of cultural rights.

Keywords: Cultural Heritage; Popular Participation, Historic House, Heritage, Preservation.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:**

**CFCH** – Centro Filosofia e Ciências Humanas

**CREMEPE** – Conselho de Medicina de Pernambuco

**DPPC** – Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural

**DPSH** – Diretoria de Preservação de Sítios Históricos

**EMLURB** – Empresa de Limpeza Urbana

**FUNDAJ** – Fundação Joaquim Nabuco

**FUNDARPE** – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

**IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus

**ICOFAM LAM** – Organização Regional do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM) para a América Latina e Caribe

**ICOM** – Conselho Internacional de Museus

**ICOMOS** – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

**IEP** – Imóveis de Preservação Especial

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MAST** – Museu de Astronomia e Ciências Afins

**MINTER** – Mestrado Interinstitucional

**MCV** – Movimento Cultural da Várzea

**MPPE** – Ministério Público do Estado de Pernambuco

**MSCV** – Movimento Salve o Casarão da Várzea

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PCR** – Prefeitura da Cidade do Recife

**PNEM** – Política Nacional de Educação Museal

**SPA** – Setor de Preservação Ambiental

**SPHAN** – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**SPR** – Setor de Preservação Rigorosa

**TIC** – Tecnologia da Comunicação e Informação

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNIRIO** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**ZEIS** – Zona Especial de Interesse Social

**ZEPA** - Zona Especial de Preservação Ambiental

**ZEPH**– Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
Figura 01 – Mapa de localização da Várzea	10
Figura 02 – Mapa da Várzea	12
Figura 03 – Mapa dos engenhos da Várzea do Capibaribe	14
Figura 04 – Conjunto escultórico - João Fernandes Vieira e escravo (Sítio Arqueológico-UFPE)	16
Figura 05 – Casa Grande de João Fernandes Viera (demolida com a chegada da UFPE)	16
Figura 06 – Ponte da Caxangá e local de banho (Sec. XIX)	19
Figura 07 – Mapa da Estrada de Caxangá	21
Figura 08 – Casas do Arrabalde da Várzea	22
Figura 09 – Igreja Nossa Senhora do Rosário e casa dos padres	22
Figura 10 – Educandário Magalhães Bastos	23
Figura 11 – Usina São João da Várzea	25
Figura 12 – Casa de Brennand	26
Figura 13 – Ponte de ferro (divisa dos Engenhos São João e Cosme e Damião)	26
Figura 14 – Usina Engenho do Meio	27
Figura 15 – Cerâmica São João da Várzea	28
Figura 16 – Instituto Oficina Francisco Brennand	29
Figura 17 – Instituto Ricardo Brennand (museu e castelo)	30
Figura 18 – Estrada de acesso ao Instituto Francisco Brennand e da reserva florestal São João da Várzea	31
Figura 19 – Arrabalde da Várzea	33
Figura 20 – Estação Várzea - Bonde na Praça da Várzea	33
Figura 21 – A Praça e o Casarão da Várzea	34
Figura 22 – Igreja Nossa Senhora do Livramento	35
Figura 23 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	36
Figura 24 – Casarão da Várzea – antigo Hospital Magitot	37
Figura 25 – Rua da Feira/trecho da Rua Azeredo Coutinho	40
Figura 26 – Barraca da Arte - Rua da Feira	41
Figura 27 – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE	42
Figura 28 – Festa no Arruado Engenho Velho no campus da UFPE	43
Figura 29 – Festa no Arruado do Engenho Velho	44
Figura 30 – Casarão da Várzea	46
Figura 31 – Mapa do Casarão da Várzea e do seu entorno	62
Figura 32 – Praça da Várzea	63
Figura 33 – Parada de ônibus da Praça da Várzea	64

Figura 34 – Feira Agroecológica/prédio da Escola Cândido Duarte (Sec. XIX)/barracas de comerciantes	64
Figura 35 – A Praça e o Casarão da Várzea	66
Figura 36 – Praça da Várzea e seu entorno	67
Figura 37 – Maracatu Real da Várzea/Aniversário 2021	67
Figura 38 - Zé Lasca Vara (coquista), músicos e feirantes	70
Figura 39 – Maracatu Real da Várzea no coreto da Praça da Várzea/Aniversário 2021	70
Figura 40 – Bloco Carnavalesco E Eu?	71
Figura 41 – Fachadas do Casarão e barracas de comerciantes	73
Figura 42 – Igreja Presbiteriana da Praça da Várzea	74
Figura 43 – Fachada lateral Casarão/Hospital Magitot	77
Figura 44 – Mapa de localização do Casarão da Várzea	86
Figura 45 – Movimento Salve Casarão da Várzea	87
Figura 46 – Limpeza do Casarão da Várzea pela EMLURB	89
Figura 47 - Limpeza do Casarão da Várzea pela EMLURB	89
Figura 48 – Mutirão do MSCV	90
Figura 49 – Rádio Magitot	90
Figura 50 – Rádio Magitot	91
Figura 51 – Mutirão do MSCV	91
Figura 52 – Mutirão do MSCV	92
Figura 53 – Casa no quintal do Casarão	92
Figura 54 – Piso da casa demolida	93
Figura 55 – Bingo no Casarão da Várzea	93
Figura 56 – Convite para mutirão	95
Figura 57 – Placa de construção da Feira Livre da Várzea	95
Figura 58 – Ocupação do Casarão	97
Figura 59 – Reunião do movimento agroecológico do Casarão da Várzea	97
Figura 60 – Reunião do MST no Casarão	98
Figura 61 – Militante do MST no mutirão do Casarão da Várzea	98
Figura 62 – Ações no Casarão da Várzea e convocação para participar da plenária geral: Qual é o projeto de casarão que queremos?	99
Figura 63 – Reunião no Casarão com político, professor da UFPE, advogado do bairro, gestores da Prefeitura e militantes do MSCV	100
Figura 64 – Cartaz de divulgação de evento Maracagitot no Casarão da Várzea	101
Figura 65 - Estandarte da Bandeira de São João	102
Figura 66 – Dudu do Corte no Casarão	102
Figura 67 – Distribuição de cestas básicas durante a pandemia Covid 19 no Casarão	103
Figura 68 – Sopão no Casarão durante a pandemia da Covid 19	103

Figura 69 - Projeto arquitetônico de restauração do Casarão da Várzea e do Mercado Público Cultural	105
Figura 70 – Evento promovido pelos artistas e comerciantes da Rua da Feira	107
Figura 71 - Evento promovido pelos artistas e comerciantes da Rua da Feira	107
Figura 72 – Barracas da Rua da Feira - Barbearia de Dudu do Corte/Barraca de Frutas e Ervas	108
Figura 73 – Reconhecimento do patrimônio educacional	112
Figura 74 – Exposição ao ar livre do livro Várzea: lembranças de um tempo que se foi	113
Figura 75 – Mensagem escrita na parade do Casarão	113

# SUMÁRIO

	Pág.
<i>INTRODUÇÃO</i>	1
<i>Cap. 1 A VÁRZEA E SEU PATRIMÔNIO</i>	09
1.1 – A VÁRZEA: SUA HISTÓRIA E SEU PATRIMÔNIO	10
1.2 – ORIGEM E FORMAÇÃO	13
1.3 – O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA VÁRZEA: AS FÁBRICAS E AS VILAS OPERÁRIAS	24
1.4 – A PRAÇA, O CASARÃO DA VÁRZEA E O SEU ENTORNO	32
1.5 – A CHEGADA DA UFPE	41
1.6 – O CASARÃO DA VÁRZEA: UMA CASA HISTÓRICA	45
<i>Cap. 2 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CASARÃO DA VÁRZEA E DO SEU ENTORNO</i>	49
2.1 – A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTEGRAL DA VÁRZEA	50
2.2 – A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DA VÁRZEA	60
2.3 – A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CASARÃO DA VÁRZEA – ANTIGO HISPITAL MAGITOT	72
<i>Cap. 3 O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO CASARÃO DA VÁRZEA E DO SEU ENTORNO</i>	
3.1 - CASARÃO DA VÁRZEA: PATRIMÔNIO CULTURAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR	86
3.2 - O CASARÃO DA VÁRZEA COMO LUGAR DE MEMÓRIA	109
3.3 – PROPOSTA DE MUSEALIZAÇÃO DO CASARÃO VÁRZEA COMO MUSEU COMUNITÁRIO	114
<i>CONCLUSÕES</i>	124

REFERÊNCIAS

# INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o bairro da Várzea tem passado por um intenso processo de urbanização, fato que tem afetado o seu patrimônio ambiental urbano. Devido às ações de intervenções urbanísticas e de especulação imobiliária, observa-se que, para a construção dos edifícios e dos empreendimentos empresariais, houve a demolição de diversos casarões. Esse processo de verticalização, além de algumas intervenções urbanísticas realizadas pela Prefeitura da Cidade do Recife no sítio histórico, tem mobilizado a população do bairro em torno das ações de defesa e preservação do seu patrimônio cultural.

Esta pesquisa busca analisar as formas de participação popular no processo de preservação e defesa do Casarão da Várzea, em Recife-Pernambuco, bem como os diferentes usos do espaço, sob a forma de manifestações culturais. Situado na Praça da Várzea o Casarão é um chalé, de estilo arquitetônico eclético de influência inglesa de dois pavimentos, foi construído em 1905 para servir de moradia para a família do médico Paulo Correia de Araújo; posteriormente pertenceu ao casal conhecido por Seu Pontual e Dona Alice. No início dos anos 1960 foi transformado no Hospital Odontológico Magitot. Em 1986, abrigou o comitê eleitoral de Miguel Arraes, então candidato ao governo do estado de Pernambuco. Este imóvel é considerado o único representante desse estilo na cidade do Recife (SILVA SOBRINHO, 2012).

Este trabalho visa contribuir para a produção acadêmica com a elaboração de pesquisa, desenvolvida no âmbito do Curso de Mestrado Interinstitucional em Museologia e Patrimônio – MINTER, do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO/MAST/UFPE, sobre as formas de participação popular em prol da defesa e preservação do Casarão da Várzea e os usos e a apropriação simbólica dos espaços públicos pelas manifestações culturais e pelas comunidades locais. O interesse pelo tema surgiu por verificar a necessidade de compreender o processo de patrimonialização do Casarão da Várzea e a sua apropriação como espaço cultural pelos movimentos sociais e culturais.

Nas últimas décadas do século XX, a Prefeitura elaborou leis que tratam do uso e ocupação do solo e da preservação de sítios históricos da cidade do Recife. A cidade do Recife foi dividida em 33 Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPH) e conta com 262 imóveis especiais de preservação (IEP) localizados em seus sítios históricos.

A Várzea é constituída por duas ZEPH e oito IEP. As ZEPH são áreas formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados de expressão artística, cultural, histórica, arqueológica ou paisagística, considerados representativos da memória arquitetônica,

paisagística e urbanística da cidade. Os IEP são exemplares isolados de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico ou cultural da cidade do Recife. De acordo com o estabelecido pelas legislações federal e municipal, essa proteção é dever do município e da comunidade. As ações de preservações estão preconizadas no Plano Diretor da Cidade do Recife.

A Várzea é um bairro de vida associativa e com grande efervescência cultural. Suas festas de carnaval, juninas, festival de inverno, festas de fim de ano, festas religiosas, são exemplos de atividades culturais realizadas tanto pelos poderes públicos como também por grupos de moradores e/ou grupos culturais, coletivos políticos. Estas manifestações culturais são realizadas no sítio histórico, principalmente na Praça Pinto Dâmaso ou Praça da Várzea, e na 'rua da feira', como é popularmente conhecido o trecho da Rua Azeredo Coutinho, local onde funciona a feira livre com barracas fixas onde são vendidas frutas, verduras, ervas e temperos; e onde também funcionam diversos estabelecimentos comerciais. Essa rua é conhecida também por ser ponto de encontro de poetas, músicos, professores, estudantes, comerciantes moradores do bairro e visitantes.

A relação afetiva da população com o patrimônio do bairro pode ser percebida pelas declarações de afeto. É comum ouvir expressões como: 'Eu amo a Várzea', 'a Várzea é massa', 'Salve o Casarão da Várzea', ditas pelos seus moradores e moradoras, as quais demonstram um sentimento de amor pelo bairro.

A luta pela defesa e preservação do Casarão da Várzea partiu das reivindicações dos moradores junto à Associação dos Moradores da Várzea e de profissionais de instituições responsáveis pelo patrimônio cultural do Estado de Pernambuco. Assim, em 2008, a arquiteta Terezinha Nunes, presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e professora do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) elaborou um projeto arquitetônico junto aos alunos de Arquitetura e Urbanismo para transformar o Casarão num centro cultural que seria executado pela UFPE em parceria com a Prefeitura do Recife, mas este projeto não foi executado por divergências políticas.

Um novo processo foi aberto em 2012 junto ao DPPC para nova avaliação do Casarão, e em 2015 foi classificado como imóvel de preservação especial (IEP) nº 157 – antigo hospital Magitot, devido à pressão popular e pela sua importância para o patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade do Recife. O Casarão da Várzea foi patrimonializado pela Prefeitura, através de sua Diretoria de Preservação de Patrimônio Cultural (DPPC), e reconhecido como Imóvel Especial de Preservação (IEP) pelo Decreto nº 28.822/2015. Este imóvel faz parte do

Setor de Preservação Ambiental da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH 07 – Praça da Várzea.

No dia 1 de agosto de 2015, o jornal Diário de Pernambuco publicou matéria intitulada “Chalé de 110 anos será restaurado na Várzea”, informando que a Prefeitura construirá um mercado público na área externa do referido chalé para abrigar os comerciantes informais do seu entorno, além de uma intervenção no imóvel, cuja finalidade ainda se encontra em discussão. O projeto de restauro será realizado pela DPPC que indicará as possibilidades de usos do chalé depois de reformado (VASCONCELOS, 2015).

No início de 2016, vem à tona o movimento comunitário denominado Salve o Casarão da Várzea, composto por moradores, vendedores ambulantes, comerciantes locais, artistas, estudantes e outros representantes de movimentos sociais do bairro, que deram continuidade à luta pela preservação do patrimônio cultural local.

A transformação do espaço em mercado público é tema polêmico para população e urbanistas. Não houve consenso quanto ao projeto apresentado pela Prefeitura e integrantes do Movimento Salve Casarão da Várzea entraram com ação na justiça, para que, além do mercado público, o projeto inserisse o restauro do Casarão; e que as decisões tomadas contassem com a participação dos moradores.

No segundo semestre de 2016, o Movimento Salve o Casarão da Várzea, em parceria com o Coletivo Arquitetura, Urbanismo e Sociedade, convocou moradores e comerciantes para participar de uma reunião aberta que teve por objetivo discutir as intervenções de preservação e revitalização do Casarão da Várzea e de seu uso como um espaço de cultura e educação, e não apenas como um espaço de comercialização de produtos.

Uma das ações resultantes dessa reunião foi a realização de mutirões de limpeza do terreno do Casarão. Esses mutirões foram realizados nos finais de semana, e contavam com a colaboração de moradores do bairro e comerciantes do entorno do prédio. Nas primeiras reuniões, o número de participantes era pequeno, mas foi aumentado e passou a contar com a participação de estudantes e professores da UFPE.

Com o início da construção do mercado público (pátio da feira livre), em 21 setembro de 2016, a empresa contratada pela prefeitura cercou o Casarão e o portal de entrada com folhas de madeirite e demoliu parte do muro do lado direito para entrada de materiais e maquinários. No entanto, ao iniciar a demolição da torre da caixa d'água, militantes do movimento Salve o Casarão intervieram na obra, impedindo a sua continuidade. Os militantes ocuparam o pátio externo do imóvel com um acampamento e acionaram o Ministério Público que, por sua vez, embargou a obra.

A ocupação do imóvel pelo movimento Salve o Casarão ocorreu no dia 28 de setembro de 2016 e durou cerca de um mês, teve o apoio de parte dos comerciantes e de outros movimentos sociais e da classe artística e intelectual. Daí resultou a realização de ações de usos do espaço com atividades culturais, dentre as quais se destacam a instalação da Radio Magitot, a geladeira biblioteca, o cine paredão, a implantação de uma horta agroecológica, espaço para capoeira e apresentações das manifestações culturais do bairro.

Após as eleições de 2016, foi realizada uma audiência pública no Casarão da Várzea com o tema: “A Revitalização do Casarão da Várzea e a Construção do Mercado Público”, com a participação de comerciantes, militantes, moradores e vereadores de partidos que representavam o apoio e a oposição à PCR. Esta audiência, todavia, terminou sem que se houvesse chegado a uma decisão. O Estatuto da Cidade, em seu Art. 40, afirma que o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal e deve promover audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade (BRASIL, Lei Nº 10.257/2001).

Apesar desse impasse, os comerciantes do entorno do Casarão se organizaram com o objetivo de promover eventos em parceria com os artistas locais para o fortalecimento do comércio e das atividades culturais. A rua e o Casarão, a Praça Pinto Dâmaso e o Pátio da Igreja Matriz são usados como espaço de lazer pelos moradores, estudantes, professores, funcionários públicos. Algumas ações realizadas pelo Movimento Salve o Casarão foram realizadas com o apoio da Prefeitura e dos comerciantes da Rua da Feira.

No final do ano de 2020, a Justiça deu ganho de causa ao movimento e determinou que a Prefeitura apresentasse no prazo 120 dias o projeto arquitetônico de restauro - e, em 24 meses, a execução da obra. Para compreender as relações existentes no Casarão da Várzea e seu entorno é relevante refletir sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano, compreendido como um fato social, produto de uma sociedade específica, e que só na prática social pode ser apreendido (MENESES, 1987).

Diante desse contexto, percebe-se a importância de se realizar formas de gestão compartilhadas do patrimônio cultural, valorizando a sua inserção na vida urbana e equacionando em termos práticos e de modo efetivo o preceito constitucional de responsabilidades concorrentes entre sociedade civil e as esferas federal, estadual e municipal do poder público (ARANTES, 2006).

Dessa forma, faz-se necessária a participação da sociedade civil e a adoção de medidas de proteção, além de ter clareza quanto aos usos sociais do patrimônio. Esses usos “correspondem aos modos socialmente construídos pela participação da sociedade na

identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identificação” (ZANIRATO, 2009, p. 139).

Para contribuir com a preservação do Casarão o Movimento Salve o Casarão da Várzea e o Movimento Cultural da Várzea continuaram fazendo uso do espaço e promoveram diversas ações: oficina do patrimônio cultural, exposição de ciências, contação de histórias, ações agroecológicas, promoção e difusão das manifestações locais e de outras comunidades.

De 2016 a início de 2020, diversos grupos culturais locais realizaram atividades no Casarão e na Rua da Feira. Antes desse período, o espaço público mais utilizado era a Praça Pinto Dâmaso. Estas atividades foram interrompidas com o início da pandemia mundial provocada pelo novo coronavírus.

Com o decorrer da pesquisa, percebe-se que o espaço a ser estudado não se restringiu apenas ao Casarão da Várzea, e sim ao conjunto patrimonial do seu entorno. O Casarão foi patrimonializado pela instância municipal, após anos de reivindicações dos moradores e de grupos organizados. Este imóvel e seu terreno tornaram-se uma arena de disputa política, na qual apresentam-se os interesses divergentes ao projeto de implementação do mercado público.

É de responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Recife, como proprietária do Casarão da Várzea, desenvolver ações que garantam a sua preservação, de acordo com a legislação federal e municipal, e, assim, contribuir para a definição de seus usos, garantindo a participação popular em todas as ações. Para Marilena Chaui (2006) a participação popular nas tomadas de decisões de política cultural e orçamentos públicos é direito de todos os cidadãos e cidadãs, pois é uma forma de garantir o acesso da comunidade à produção cultural; e de poderem manifestar-se no direito à cultura como sujeitos sociais e políticos, para escolherem as formas de cultura que desejam valorizar e criarem outras que promovam o processo cultural.

O Casarão da Várzea, identificado como patrimônio histórico-cultural, tornou-se fonte de informação para diversos trabalhos acadêmicos de extensão e de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação de instituições de ensino em Recife. Essas pesquisas vêm contribuindo para sua promoção e difusão, dentre elas os projetos de extensão: Memória Viva: construção do inventário participativo de bens culturais da Várzea, realizado pelo Laboratório de Educação Patrimonial do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Várzea: memórias e patrimônios, realizado pelo Núcleo de Educação Integral e ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; o trabalho de

conclusão de curso de Arquitetura com o projeto de Restauro do Casarão Várzea, de Rodrigo Cândido; e o trabalho de conclusão de curso de especialização em Museus, Identidades e Comunidades, da Fundação Joaquim Nabuco, intitulado: Quebrando Muros e Construindo Pontes: o Patrimônio e a Museologia Social como possibilidades para fortalecer a relação entre a Escola e a Comunidade, de autoria de Elizama Pereira Messias. Estes são alguns exemplos de ações que proporcionaram a participação popular na identificação do patrimônio do bairro e suas potencialidades.

Assim, o Casarão da Várzea e seu entorno constitui-se um laboratório - e como laboratório, é espaço de ação, pesquisa (problematização e produção de saber), discussão e disputa - propício para a realização de atividades de pesquisa e de extensão em diversas áreas do conhecimento, principalmente nos cursos de arquitetura, museologia e patrimônio, ciências sociais, história, turismo e educação patrimonial e ambiental.

O processo de preservação do Casarão da Várzea e do seu entorno, possibilita a atuação da UFPE e de seus museus. Assim o museólogo da UFPE não será apenas um cientista social, mas também um trabalhador social que poderá utilizar determinados espaços e edificações do sítio histórico da Praça da Várzea, dando a eles usos e funções que não sejam conflitantes para sua preservação. Os museólogos devem pensar na utilização revitalizadora dos espaços urbanos construídos (RÚSSIO, 1984).

Com o avanço das discussões de preservação do patrimônio cultural nos campos da Museologia e do Patrimônio nos últimos anos, a UFPE executou ações para a promoção e preservação do seu patrimônio cultural. Diversos projetos de extensão foram desenvolvidos nos centros acadêmicos. Em 2018, elaborou um documento aprovado pelo seu Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, que trata do funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de artes que realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esta pesquisa tem como eixos teóricos os conceitos de cidadania cultural, desenvolvido pela filósofa Marilena Chaui, e de patrimônio ambiental urbano, abordado por Ulpiano Meneses, Eduardo Yázigi, Antônio Arantes, Garcia Canclini. Estes conceitos subsidiam as políticas públicas voltadas para o urbanismo e a partir deles busca-se compreender o processo de participação popular em prol da defesa e preservação do Casarão e do seu entorno. Para subsidiar as análises são relevantes a utilização dos conceitos de patrimônio cultural e sítio histórico que estão explicitados nas Cartas Patrimoniais, além das legislações municipal, estadual e federal brasileiras.

Ao analisar o processo de patrimonialização do Casarão da Várzea e do seu entorno e seus usos, foi relevante a utilização dos conceitos desenvolvidos pelos autores do campo da Museologia e do Patrimônio e áreas afins dentre eles Regina Abreu (2015), Jean Davallon (2015), Diana Lima (2012), Tereza Scheiner (2004), Choay (2017) e outros.

Esta pesquisa se caracteriza como pesquisa-ação, bibliográfica e documental. Para sua concretização foram realizados levantamentos nas fontes primárias e secundárias ligadas à história do bairro da Várzea e do seu patrimônio cultural - legislação brasileira (nacional, estadual e municipal), documentos patrimoniais (Cartas, Declarações), livros, teses, dissertações, jornais antigos de grande circulação no estado, fotografias, iconografias, mapas.

Foram também utilizados, como fonte, os portais da internet que trazem informações sobre os bens identificados no inventário participativo da Várzea, bem como das instituições que tratam do patrimônio cultural da cidade do Recife, e dos espaços museológicos e instituições educacionais locais. As imagens antigas e atuais do bairro da Várzea constituíram documentos para fundamentar a reconstituição da origem e formação do sítio histórico da Várzea, bem como para identificar o patrimônio cultural e suas transformações ao longo do tempo.

Inicialmente, estava planejada a realização de entrevistas com interlocutores que têm ligações com a luta em prol da defesa e preservação do Casarão, e com o patrimônio cultural identificado pelo inventário participativo dos bens culturais da Várzea e representantes do comércio informal e das instâncias de consagração (Prefeitura e Câmara Municipal), moradores antigos e gestores municipais. Mas, devido a grave crise sanitária global ocasionada pelo novo coronavírus, optamos pela seleção de entrevistas concedidas por estes interlocutores nos meios de comunicação de massa (jornais, canais de televisão e redes sociais (facebook e Instagram)). Outro fato que motivou essa escolha foram as medidas sanitárias impostas por conta da pandemia do coronavírus, que exigiu entre outras coisas o isolamento social.

Entretanto, o fato deste pesquisador ser morador do bairro possibilitou a aproximação e o diálogo com muitos dos interlocutores, nestas conversas obtivemos muitas informações que foram importantes para a concretização desta pesquisa. Desde o surgimento do Movimento Salve Casarão, em 2016, tenho participado das ações promovidas por este. Assim, como das demais atividades realizadas por outros grupos culturais. Também trabalho como assistente em administração na coordenação do curso de Licenciatura em Música da

UFPE, onde mantenho contato com diversos artistas que participam dos eventos realizados no sítio histórico da Várzea.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos o processo de formação histórica do bairro da Várzea no contexto do desenvolvimento urbano da cidade do Recife, e a construção do seu patrimônio ao longo de mais de quatro séculos, esse conjunto caracteriza a Várzea como um museu a céu aberto. No segundo capítulo descrevemos o processo de patrimonialização do Casarão da Várzea e do seu entorno, bem como a apropriação desses espaços por manifestações culturais. Este processo teve início na década de 1990 com a política urbanística da Prefeitura de valorização dos sítios históricos e dos imóveis representativos da arquitetura recifense. No terceiro capítulo abordamos as formas de participação popular e de usos do Casarão da Várzea e do seu entorno pelas manifestações culturais, bem como a possibilidade de musealização do Casarão como Museu Comunitário.

## **CAPÍTULO 1**

# **A VÁRZEA E SEU PATRIMÔNIO**

# 1 A VÁRZEA E SEU PATRIMÔNIO

## 1.1 A Várzea: sua história e seu patrimônio

Situado na Zona Oeste do Recife, encontra-se a Várzea, um bairro bucólico que tem sua origem no início da colonização portuguesa no Brasil, se desenvolveu a partir do cultivo da cana de açúcar e sua história está intimamente ligada a economia canavieira. Ao longo de sua história, passou por diversas transformações em suas dinâmicas histórico-sociais que ocasionaram mudanças em sua paisagem. Um fato bastante representativo que possibilitou essas mudanças foi o surgimento de instituições de ensino como a UFPE e o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), dentre outras. No bairro estão localizados o museu e oficina Francisco Brennand e também o museu e castelo Ricardo Brennand que são referências culturais para o Estado de Pernambuco.

Figura 01: Mapa de localização da Várzea



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/613545149219233586/>

A Várzea tem seu crescimento impactado pela presença da UFPE, o bairro faz parte da Região Político Administrativa 4 (RPA-4) do município do Recife, possui uma área de 22,4 quilômetros quadrados e dista 11,6 quilômetros do marco zero da cidade do Recife. De acordo com o censo de 2010, sua população registra o número de 70.453 habitantes, distribuídos principalmente nas localidades do sítio histórico e seu entorno, nas proximidades da UFPE e

nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do bairro: Rosa Selvagem, Vila Arraes, Brasilit, Sítio Wanderley e Campo do Banco. A Várzea é o último bairro da Zona Oeste do Recife, faz limites com os bairros de Cidade Universitária, Caxangá, Iputinga e Curado e com os municípios de Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata.

A Várzea é o segundo maior bairro em extensão territorial do município, ocupando uma área de aproximadamente 2.260 hectares. É o segundo em número populacional da cidade e o segundo em número de violência da Zona Oeste. É bastante arborizada, cortada pelo rio Capibaribe, não apresentava muitos edifícios, a maioria das construções é constituída por casas. Todavia, observa-se o crescimento do processo de verticalização do bairro que tem acontecido devido ao aumento do interesse do mercado imobiliário, o que tem causado modificações na paisagem urbana.

O bairro é atendido por um sistema de transporte público integrado com os bairros da Caxangá, Cidade Universitária, Barro, Macaxeira, e já foi integrado com o município de Camaragibe. O terminal rodoviário de passageiros foi transferido do bairro de Santo Antônio para o bairro da Várzea em 1986, no extremo das terras do Engenho do São João. Em 2013, foi construída a estação de metrô Santos Cosme e Damião, no extremo das terras do Engenho Santos Cosme e Damião, fronteiras com os municípios de Camaragibe e São Lourenço da Mata. Esta construção fez parte das obras realizadas para a Copa do Mundo de 2014.

O comércio local tem apresentado um considerável crescimento. Observa-se um aumento no número de estabelecimentos e atividades formais e informais que estão surgindo nas principais vias de mobilidade do bairro, na Praça da Várzea e em seu entorno. A atividade comercial é realizada pela população local que busca um meio de adquirir renda para o sustento de suas famílias. Há também, nas quintas-feiras, a feira da Sulanca, onde se vendem produtos de vestuário, e que se encontra localizada numa rua próxima à praça principal, umas das principais via de comunicação do bairro.

Nos últimos anos, a divulgação dos espaços culturais da Várzea tem provocado a expansão dos empreendimentos imobiliários específicos para estudantes e professores, bem como para os novos ricos ou outros públicos que buscam moradias próximo à UFPE ou aos museus dos Brennand. A Várzea é palco de diversas atividades culturais que são realizadas tanto em espaços públicos como privados. A Praça da Várzea tem uma área de 6.647,02 m<sup>2</sup>, e é considerada o principal palco para atividades artísticas e culturais para a população recifense. Outros locais também têm essa mesma função, entre eles destacamos: a Rua da Feira, o Pátio das Igrejas, o Espaço São Salomão, o museu e castelo Ricardo Brennand, a oficina e o museu Francisco Brennand.

A mata é também um espaço utilizado pelos moradores e visitantes para lazer. Neste local existiam as vilas de operários das fábricas do grupo Brennand, além do clube de operários e os campos de futebol. Essas construções estão em ruínas e há uma especulação em torno de uma possível construção de condomínios de luxo. Possui, ainda, uma pequena cachoeira, denominada Cachoeira da Amizade, que é protegida e preservada não apenas pelo grupo Brennand, mas também pelos moradores e pelo grupo de brincantes Boi da Mata, que realiza atividades de educação ambiental e patrimonial no local. Este grupo reside próximo à entrada do caminho da bica na localidade denominada UR-07 Várzea, situada na margem esquerda do rio Capibaribe.

Figura 02: Mapa da Várzea



Fonte: <https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2005>

A expansão urbana no entorno da mata pode ser verificada com a ocupação das áreas de morro na localidade de UR-07 – Várzea. Uma área que se destaca é a localidade Rosa Selvagem, reconhecida pela Prefeitura da Cidade do Recife como Zona Especial de Interesse Social. As ocupações dessa região trouxeram um impacto ecológico com a poluição causada pelos dejetos de esgoto e de lixo doméstico despejados diretamente na mata.

A trajetória do bairro da Várzea pode ser compreendida pelos seus aspectos sociais, econômicos e culturais, ou seja, pela sua cultura incorporada nos cidadãos e cidadãs que demonstram um sentimento de pertencimento. Segundo Chauí (2006), a cultura pode ser entendida pelas diversas formas de expressão, ou seja, pela arquitetura, pela música, pela poesia, pelo teatro, pela gastronomia e outras expressões. Através de suas manifestações

culturais, a população expressa seus valores, seus ideais e as vivências dos diferentes grupos sociais de modo a perpetuar sua história e sua memória.

## **1.2 Origem e Formação**

O processo inicial de colonização do Brasil pela Coroa Portuguesa se deu através do estabelecimento das Capitânicas Hereditárias a partir de 1530. A capitania de Pernambuco foi doada a Duarte Coelho em 1534, este fez doações de terras em sesmarias a pessoas que o acompanhava e fundou as vilas de Igarassu e Olinda, nas quais foram construídos cinco engenhos, sendo um deles de sua propriedade. Ao ocupar essas áreas tratou de conseguir no Reino os créditos necessários para a instalação de engenhos para desenvolver o cultivo da cana-de-açúcar. Utilizou-se de mão de obra escravizada indígena e africana (ANDRADE, 1973).

O processo de ocupação das terras da Várzea ocorreu quando o donatário doou as terras que compõem essa região ao auditor Diego Gonçalves que construiu um engenho, denominado Santo Antônio, na margem direita do rio Capibaribe, formado pela casa grande, senzala, casa dos trabalhadores livres e capela em homenagem ao santo padroeiro, pelas áreas destinadas às lavouras de cana de açúcar e de subsistência, além das instalações para a fabricação do açúcar (moenda, caldeira, casa de purgar, curral, estrebaria), seguindo o modelo da economia canavieira que modificou a paisagem da época. Aos poucos foi se constituindo um povoado no entorno da capela do engenho Santo Antônio. Essa capela deu origem a Paroquia de Nossa Senhora do Rosário da Várzea, padroeira do Povoado, que foi mencionada no livro Razão do Estado do Brasil em 1612 (COSTA, 1981; FREYRE, 1985).

Segundo Silva Sobrinho, no livro “Várzea: lembranças de um tempo que se foi”, a capela que deu origem à Igreja Matriz foi retratada por Frans Post, pintor que fez parte da comitiva de João Maurício de Nassau e se dedicou a pintar a paisagem brasileira durante a ocupação holandesa (1630-1654). Este quadro encontra-se exposto no museu histórico de navegação de Amsterdam (SILVA SOBRINHO, 2012).

A Várzea do Capibaribe foi a região em que primeiro se consolidou a cultura de cana-de-açúcar no Nordeste. O historiador Pereira da Costa relata que o povoado foi alçado à categoria de freguesia devido sua importância. Além do engenho Santo Antônio, na Várzea operavam, ainda, outros empreendimentos açucareiros, dentre os quais se destacavam os engenhos São João, Santos Cosme e Damião, do Meio, do Brum, onde eram produzidos o melhor e a maior parte do açúcar que, em bateis, era escoados pelo rio Capibaribe até o porto



podemos identificar o sentido atribuído, pelo direito romano, ao termo patrimônio, pois o senhor de engenho era um pater família, que.

Se referia entre os antigos romanos a tudo o que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, pai de família(...) A família compreendia tudo que estava sobre seu domínio, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis até mesmo os animais. Isso tudo era o patrimonium, tudo que podia ser legado por testamento. (FUNARI, 2006, p 10-11)

De acordo com Funari (2006, p.11) o “patrimônio era patriarcal individual e privativo da aristocracia”, dessa forma o autor desconsidera o direito ao patrimônio aos homens livres, pois todo homem livre também era um pater família.

Em 1630, com a ocupação holandesa, houve a destruição de Olinda. O mais importante centro urbano regional foi incendiado e, junto com a cidade, também vários engenhos foram inteiramente destruídos pelo fogo. Os escravizados aproveitaram-se do conflito e fugiram para o interior, para as matas, e organizaram-se em quilombos (ANDRADE, 1973).

Os escravizados eram frequentemente submetidos a castigos corporais, podendo ser açoitados com chicotes, varas ou correias de couros; ser postos a ferro ou no tronco ou até acorrentados pelos pés ou pelo pescoço. João Fernandes Vieira, proprietário de engenhos na Várzea, recomendava que não se castigassem os escravizados com paus ou pedras a fim de não os desvalorizar, mas que os colocassem sobre um carro e os açoitassem e, após o açoitamento, fossem os mesmos picados com navalha e faca, pondo-se depois, sobre as fendas, sal, sumo de limão e urina. (ANDRADE, 1973).

Figura 04: Conjunto escultórico - João Fernandes Vieira e escravo (Sítio Arqueológico-UFPE)



Fonte: RI UFPE

Figura 05: Casa Grande de João Fernandes Vieira (demolida com a chegada da UFPE)



Fonte: Twitter.com

Em 1637, com a chegada de Maurício de Nassau para governar, em nome da Companhia das Índias Ocidentais, o que ficou conhecido como a colônia holandesa no Brasil, ou Brasil holandês (1630-1654), e sua comitiva - constituída por cientistas, médicos, astrônomo e pintores que retrataram engenhos da Várzea do Capibaribe -, o Recife conheceu o seu primeiro desenvolvimento urbano.

Durante o seu governo, de 1637 a 1644, Maurício de Nassau construiu pontes ligando o atual bairro Recife Antigo ao bairro de Santo Antônio onde construiu o Palácio Friburgo, também conhecido por Palácio das Torres, no qual funcionou a sede do governo holandês. De acordo com Bandeira (1999), uma das torres serviu como telégrafo e farol, e a outra como observatório astronômico. Sobre este último fato existem trabalhos que discutem a sua existência ou não. Para Matsuura (2010, p. 2) “não passa de um mito que foi aceito sem maior exame e, depois foi difundido até se consolidar como se fosse fato inconteste”.

A sua arquitetura era marcada pela influência da renascença italiana. Nassau construiu, ao redor do Palácio, um jardim zoobotânico para cultivar árvores frutíferas e espécies da fauna regional. Para o poeta e museólogo Mário Chagas (1985, p. 187), a construção do Palácio de Friburgo com o jardim botânico e zoológico, representou para Pernambuco um marco para a museologia tropical. Este dado tem uma grande relevância para a museologia no Brasil, pois nos aponta para uma experiência museológica ainda no

século XVII. O que para autor é injustificável pensar na institucionalização do museu no Brasil apenas no século XIX. É neste período que surgem “os primeiros museus de história, de folclore, de etnografia, de artes industriais, de antropologia” que tinham como objetivo de preservar e divulgar os bens culturais de modo geral. A afirmação do autor é reconhecida pela Política Nacional de Museu de 2007, quando faz referência a essa experiência como sendo a mais antiga no Brasil.

Durante o processo de ocupação holandesa, a Várzea tornou-se capital da capitania de Pernambuco no período de 1645 a 1654. A sede administrativa do governo português funcionou no engenho São João de propriedade de João Fernandes Vieira, que também adquiriu os engenhos do Meio e Santo Antônio. A sede do governo holandês estava localizada na Ilha de Antônio Vaz, atual bairro de Santo Antônio. Nesse período, existiu um duplo governo, estando Pernambuco dividido política e administrativamente. Durante esse período, a Santa Casa de Misericórdia de Olinda foi restaurada, e foi erigido um hospital para tratamento dos soldados feridos em combate. Além disso, edificou-se a sede do Senado da Câmara de Olinda (COSTA, 1981).

Em 1645, Fernandes Vieira transforma as terras do engenho São João em quartel general para elaborar planos de revolta contra os holandeses. Devido aos ataques ao forte real do Bom Jesus, situado na margem esquerda da Várzea do Capibaribe, nas proximidades do engenho Casa Forte, Fernandes Vieira decidiu construir uma nova fortificação nos limites da freguesia da Várzea com o engenho Ambrósio Machado, situado na margem direita do rio Capibaribe, ponto estratégico para enfrentar os holandeses que ocupavam o Recife. Segundo o historiador Francisco Augusto Pereira da Costa (1981), o exército pernambucano deixou o acampamento central da Várzea e seguiu para o novo baluarte.

Segundo o arqueólogo Marcos Albuquerque, no dia 8 de setembro de 1645, os chefes militares e civis da Campanha da Restauração de Pernambuco, reunidos no engenho São João, na Várzea, decidiram implantar as estruturas de cerco em torno de Recife. Um grande número de escravizados trabalhou na construção do Arraial Novo do Bom Jesus. Os moradores da terra, assim como o governador Fernandes Vieira, todos contribuíram conforme era possível. O Arraial Novo do Bom Jesus representava um posto avançado que encurralava o inimigo (ALBUQUERQUE, 1997).

No percurso para se chegar ao Forte do Arraial Novo, o batalhão precisava atravessar as plantações e os engenhos de açúcar São João, Santo Antônio e Engenho do Meio. Seguiam pelo Caminho da Várzea, via de acesso situada no Engenho do Meio (onde, atualmente, funciona o Campus Joaquim Amazonas da UFPE), em direção ao Engenho

Ambrósio, onde, hoje, está situada à Avenida do Forte, nome dado em homenagem ao Arraial Novo do Bom Jesus. As ruínas dessa fortificação foram reconhecidas como Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – ZEPH 31 do bairro dos Torrões, bem como o Arraial Velho que deu origem ao Sítio da Trindade, situado no bairro de Casa Amarela, reconhecido como Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – ZEPH 01 – Sítio da Trindade, e tombado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na categoria de conjunto paisagístico, pelo reconhecimento de sua importância histórico-social (REZENDE, 2002).

Para o Arraial Novo do Bom Jesus eram recolhidos os feridos nas batalhas. Deste local partiam os funerais de muitas pessoas que se destacaram nos combates e que eram sepultados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na freguesia da Várzea. Em 1648, foi realizado o sepultamento do legendário chefe indígena Filipe Antônio Camarão que era da etnia potiguara, que morreu no Arraial Novo do Bom Jesus após ter sido ferido na primeira batalha do Monte das Tabocas (ALBUQUERQUE, 1997). É importante ressaltar que os indígenas também lutaram do lado dos holandeses, para eles não havia sentimento de “patriotismo”, mas relação de compromisso via amizade ou casamento. Ou, ainda, como era comum entre eles, dada a tradição de guerra intertribal

Com o fim da ocupação holandesa, o forte foi abandonado e ficou em ruínas. O Arraial Novo do Bom Jesus ficou conhecido, na tradição popular, como o Sítio do Forte, onde foi edificada uma povoação a oeste da fortaleza em que viviam os moradores, muitos dos quais eram oficiais mecânicos que trabalharam nos engenhos (ALBUQUERQUE, 1997).

Apesar dos conflitos que marcaram esse período de guerra entre portugueses e holandeses, os moradores da Várzea continuaram a realizar suas festas e procissões. Nestas ocasiões, era grande a participação da população que contava com o apoio do exército do governo pernambucano, que prestava as honras militares nas celebrações da igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Várzea (COSTA, 1981). Já no antigo bairro do Recife, dominado pelos holandeses existia uma intensa vida cultural. Além dos eventos promovidos no teatro e nos jardins botânicos e zoológicos da Ilha de Antônio Vaz, havia no outro lado da ponte no antigo bairro do Recife, uma movimentação de pessoas que atuavam no porto e nas ruas estreitas e nos botecos onde aglomeravam homens e mulheres para diversões. (SETTE, 1948, REZENDE, 2002).

Entre os séculos XVII e XVIII, praticamente não houve mudanças significativas, tanto na disposição dos engenhos como no número da população, na região da Várzea. Além dos 15 engenhos – 11 moentes (em atividade) e 4 de fogo morto (desativado), havia neste território

três povoações: Afogados, Poço da Panela e Várzea. Mas a Várzea, nessa época, era a região que possuía um número mais expressivo de engenhos, muitas casas construídas e a igreja matriz, com vigário permanente (SILVA SOBRINHO, 2012).

A população, em sua maioria, era constituída por pessoas mestiças em condição de liberdade que tinham autorização para cultivar um pequeno pedaço de terra, onde faziam os seus roçados, e construir uma pequena casa para residência de sua família. Além da cana-de-açúcar, cultivava-se o milho, a mandioca, o feijão, as frutas nativas, dentre outros. No entanto, o medo de perder esse espaço era constante entre os moradores, pois estes podiam ser expulsos a qualquer momento e viviam em estado de vulnerabilidade econômico-social (ANDRADE, 1973).

Essas lavouras se utilizavam das águas do rio Capibaribe e do riacho do Cavouco, que também eram utilizadas para banho, mudanças e o transporte de carga. Além disso, o uso medicinal das águas do rio foi bastante divulgado, principalmente na segunda metade do século XVIII. Segundo Mello (1981), os médicos do Recife concluíram que o banho no rio Capibaribe poderia ser utilizado como recurso terapêutico no processo de cura da febre epidêmica que, desde 1746, acometia a população local.

Nessa época, as freguesias da Caxangá e Várzea tornaram-se pontos de banhos. Freyre (2004) descreve os banhos como momentos alegres. Atrizes, pastoras, mestras e contramestras de pastoril iam ao rio, de madrugada, para desfrutar do banho. Essas águas também eram rota de fugas de negros, que se escondiam entre cargas de madeira, de cana-de-açúcar, que vinham dos engenhos com destino ao porto do Recife.

Figura 06: Ponte da Caxangá e local de banho (Sec. XIX)



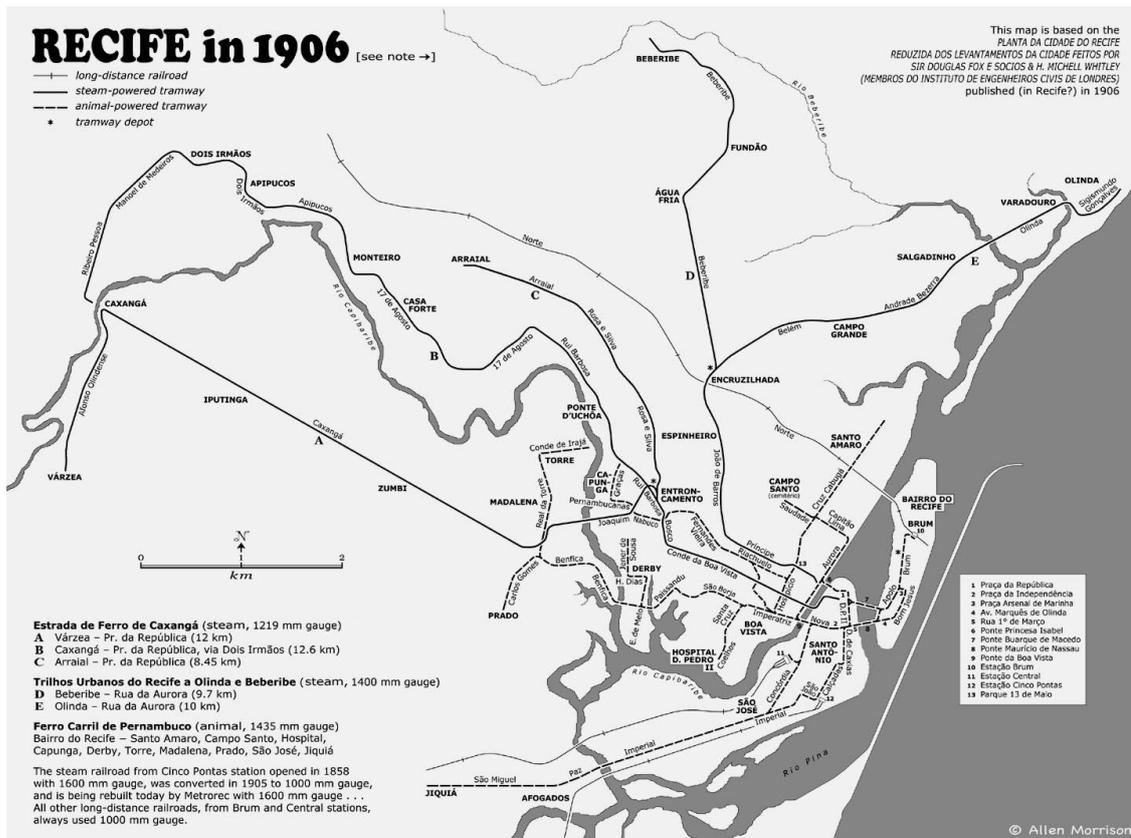
<https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1450291461778066/2905030479637483>

A povoação da Freguesia da Várzea era um local muito procurado no período de férias e datas festivas. As famílias eram atraídas pelo clima ameno, por sua beleza natural e pelas águas límpidas do rio Capibaribe. No final do século XIX, a poluição do rio começou a afastar a população que, até então, desfrutava de suas águas. Era nas margens do rio Capibaribe que os moradores, empregados de engenhos ou famílias abastadas iam apanhar os peixes, os camarões, os pitus, os siris, os caranguejos que ali havia em abundância, que foram sumindo por causa da poluição das águas pelas caldas (vinhoto) lançadas pelas usinas (COSTA, 1981; FREYRE, 2004).

De acordo com Marcus Carvalho (1997), os engenhos, pouco a pouco, transformaram-se em povoações e, posteriormente, em bairros da cidade. Em vista disso, pode-se dizer que o crescimento do Recife seguiu o trajeto do rio Capibaribe. Segundo Mello (1992), nos fins do século XVIII e na primeira metade século XIX, o Recife se expande com a criação de seus arrabaldes nas margens do rio Capibaribe. No final da primeira metade do século XIX, diversos engenhos foram desativados e loteados em chácaras e sítios, onde foram construídas as belas casas e sobrados nos quais as famílias abastadas passavam os meses de verão.

Com o desenvolvimento dessa região, foi projetada uma estrada para ligar o largo da Madalena à Caxangá. Sua construção teve início no ano de 1833 e foi concluída dez anos depois. Essa via foi chamada de Estrada de Pau d'Alho (atual Avenida Caxangá). Em 1845, foi erguida a Ponte Pênsil de Caxangá (figura 06) que abriu caminho para o interior de Pernambuco. Com a chegada das vias férreas, a produção de açúcar passou a ser transportada com mais rapidez e segurança de suas áreas de origem até o porto do Recife (MELLO, 1992; SILVA SOBRINHO, 2012).

Figura 07: Mapa da Estrada de Caxangá



Fonte: rem06.jpg (1440x1072) (tramz.com)

No final da primeira metade do século XIX, era intensa a vida cultural nas freguesias da Várzea, Caxangá, Poço da Panela e Casa Forte. Nestes locais eram realizadas as festas mais populares da cidade, onde havia fandangos, congos, bumba-meu-boi e recitais de poesias (SETTE, 1948).

As casas grandes de pedra-e-cal e de ferro, os sobrados e os mocambos (casas rústicas construídas pelo morador, cobertas de palhas, precursores da favela) constituíam a arquitetura do bairro da Várzea. Algumas dessas construções permanecem e foram modificadas ao longo do tempo; outras foram demolidas. Na figura abaixo é possível observar um pouco dessa arquitetura (FREYRE, 1998; REZENDE, 2002).

Figura 08: Casas do Bairro da Várzea



Fonte: <http://engenhosdepernambuco.blogspot.com>

Quanto ao crescimento populacional das freguesias do Recife, segundo Cátia Lubambo (1991), em 1843, a freguesia da Várzea, juntamente com as freguesias da Boa Vista e Afogados, contava com 10.340 habitantes, correspondendo a 20,51% da população de Recife. A freguesia Poço da Panela possuía 9.285 pessoas. As freguesias Santo Antônio e São José tinham o maior número de habitantes, 21.480; e a freguesia do Recife, atual Recife Antigo, 9.310. O total da população da cidade do Recife correspondia a 50.415 habitantes.

Em 1859, a Várzea recebeu a visita do Imperador D. Pedro II que esteve na igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, e em vários lugares, procurando conhecer a história e tradições locais. Segundo Costa (1981), a igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário recebeu o título honorífico de imperial, concedido pelo Imperador ao aceitar o título de juiz perpétuo desta igreja.

Figura 09: Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário da Várzea e Casa dos Padres



Fonte: <https://www.dehonianosbre.org.br/parouquia/parouquia-nossa-senhora-dorosario--recife--pe>

Na década de 1990, nessa igreja, foi identificado, pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, um conjunto de sepultamentos, encontrado durante escavações arqueológicas. Muitos dos corpos que ali repousavam foram sepultados em covas coletivas, O exame dos cadáveres constatou que os sepultados tinham sido vítimas de violências. Havia, ainda, fragmentos de cachimbos, tanto holandeses quanto portugueses (ALBUQUERQUE, 1997).

Em 1867, foi fundado o cemitério público municipal da Várzea em um terreno doado pelo major José Antônio de Brito Bastos, que ficou sob a responsabilidade da igreja matriz da Várzea. O cemitério está situado na antiga Estrada da Várzea, atual rua Professor Artur de Sá, em frente à nascente do Riacho do Cavouco na UFPE (COSTA, 1981).

Nas proximidades da Praça da Várzea e do Pátio das Igrejas foi erguido, em 1897, o Asilo Magalhães Bastos – Asilo da Infância Desvalida - que atendia crianças de ambos os sexos. A área em que foi construído está situada nas terras do antigo engenho do Meio, de propriedade de Inácio de Barros Barreto. Foi confiado à Santa Casa de Misericórdia do Recife e administrado por freiras. Atualmente, funciona ali o Educandário Magalhães Bastos, por meio de um convênio com a Prefeitura do Recife, conquanto ainda seja gerido por religiosas (SILVA SOBRINHO, 2012).

Figura 10: Educandário Magalhães Bastos



Fonte: <https://www.santacasarecife.org.br/unidades/educandario-magalhaes-bastos/>

De acordo com recenseamento do Brasil realizado em 1872, na freguesia da Várzea foi registrada uma população de 5.452 pessoas livres, sendo 2.621 homens e 2.831 mulheres; além de 861 escravizados, sendo 458 homens e 403 mulheres, totalizando 6.313<sup>1</sup>.

No que se refere à questão da raça, das pessoas declaradas livres 1.600 eram brancas, destas 834 eram homens e 766 mulheres; 3.165 pardas, destas, 1.459 homens e 1.706 mulheres; 684 pretas, sendo 325 homens e 395 mulheres; e 3 caboclos. Com relação aos dados das pessoas escravizadas, 204 foram identificados como pardas (sendo 92 homens e 112 mulheres); e 657 como pretas (sendo 366 homens e 291 mulheres).

Quanto à nacionalidade, verificou-se que 6.141 eram brasileiros e 73 estrangeiros. Dos estrangeiros, 25 eram africanos livres, 3 franceses, 4 espanhóis e 31 portugueses. De acordo com o grau de instrução, das pessoas livres identificadas, 781 eram alfabetizadas e 4.671 eram analfabetas. Segundo este censo, todos os escravizados eram analfabetos.

### **1.3 O processo de industrialização da Várzea: as fábricas e as vilas operárias.**

Com o processo de industrialização da cidade do Recife, iniciado nas últimas décadas do século XIX, surgem as primeiras usinas de açúcar e álcool na freguesia da Várzea, oriundas dos antigos engenhos banguês que pertenciam a Francisco do Rego Barros de Lacerda. A transformação dos engenhos em usinas (em alguns casos e noutros da implantação da usina) deveu-se ao processo de industrialização que então se firmava no Brasil. Neste contexto, em 1875 é fundada a primeira usina de açúcar de Pernambuco, denominada Usina de São Francisco da Várzea. Vale salientar que nessa época as usinas, apesar de serem um empreendimento de novo tipo, ainda se utilizavam da mão-de-obra da população escravizada.

Em 1894, foi fundada a Fábrica de Fiação e Tecidos de Malha na Estrada do Ambolê. Nessa época, o núcleo central de povoação da Várzea ainda era cercado de canaviais. Esta Fábrica de Malhas foi uma opção de atividade para os trabalhadores “livres” que não tinham emprego e não queriam trabalhar nas fábricas de açúcar (SILVA SOBRINHO, 2012).

---

<sup>1</sup> Deste total populacional 2077 eram crianças de 0 a 10 anos, foram registradas 973 crianças do sexo masculino livres, sendo 307 brancos, 585 pardos e 81 pretas. Da população escravizada tem-se o registro de 30 pardos e 65 pretas. Com relação ao número de crianças do sexo feminino nessa faixa etária, foram registradas 950 livres, sendo 252 brancas, 606 pardas e 92 negras. E 130 escravizadas, sendo 41 pardas e 89 pretas.

Ainda em 1894, Francisco do Rego Barros de Lacerda comprou do Barão de Muribeca os engenhos São João e Santos Cosme e Damião, e construiu a segunda usina de açúcar na Freguesia da Várzea, a Usina São João da Várzea (SILVA SOBRINHO, 2012).

Figura 11: Usina São João da Várzea



Fonte:<http://engenhosdepernambuco.blogspot.com/2015/06/canavial-o-engenho-sao-joao.html>

A casa grande da usina São João da Várzea é um dos mais importantes exemplares da arquitetura de ferro do Brasil, adquirida por Francisco do Rego Barros de Lacerda em 1897, foi erguida no alto de uma colina à margem direita do rio Capibaribe, onde desfruta de uma vista privilegiada. É uma casa de dois pavimentos, os elementos metálicos ocorrem na cobertura, nas colunas do terraço em torno da edificação, nas colunas do pátio interno, na escada posterior e nas vigas das lajes do primeiro pavimento. Destacam-se, também, em relação à ornamentação, as marquises nas esquinas, o frontão, a cornija e a arquitrave na fachada central. Possui paredes de alvenaria, esquadrias de madeira e revestimento da cobertura com telhas de cerâmica francesa. Segundo Silva Sobrinho (2012), em algumas colunas de ferro fundido se lê: “Société Anonyme, Cie. Centrale de Construction, Hayne St. Pierre, Belgique, Administrateur Lón Hiard”, indicando sua origem belga.

A casa de ferro está localizada em uma área privada onde não é permitido o acesso da população. No entanto, a sua vista é possível pela margem esquerda do rio Capibaribe, no caminho após a Oficina Cerâmica Francisco Brennand, nas proximidades de duas casas da vila de operários. Esse prédio histórico e seu entorno são reconhecidos como Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – ZEPH 13 – Casa de Brennand.

Figura 12: Casa de Brennand



Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/literatura/noticia/2017/02/05/ignacio-loyola-brandao-conta-a-historia-do-grupo-cornelio-brennand-269405.php>

O usineiro Francisco do Rego Barros de Lacerda importou do exterior, além da casa uma ponte de ferro que foi instalada nas proximidades desse imóvel, interligando-o com o engenho Santos Cosme e Damião. Esta ponte foi danificada pela enchente de 1975. Observe-se que essa enchente não danificou apenas a ponte de ferro, como igualmente afetou toda população da cidade do Recife e demais regiões cortadas pelo Capibaribe.

Figura 13: Ponte de ferro (divisa dos Engenhos São João e Cosme e Damião)



Fonte: <http://engenhosdepernambuco.blogspot.com/2015/06/canavial-o-engenho-sao-joao.html>

Em 1903, é fundada a Usina do Meio da Várzea no antigo engenho do Meio. Em pouco tempo, as usinas passaram a dominar as terras da Várzea, sempre com o apoio financeiro do governo, de forma que uma parte substancial do capital que esses senhores investiam em seus empreendimentos provinha do poder público. Essas usinas eram os principais espaços de trabalhos assalariados para a população da Várzea. Em 1937 a Usina São João é transferida para Ricardo Lacerda de Almeida Brennand que recebeu como herança de sua tia D. Maria da Conceição do Rego Barros de Lacerda, irmã herdeira do falecido Francisco do Rego Barros. (ANDRADE, 1973, SILVA SOBRINHO, 2012).

Figura 14: Usina Engenho do Meio



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo>

Com a instalação de usinas, começaram a surgir as estradas de ferro, tanto particulares como estatais, as quais foram substituindo o transporte do açúcar feito por carros de bois e burros de carga como, até então, era hábito. Ao redor das usinas formaram-se muitos aglomerados rurais que reuniam a casa dos usineiros (ou dos sócios), as casas de pessoal técnico e as vilas operárias.

A monocultura canvieira também foi responsável pela poluição do rio Capibaribe com as caldas oriundas das usinas e que eram lançadas (obviamente sem tratamento) nas margens do rio durante as safras, e que passou a prejudicar consideravelmente a produção de peixes. Esse processo de poluição do Capibaribe foi provocado pelas usinas da Várzea até a década de 1930, e pela Usina Tiúma, em São Lourenço da Mata, até a decretação de sua falência na década de 1990. Este fato revela o quanto a produção açucareira foi prejudicial, tendo-se transformado, pelo acúmulo de material poluente e pela falta de

fiscalização, em um verdadeiro desastre ambiental para a população que se valia do rio como fonte de sobrevivência.

Figura 15: Cerâmica São João da Várzea - atual Museu e Oficina Francisco Brennand



Fonte: <http://ironhouse.com.br>

Em 1917 Ricardo Lacerda de Almeida Brennand fundou a Cerâmica São João da Várzea (fábrica de telhas e tijolos refratários) nas terras do engenho Santos Cosme e Damião. Esta fábrica fechou em 1945. Nas proximidades dessa fábrica foram construídas vilas de operários, conforme era prática dos empreendimentos industriais (figura 15, acima). Em 1946 Ricardo constrói nas terras do engenho São João a fábrica de porcelanas São João, e em 1954 associa-se a seu irmão Antônio Brennand e constroem a Fábrica de Azulejos do Recife (Indústria de Azulejos S.A – conhecida como IASA. Outros empreendimentos foram implementados pelo grupo Brennand nas últimas décadas nos ramos de vidro, cimento e desenvolvimento imobiliário.

Em 1971, Francisco Brennand restaurou as ruínas da fábrica de cerâmica São João, propriedade que herdou de seu pai, Ricardo Lacerda de Almeida Brennand e deu início ao atual Instituto Oficina Francisco Brennand nas terras do Engenho Santo Cosme e Damião, e que, posteriormente, se tornou um museu a céu aberto, com jardim projetado por Burle Marx. É considerado um complexo monumental de museu e ateliê, com diversas obras de Francisco Brennand inspiradas principalmente em representações mitológicas, sendo que muitas apresentam forte conotação sexual (MORAIS et al, 2018). O acervo do museu conta com mais de 2 mil peças, entre esculturas e pinturas. O complexo conta com espaços como galeria,

anfiteatro, salão de esculturas, o templo central, o templo do sacrifício, auditório, capela, loja e café circundado pela reserva ecológica São João da Várzea.

Figura 16: Instituto Oficina Francisco Brennand



Fonte: <https://lugaresdememoria.com.br/2018/06/oficina-brennand-lugar-de-transmutacao.html>

As vilas operárias foram uma novidade introduzida pelo processo de industrialização. Elas eram uma unidade habitacional/produtiva (os operários tinham de estar perto da fábrica, em família; o que, por sua vez, gerava um controle moral, religioso, econômico e sanitário sobre os operários). Era também uma novidade urbana – em princípio, como as fábricas, ficavam longe do perímetro urbano, mas logo, com a expansão das cidades, foram sendo incorporadas à urbe, impactando-a e exigindo intervenções. Havia dois tipos de atividade que geravam essa necessidade de ter os funcionários por perto, gerando a construção de vilas: as indústrias e as unidades militares. Seguindo esse modelo foi construída na Várzea a Vila Anita, situada próxima ao que atualmente é o prédio da Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco. Originalmente, nesse prédio funcionava a antiga fábrica de Malhas; depois, foi sucessivamente ocupado por empresas de telecomunicações como a Telpe (Telecomunicações de Pernambuco), Telemar e Oi. Outra vila de operários, Vila Cinzano, está situada na entrada da via de acesso às empresas do grupo Cornélio Brennand.

Os processos de industrialização e urbanização contribuíram para o aumento populacional da cidade do Recife, no período de 1910 a 1923, com maior percentual para a freguesia da Várzea. Conforme expõe Lubambo (1991), em 1910, a Várzea contava com 4.153 habitantes, passando para 18.887 no ano de 1913, e em 1923 contava com 29.813 habitantes. Nesse período, houve, na Várzea, um crescimento populacional de 617,9%,

enquanto a freguesia do Poço da Panela (bairro nobre) teve um aumento de 361,4%, ficando em segundo lugar, e a cidade do Recife registrou um aumento total de 153,0%. Vale salientar que nesse período o bairro do Recife Antigo teve uma redução de 75% de habitantes, em virtude da reforma do porto do Recife, e a demolição do patrimônio arquitetônico. Ao longo do tempo as localidades passaram por diversas nomeações e categorias urbanas – povoações, freguesia, arrabaldes e bairro.

No ano de 1949 é fundada, no bairro da Várzea, a fábrica Brasilit de materiais de construção civil (telhas e caixa d'água), situada na Avenida Barão de Bonito, atual localidade de Brasilit (Zona Especial de Interesse Social-ZEIS). Na mesma região, em 1998, é instalada a fábrica Tramontina Delta de objetos diversos (mesas, cadeiras, brinquedos, estantes, vasos, lixeiras, caixas organizadoras, gaveteiros e poltronas de plástico).

O processo de industrialização da Várzea proporcionou o seu processo de urbanização, com a implementação de estradas, transportes públicos, espaços de lazer e a ocupação dos espaços com a construção de diferentes tipos de moradias que abrigavam os varzeanos e os que chegavam em busca de trabalho. Desse processo de urbanização, originou-se também a especulação imobiliária.

No final do século XX ocorre uma divisão do grupo Brennand, formado pelos primos Ricardo Brennand (sobrinho) e Cornélio Brennand, sem a participação de Francisco Brennand, que levou à venda de parte das indústrias para investidores internacionais e a divisão das terras do engenho São João. Parte das indústrias formou o grupo Cornélio Brennand. Por Ricardo Brennand, que, além de empresário era também colecionador, foi construído o museu e o castelo que leva o seu nome, e uma capela em estilo gótico, dedicada à sua esposa; construções que formam o complexo arquitetônico que abriga a coleção bilionária que adquiriu durante sua vida, e da qual fazem parte, por exemplo, obras de Frans Post.

Figura 17: Instituto Ricardo Brennand (Museu e Castelo)



Fonte: <https://www.facebook.com/institutorb/>

O museu Ricardo Brennand é composto por um conjunto arquitetônico formado por três prédios onde funcionam a bilheteria, galeria, pinacoteca e biblioteca o museu de armas (castelo São João) e a capela de Nossa Senhora das Graças, fundado em 2002, em parte das terras do Engenho São João. Possui coleção permanente de objetos históricos e artísticos de diversas procedências, abrangendo um período que vai da Idade Média ao século XXI (MORAIS et al, 2018). No início, este museu atendia também à população de baixa renda, com subsídio do governo do Estado de Pernambuco. Hoje, devido ao valor do ingresso, o público majoritariamente atendido são os turistas e as pessoas de classes média e alta. Mas, destina um dia por mês (última terça-feira) ao acesso gratuito. Na concepção da museologia, esse museu é classificado como museu tradicional ortodoxo por ter o foco conceitual centrado no objeto e na coleção (SCHEINER, 1999).

Um outro patrimônio importante para o bairro é a Reserva Florestal São João da Várzea, que é bastante acessada pela população da Várzea e visitantes. Esta reserva compõe a Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPA<sup>2</sup> 10 – mata da Várzea. De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, além da ZEPA 10 Várzea, também está contida em sua área territorial a ZEPA 18 – mata da Várzea/Curado.

Figura 18: Estrada de acesso ao Instituto Oficina Francisco Brennand e da reserva florestal São João da Várzea



Fonte: <https://marcozero.org>

Vale salientar que no entorno do museu e oficina Francisco Brennand existem, na mata da Várzea, vestígios das moradias dos operários, do clube e do campo de futebol com suas grades e arquibancadas. Nesse espaço encontra-se também o prédio da Casa de Água,

---

<sup>2</sup> As ZEPAs são áreas de interesse ambiental e paisagístico que apresentam características excepcionais de matas, açudes e animais silvestres.

identificado por placa feita com material conhecido como cerâmica Brennand. Trata-se de uma casa ainda bem conservada, conforme verificado em visita feita ao local, e que serve de reservatório para o museu<sup>3</sup>. Ao longo de sua história a Várzea teve sua paisagem modificada pela ação do homem e da natureza. Para Waldisa Rússio (2010), a paisagem modificada, o cenário no qual os indivíduos realizam sua trajetória, são artefatos que eles construíram e aos quais deram funções, valores e significados.

#### **1.4 A Praça, o Casarão da Várzea e o seu entorno**

No final do século XIX e início do século XX, o Arrabalde da Várzea ainda era um bairro rural com usinas de açúcar e fábrica de tecidos de malhas. Essas fábricas absorveram a mão de obra que residia nas vilas e nos mocambos espalhados nos arredores dos caminhos da área central da Várzea.

Na segunda metade do século XIX, a construção da Estrada de Pau d'Alho e a instalação das vias férreas possibilitaram a chegada de trens da empresa Trilhos Urbanos do Recife à Praça Pinto Dâmaso, conhecida como a Praça da Várzea. As maxambombas<sup>4</sup> eram locomotivas movidas a vapor que transportavam passageiros e cargas. Mas o percurso para se chegar ao centro do Recife era longo, apesar da redução de tempo com a construção da mencionada estrada. No início, as maxambombas faziam o percurso pela ponte de Caxangá, seguindo pela margem esquerda do rio Capibaribe. O percurso foi alterado e passou a sair da Praça da Várzea para a atual avenida Caxangá, seguindo pela margem direita do rio até o centro da cidade (SILVA SOBRINHO, 2012).

No final do século XIX, foi construído o terminal da maxambomba em frente à Escola Municipal Pinto Dâmaso da Várzea, atual Escola Estadual Cândido Duarte. A partir de 1915, este local passou a ser utilizado pelo bonde, o transporte da época. A Estação do Bonde,

---

<sup>3</sup> Esses vestígios foram identificados com o auxílio de um dos interlocutores desta pesquisa, que nasceu e viveu em uma dessas moradias que eram utilizadas pelos funcionários das fábricas dos Brennand, e cuja família residiu nessa área até o fechamento da indústria de azulejo (IASA). Os relatos desse interlocutor, durante o levantamento e mapeamento desse patrimônio cultural, demonstram o “valor afetivo de memória” de um patrimônio. Os vestígios são testemunhos e possuem “valor de documento” (CHOAY, 2017, p. 220). Trata-se de um espaço que é alvo de intensa especulação imobiliária, em especial de grandes construtoras que objetivam a construção do Condomínio Alphaville Francisco Brennand. Essa informação foi publicada pelo jornal digital Marco Zero, em 29/11/2019, porém foi negada pelo Grupo Cornélio Brennand.

<sup>4</sup> Maxambomba, era uma locomotiva mirim que puxava vagões de passageiros. O nome vem da expressão inglesa machine pump, traduzido de forma literal significa bomba mecânica. Considerado o primeiro transporte público do país. Disponível: No tempo da maxambomba: Revista Pesquisa Fapesp. Acessado em: 15 de março de 2021.

onde hoje funciona o Espaço Agroecológico da Várzea e outras atividades, foi demolida na primeira metade da década de 1950 (SILVA SOBRINHO, 2012).

Nas primeiras décadas do século XX, a Praça Pinto Dâmaso era o principal ponto de encontro dos moradores, que conversavam sobre os acontecimentos locais e as notícias de jornais. Também era espaço de observação da Maria Fumaça que pertencia à Usina São João da Várzea, cujo trajeto cortava a Praça. A agitação ficava por conta das apresentações de bandas, principalmente as militares, que aconteciam aos domingos e feriados.

Figura 19: Arrabalde da Várzea



Fonte: <http://engenhosdepernambuco.blogspot.com>

A maxambomba era o único meio de transporte público que atendia a população da Várzea. Em 1914, o bonde elétrico foi inaugurado em Recife e, no ano seguinte, esse novo meio de transporte chegou ao bairro da Várzea, fato que proporcionou um desenvolvimento no sistema de transporte público, trazendo como maior benefício a redução de tempo no deslocamento (COSTA, 1981, SILVA SOBRINHO, 2012)

Figura 20: Estação Várzea - Bonde na Praça da Várzea



Fonte: <https://poraqui.com/varzea/o-cduvarzea-o-bonde-da-varzea-e-os-caminhos-pro-centro-do-recife/>

A Praça da Várzea era considerada por muitos o cartão postal do bairro. Passou por diversas intervenções urbanísticas ao longo do século XX e início do XXI, dentre as quais se destaca o projeto do paisagista Burle Marx, que foi se descaracterizando devido à algumas intervenções realizadas pelo poder público.

Figura 21: A Praça e o Casarão da Várzea



[https://www.researchgate.net/publication/276846527\\_O\\_inventario\\_dos\\_jardins\\_de\\_Burle\\_Marx\\_no\\_Recife/full\\_text/55d905b208ae9d65948fa05a/O-inventario-dos-jardins-de-Burle-Marx-no-Recife.pdf](https://www.researchgate.net/publication/276846527_O_inventario_dos_jardins_de_Burle_Marx_no_Recife/full_text/55d905b208ae9d65948fa05a/O-inventario-dos-jardins-de-Burle-Marx-no-Recife.pdf)

O entorno da Praça Pinto Dâmaso é composto por diversos casarões. Alguns de arquitetura de influência inglesa, de estilo eclético, e outros de influência francesa, de estilo Art Déco. Alguns encontram-se em bom estado de conservação, outros foram descaracterizados; e um imóvel está em estado de abandono. Também se percebe a influência da estrutura arquitetônica de ferro fundido no casarão que pertenceu ao professor Olívio Montenegro. Posteriormente, funcionou no local a sede da Associação Atlética da Várzea. Essa edificação foi demolida para a construção do prédio Residencial Antônio Aureliano, mas teve a sua varanda conservada.

Além da Praça da Várzea, verifica-se a existência de casas antigas no Pátio das Igrejas, constituído pelas igrejas de Nossa Senhora dos Homens Pretos (demolida), de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos (há autores que dizem que esta pertencia a uma irmandade de escravos), e a Matriz Nossa Senhora do Rosário. Nesse pátio eram realizadas grandes festas, a exemplo de Nossa Senhora das Dores e a de Nossa Senhora do Rosário, a padroeira da Várzea. Além das procissões, eram organizadas quermesses, retretas, apresentação de bumba meu boi, mamulengo<sup>5</sup> e o fandango<sup>6</sup> de Marcelino (COSTA, 1981,

---

<sup>5</sup> É um tipo de teatro de bonecos conhecido como marionetes, fantoches presente no Nordeste brasileiro. Disponível em: [Mamulengo \(fundaj.gov.br\)](http://fundaj.gov.br). Acessado em: 15 de março de 2021.

<sup>6</sup> Folgado popular presente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil desde o início do século XIX, o espetáculo é composto por romance dança, música, anedotas, ditos, lendas e orações. É uma festa dedicada aos marujos, que

SILVA SOBRINHO, 2012). Vale salientar que a influência dos escravizados está presente não apenas na formação econômica, mas também na formação do patrimônio cultural. Enfim, e representada nas diversas manifestações culturais existentes no bairro da Várzea.

Figura 22: Igreja do Livramento da Várzea



Fonte: Autor, 2022

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, foi mantida pela respectiva irmandade. Tinha o frontispício voltado para o sul, ficava no mesmo largo, na extremidade oposta à Igreja Matriz do Rosário da Várzea, que ocupava o terreno da esquina das Ruas São João e do Enterro, atuais Ruas Azeredo Coutinho e Rua Francisco Lacerda (SILVA SOBRINHO, 2012). A Igreja foi demolida, mas permanece presente na memória dos mais velhos do bairro. No local foram construídas duas residências particulares.

---

ocorre na época natalina. Conhecido também como marujada, barca ou chegada dos marujos. Disponível em: [Fundango \(fundaj.gov.br\)](http://fundaj.gov.br). Acessado em: 15 de março de 2021.

Figura 23: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: <https://www.facebook.com/recantigo/photos/>

Um fato que chamou a atenção dos moradores da Várzea, após a libertação dos escravizados, foi o casamento de uma jovem conhecida por Sá Feliciano, escravizada por Francisco Rego Barros, que trabalhava na cozinha da usina São João, com o funcionário que veio da França para construir pontes e estradas, conhecido por Júlio Adurand. Segundo Silva Sobrinho (2012), o casamento causou reboliço e dividiu a opinião de moradores ao verem um mulher negra e um homem branco de olhos azuis descendo de um veículo na Praça da Várzea e seguindo a pé para Igreja do Rosário do Pretos. No terreno cedido pela família de Francisco Rego Barros como presente de casamento, situado na Rua da Levada, atual Rua Mário Campelo, Sá Feliciano plantou uma jaqueira, onde atualmente está situado o conjunto residencial Morada Verde. Esta jaqueira foi identificada como patrimônio cultural pelo inventário participativo realizado pela UFPE.

No início do século XX, com os processos de industrialização e urbanização, diversos casarões foram erguidos no entorno da Praça da Várzea, a exemplo do Casarão da Várzea, também conhecido por Casarão Magitot, situado na rua Azeredo Coutinho, número 130, esquina com a rua Coronel Pacheco, que foi inaugurado no dia 27 de maio de 1905, conforme datação em seu frontispício. Trata-se de um chalé de arquitetura de influência inglesa, de estilo eclético romântico; possui dois pavimentos. É considerado o único exemplar com essas

características na cidade do Recife. Funcionou como moradia para famílias abastadas. Inicialmente, morou nele a família do médico Paulo Correia de Araújo e, posteriormente, o casal Seu Pontual e Dona Alice. Abaixo da data de sua construção, 27/5/905, existia a inscrição Villa Therezinha. A data permaneceu, mas o nome da vila foi raspado e substituído por Hospital Magitot (SILVA SOBRINHO, 2012).

Figura 24: Casarão da Várzea – antigo Hospital Odontológico Magitot



Fonte: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/minhacidade/17.198/6389>

Além das belas casas, no entorno do Casarão da Várzea também já existiam os casebres e os mocambos, a exemplo da localidade Sete Mocambos, hoje com centenas de casas. Esta era circundada pelos canaviais do engenho São João e do engenho do Meio e pelos sítios dos moradores que cultivavam os roçados de mandioca, macaxeira, amendoim, inhame e criavam animais domésticos.

Segundo Silva Sobrinho (2012), até a década de 1930, as casas eram em sua maioria de taipa, mesmo aquelas que apresentavam melhor acabamento. A água potável consumida pela população varzeana era retirada do subsolo através de cacimbas e bombas manuais.

Nessa época existia, próximo ao Casarão da Várzea, um córrego, conhecido como a Levada, que provinha do açude Escama de Peixe, situado no engenho São João, e que

desembocava nas terras do engenho do Meio, onde hoje está situado o campus da UFPE. A plantação de cana de açúcar do engenho São João fazia limite com o canavial do engenho do Meio, na parte leste, e beirava a Levada. Existia também um sítio, onde hoje é o conjunto habitacional Morada Verde, e a Vila do Capitão, constituída de casebres de taipa, que se estendia até a beira da Levada.

A arquitetura das casas dos sítios seguia o mesmo padrão: porta de entrada e janelas na parte da frente, além das janelas laterais e uma porta de saída localizada nos fundos da casa. As portas eram divididas ao meio, quando fechava a parte inferior, a superior ficava como se fosse uma janela. Não havia cozinha no interior das casas, geralmente eram construídas no espaço atrás das casas ou ao lado. As panelas eram geralmente, nessa época, de barro e o fogão à lenha, muitas vezes improvisado com dois tijolos para sustentar a panela. O banheiro era levantado no fundo quintal, a casinha como era chamado, em sua maioria tinha acabamento precário, às vezes sem coberta ou porta. As portas dos banheiros eram feitas com materiais como tábuas, papelão, folha de zinco, pedaço de tecido. No interior da casa, embaixo da cama, ficava escondido o penico de barro ou ágata, para ser despejado fora em momento oportuno (SILVA SOBRINHO, 2012).

Era o tempo em que as mulheres lavavam as roupas no quintal da casa, no rio Capibaribe ou no córrego da Levada. Na falta de sabão, utilizavam o melão do mato, uma planta trepadeira muito comum ainda hoje na Várzea. As roupas lavadas ficavam expostas ao sol no quintal, nas cercas vivas que delimitavam os espaços, ou em varais improvisados. A população mais pobre limpava suas casas e quintais com vassouras confeccionadas com vegetação conhecida por vassourinha de botão. A coleta pública de lixo era precária e os resíduos eram depositados nos terrenos baldios próximos das casas (SILVA SOBRINHO, 2012).

Na década de 1960 funcionou no Casarão o Hospital Magitot. Segundo Barbosa (2021), este foi o primeiro hospital odontológico da América do Sul, inaugurado no ano de 1944, no bairro de Casa Forte, pelo cirurgião dentista Nelson de Albuquerque Melo. O nome do hospital foi dado em homenagem ao médico francês Emile Jean Magitot. No início de 1950, mudou para o bairro da Madalena e, em virtude da crise pela qual passava o hospital Magitot, no início da década de 1960, o proprietário procurou outro espaço para abrigar o hospital, tendo sido escolhido o Casarão da Várzea. Com a morte do seu fundador e sem o apoio do Estado, o hospital interrompeu suas atividades no final da década de 1960. Durante o período que se manteve em atividade, atendeu a população recifense e acolheu residentes e estudantes de odontologia em busca de aperfeiçoamento.

Em 1986, funcionou no Casarão da Várzea o comitê de campanha eleitoral de Miguel Arraes de Alencar, candidato a governador do Estado. Era o início da redemocratização do país. Nessa mesma época, foi ocupada, em sua maioria por moradores da Várzea que buscavam o acesso ao direito à moradia, uma área próxima ao Casarão na beira do rio Capibaribe que foi denominada Vila Arraes (atualmente considerada Zona Especial de Interesse Social). Os ocupantes tinham a esperança de poder contar com o apoio do governador eleito, mas não obtiveram sucesso em seu pleito.

Em 1992, ocorreu um incêndio no Casarão que afetou o piso superior e o telhado. Este incêndio foi causado, de acordo com os relatos de alguns moradores, por um usuário que deixou uma vela acesa no piso superior ao sair para comprar cigarro. Nesse período, o Casarão, que se encontrava abandonado, era utilizado por diversas pessoas, pois o acesso a ele era livre.

Nos anos 1990 foi cogitada a patrimonialização do Casarão da Várzea como imóvel especial de preservação (IEP). Mas, devido ao estado de deterioração em que se encontrava o prédio, a Prefeitura não aprovou. A luta por sua patrimonialização, entretanto, continuou. Em 2015, a Prefeitura atendeu a reivindicação da população varzeana, e reconheceu o Casarão da Várzea como imóvel especial de preservação (esse processo será aprofundado no segundo capítulo).

O entorno do Casarão da Várzea também conta com o Sítio Arqueológico do Engenho do Meio, no Campus da UFPE, e, o Caminho da Várzea que corta este Sítio e representa um fragmento de caminho colonial do século XVII, que interligava a Várzea a Passagem da Madalena e Afogados, bem como os engenhos da margem direita da Várzea do Capibaribe (SILVA Jr, 2017). Atualmente, ali se estabeleceu uma quantidade significativa de comerciantes que prestam serviços aos moradores, visitantes e aos estabelecimentos do bairro e região circunvizinha.

Na Praça da Várzea instalou-se, em 1963, a feira livre da Várzea, que comercializava hortaliças, frutas, verduras, jarros, plantas para ornamentação das casas, quartinhas e jarras para armazenamento de água, balde para lixo e outros produtos. Há relatos indicando que, com a urbanização, a feira mudou-se para o Pátio das Igrejas, e, posteriormente, para a Rua Azeredo Coutinho, e em ruas do entorno do Casarão da Várzea (SILVA SOBRINHO, 2012).

A Rua Azeredo Coutinho, antiga Rua São João, conhecida como Rua da Feira, é um local onde acontecem diversas atividades culturais. Neste local encontram-se diversas barracas situadas na calçada do entorno do Casarão, onde funcionam diversos serviços e comércio de produtos alimentícios, como frutas, verduras e comidas típicas da culinária

pernambucana e nordestina. Este espaço público é utilizado por moradores e estudantes da UFPE como espaço de lazer. É também um local onde frequentemente são realizadas apresentações artísticas.

Figura 25: Rua da Feira / trecho da rua Azeredo Coutinho



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/pg/euamoavarzea/photos/>

Além disso, neste espaço ocorrem discussões que visam a promoção e o exercício da cidadania cultural, que pode ser entendida a partir do trabalho de criação de espaços de representação, de participação popular, de sociabilidade e de fruição das manifestações culturais. Para Chauí (2006, p. 70), a cidadania cultural pode ser compreendida como o “direito de produzir cultura” e “usufruir dos bens culturais criando locais e condições e acesso aos bens culturais para a população;” e “de estar informado sobre os serviços culturais e da possibilidade de deles participar ou usufruir”.

Logo, a cidadania cultural é um componente da cidadania - e torna-se imprescindível definir o que é cidadania e quem é o cidadão. Em síntese, a cidadania cultural significa dizer que todo cidadão tem direito à cultura. O Casarão e seu entorno podem ser analisado como espaço de exercício da cidadania cultural através do usufruto do espaço pelos grupos sociais e pelo mundo do trabalho. O bairro da Várzea pode ser compreendido como uma região culturalmente qualificada, dotado de memória, e seus espaços públicos são apropriados pelos seus cidadãos e cidadãs (MENESES, 2006).

Figura 26: Barraca da Arte da Rua da Feira



Fonte: <https://poraqui.com/varzea/varzea-lado-b-cinco-dicas-imperdiveis-para-conhecer-a-zona-oeste-do-recife/>

Pelo fato de o Casarão ser uma edificação reconhecida pela Prefeitura como imóvel de preservação especial e dado seu valor histórico e arquitetônico, nos últimos anos tornou-se uma arena de disputa de interesses políticos entre diversos atores sociais constituídos pelos moradores, movimentos sociais e culturais, vereadores, deputados, comerciantes, estudantes, professores e pela própria Prefeitura.

Em meados de 2015, a Prefeitura decidiu elaborar um projeto para construção de um mercado público para abrigar os comerciantes do entorno do Casarão. O projeto apresentado não atendia aos interesses dos movimentos locais que, ao longo dos anos, reivindicam que o Casarão da Várzea fosse revitalizado para funcionamento de um centro cultural. No terceiro capítulo será aprofundada a atuação desses movimentos locais e sua relação com o Casarão.

A luta pela preservação do Casarão se estendeu ao longo dos últimos anos, e obteve uma grande vitória com a decisão judicial proferida no ano de 2020, que recomendou que a Prefeitura iniciasse o restauro do Casarão da Várzea, e determinou o prazo de 120 dias para a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural elaborar um projeto arquitetônico de restauro, estabelecendo o prazo de 24 meses para sua execução.

### **1.5 A chegada da UFPE**

A história da Várzea é rica e cheia de desafios para qualquer pesquisador. Sua trajetória foi marcada por diversos acontecimentos, a chegada da UFPE foi um fato que teve relevância na história do bairro. Esta teve início em 11 de agosto de 1946, data da Fundação

da Universidade do Recife, criada pelo Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, e reunia a Faculdade de Direito do Recife, a Escola de Engenharia de Pernambuco, a Faculdade de Medicina, com as escolas anexas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife, que funcionavam em prédios localizados no centro da Cidade do Recife.

Em 1948, começa a construção do campus universitário, atual campus Joaquim Amazonas, em um loteamento na Várzea, no mesmo espaço onde antes funcionou o Engenho do Meio. Inicialmente, foram construídos o Centro de Ciências da Saúde e o Biotério, projetado pelo professor e arquiteto italiano Mário Russo, que contou com o auxílio dos arquitetos Everaldo Gadelha, Heitor Maia Neto, Maurício Castro e Severino Vieira Leão (SILVA, 2021).

As terras do engenho do Meio estavam divididas. A parte esquerda do riacho do Cavouco, que corta o campus, pertencia ao primeiro reitor da UFPE, professor Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas. E a parte direita do referido riacho pertencia aos irmãos Antônio Luiz e Ricardo Lacerda Brennand, proprietários da Usina São João da Várzea.

A partir da chegada da UFPE na Várzea, ocorreu uma efetiva mudança na dinâmica social. Estudantes e professores passaram a residir nos bairros do entorno do campus e nas casas de estudantes masculinas, femininas e mistas da Universidade que foram se instalando ao longo dos anos. O aumento do número de estudantes e professores, no decorrer da história da UFPE provocou a expansão urbana do bairro da Várzea. Uma das mudanças ocorridas foi o surgimento do bairro Cidade Universitária.

Figura 27: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE



Fonte: <https://www.ufpe.br>

Esta imagem do Centro de Filosofia e Ciências Humanas mostra um pouco do impacto da UFPE sobre a paisagem urbana do bairro. Segundo relatos de moradores, a construção dos espigões contou com a utilização da mão de obra de auxiliares de pedreiros, pedreiros e

outros profissionais da construção civil que residiam na Várzea. Este prédio foi utilizado pelos moradores da Várzea como abrigo durante a grande enchente do ano de 1975.

Ao longo dos anos, foram construídos os centros acadêmicos e as diversas instalações para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Muitos moradores passaram a trabalhar como servidores públicos e outros como servidores terceirizados nas instituições. Vale salientar que a Várzea abriga e está próxima a diversas instituições de ensino e órgãos públicos: o Instituto Federal de Pernambuco, a Secretaria de Educação de Pernambuco, o Colégio e o Comando Militar do Exército, o Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco, o Instituto de Tecnologia de Pernambuco, são algumas dessas instituições.

Os novos prédios do Centro de Tecnologia e Geociências, antiga Escola de Engenharia de Pernambuco, assim como parte de seus museus, durante o processo de expansão desse instituto, foram construídos na passagem do Caminho da Várzea, próximo à comunidade do Arruado do Engenho Velho. Esta comunidade é formada por ex-trabalhadores da Usina do Meio da Várzea. Com a aquisição dessa área pela UFPE, iniciou-se uma série de negociações para que os moradores deixassem a área. Essa localidade tem um valor histórico significativo, pois em suas proximidades localizava-se a casa grande do Engenho do Meio, local onde, como já apontado, eram organizadas as ações para combater os holandeses, no período de 1645 e 1654.

A comunidade do Arruado tornou-se um laboratório de pesquisa para alunos de graduação e pós-graduação dos cursos de arqueologia, antropologia, museologia e designer que buscam compreender o processo de formação do Arruado Engenho Velho por meio de relatos orais, fotografias e documentos textuais e vestígios arqueológicos existente nesse campus da UFPE.

Figura 28: Festa no Arruado Engenho Velho no Campus da UFPE



Fonte: <http://arraialvarzeano.blogspot.com/2014/08/intervencoes-artistico-culturais.html>

Figura 29: Festa no Arruado do Engenho Velho



Fonte: <http://arraialvarzeano.blogspot.com/2014/08/intervencoes-artistico-culturais.html>

Segundo Ramos et al (2019), a via situada por trás do Núcleo de Tecnologia da Informação e do Centro de Convenções da UFPE, denominada Caminho da Várzea, é o vestígio da via de acesso da população da Várzea para os demais engenhos que ali existiram durante quatro séculos. Este caminho e o Arruado Engenho Velho são espaços passíveis de musealização.

A comunidade do Arruado tem lutado por sua permanência ao longo da história de sua relação, em geral conflitiva, com a UFPE. No entanto, segundo Ramos et al (2019), nessa luta entrou o Departamento de Arqueologia da UFPE, através do Laboratório de Educação Patrimonial, que realizou um projeto com o objetivo de reconhecer o patrimônio arqueológico do extinto engenho do Meio com a participação dos moradores. Esta ação proporcionou o exercício da cidadania cultural ao preservar a memória desse patrimônio (CHAUI, 2006).

Durante o processo de construção da UFPE, muitos moradores que cultivavam essas terras foram indenizados e passaram a construir suas casas nas proximidades do campus e do Asilo Magalhães Bastos, dando origem à localidade Campo do Banco (Zona Especial de Interesse Social), famosa pelos campeonatos de futebol e pelas apresentações do pastoril do Velho Barroso (SILVA SOBRINHO, 2012).

A Universidade mantém uma relação estreita com diversos estabelecimentos de ensino no bairro, como a Escola Municipal de Arte João Pernambuco, situada em frente à Vila de Operários do grupo Cornélio Brennand e ao lado da comunidade Sete Mocambos. Esta escola tem realizado projetos em parceria com a UFPE, a exemplo do projeto "Várzea: memória e patrimônios" realizado pelo Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas da

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e contou com a participação de professores, alunos e moradores. Também é um importante espaço para realização de estágios para alunos de Música, Arte e Dança da UFPE.

Neste sentido, a Universidade Federal de Pernambuco, sendo uma instituição de ensino, pesquisa e extensão dedicada à difusão do conhecimento e ao exercício da cidadania cultural, deve promover as ações extensionistas visando a valorização e a preservação do patrimônio cultural do passado e do presente para as gerações futuras.

### **1.6 Casarão da Várzea: uma Casa Histórica**

A Várzea é um território do Recife que pode ser caracterizado como um museu a céu aberto ou ao ar livre. Este tipo de museu caracteriza-se como um espaço aberto no qual são recriados aspectos socioculturais de determinada época e grupo social, e foi implementado inicialmente na Escandinávia no final do século XIX, baseado na ideia de se “criar num parque ao ar livre um tipo especial de museu, composto de várias casas que remetessem a determinado período da história, equipadas de móveis e implementos que lembrassem o seu tempo” (SOARES; SCHEINER, 2009, p. 4). Outros autores discutem essa concepção, para Waldisa Rússio (1984, p. 76) este ganha mais força na década de 1970 e é entendido pela autora como um “espaço urbano do ponto de vista museográfico, não apenas como museu ao ar livre, mas com a ideia de ecomuseu”.

Podemos perceber isso ao percorrer suas ruas, praças e sítios históricos e arqueológico que compõem a paisagem do bairro. Sua área é constituída por museus, igrejas, monumentos, casas históricas, jardins históricos, reserva ecológica de animais silvestres, praças e esculturas com significativo valor histórico que compõem um conjunto patrimonial que pode ser contemplado por pesquisadores, turistas, moradores e visitantes. No caso da Várzea, pode-se dizer que seria uma espécie de supra-museu no qual estão contidos museus e outras instituições, como se esses configurassem seu acervo - uma espécie de reserva técnica visitável.

Dessa forma, podemos compreender a Várzea a partir da perspectiva do patrimônio integral, pois este conforme os princípios da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) (Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017 do Instituto Brasileiro de Museus -IBRAM), Artigo 4, inciso V devem “assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania, e que colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com seus diversos setores”. Além disso,

diz em parágrafo único que de acordo com as conclusões e recomendações do I Encontro do Comitê Regional para a América Latina e Caribe, do Comitê Internacional para Museologia do Conselho Internacional de Museus (ICOM) para América Latina e Caribe (ICOFAM LAM), realizado em Buenos Aires, em 1992, “considera-se Patrimônio Integral o conjunto que abrange as coleções de museus e seu entorno, incluindo as manifestações materiais da cultura” (IBRAM, 2017).

Ainda de acordo com a PNEM (2017), o conceito de Patrimônio Integral está baseado numa visão holista do mundo. No entanto, para Mário Chagas,

em alguns meios museológicos também podem ser encontradas as expressões “patrimônio total” ou “patrimônio integral” que, utilizadas para designar o conjunto de bens naturais e culturais, parecem reafirmar a referida totalidade difusa. Entre os problemas decorrentes da noção de “patrimônio integral” destacam-se a naturalização da natureza e a despolitização do patrimônio, uma vez que, insinua-se uma espécie de dispositivo ilusionista que sem sucesso deseja criar uma pseudo harmonia, apagar tensões e eliminar diferenciações, eleições, conflitos e atribuição de valores aos bens culturais. Além disso a ideia de que tudo faz parte do “patrimônio integral não encontra eco nos processos e práticas sociais da preservação cultural (CHAGAS, 2005, p. 116).

Um dos espaços que chama a atenção dos moradores e visitantes é o Casarão da Várzea, integrado ao Sítio Histórico Praça da Várzea. Esta Casa Histórica é o objeto que me motivou a desenvolver esta dissertação no campo da Museologia e Patrimônio. O fato de ter sido criado um movimento popular em prol da sua preservação instigou meu interesse em investigar sua história e sua memória. Esta Casa é palco de luta de grupos de interesses que visam sua conservação e restauração, cuja finalidade é a concretização de um desejo de revitalizar esse patrimônio.

Figura 30: Casarão da Várzea



Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018>

Vale salientar que, de acordo com a teórica Tereza Scheiner (2018) a categoria Casa Histórica tanto pode ser transformada num museu tradicional quanto num museu de território. O Casarão é uma Casa Histórica passível de musealização. Segundo Nelson Cayer (2021) a Casa Histórica pode ser compreendida também na categoria de museu de território. Para Ribeiro (2012, p. 223) entende-se casas históricas como “imóveis de remissão evocativa ou simbólica à memória por meio de personalidades ou de fatos da história do País”. Conforme o autor “no âmbito institucional, as decisões tomadas são de se tombarem casas históricas apenas quando elas forem depositárias de acervo arquivístico, documental ou artístico relacionados ao personagem em si”. É importante estudar as casas históricas não apenas pelo fato que nelas nasceram vultos da história do País, mas também pelo fato de serem locais onde viveram e morreram tais personagens, ou ainda, porque se relacionam com acontecimentos históricos.

Ainda segundo o autor, o imóvel também é preservado pelo caráter excepcional devido a arte encontrada nessas residências. Assim, há casarões de personagens históricos, tombados especialmente pela importância artística do imóvel e não apenas pelo vulto histórico, um exemplo desse tipo de tombamento é a Casa de Gilberto Freire (Casa-Museu). Este imóvel é “tombado nos livros históricos, arqueológico, etnográfico e paisagístico e não no de Belas Arte e no de história como os demais” (RIBEIRO, 2012, p. 229). Além desses autores, Rosaelena Scarpeline (2012) entende a casa como lugar de memória composta pela sua arquitetura e apropriação do espaço por parte dos moradores.

O Casarão está inserido no coração da Várzea e está interligado a diversos lugares que compõem a história e a memória do bairro, como o Museu e Castelo Ricardo Brennand, o Arruado Engenho Velho, o Cemitério da Várzea, o Laginho (nascente do Riacho do Cavouco), os Museus de Oceanografia, Minerais e Rochas, Ciências Nucleares do Centro de Tecnologia e Geociências, bibliotecas, Memorial Denis Bernardes (Biblioteca Central da UFPE), Galeria Capibaribe do Centro de Artes e Comunicação, Escola Municipal de Arte João Pernambuco, o Pátio das Igrejas, o Museu e Oficina e Cerâmica Francisco Brennand.

O processo de ocupação do Casarão da Várzea e do seu entorno pelos diferentes grupos sociais deixaram marcas registradas sob as formas de apropriação do lugar. Para Carvalho (2019), as marcas da passagem dos diferentes grupos sociais são derivadas das intervenções que estes realizam a partir de práticas socioculturais e necessidades cotidianas. Essas marcas estão registradas nos acervos digitais e a memória dos moradores e militantes do patrimônio que realizaram diversas ações em prol da defesa e preservação do Casarão com a apropriação e usos pelas manifestações culturais.

Cabe salientar que os museus dos Brennand e da UFPE têm papel importante na contribuição da luta pela preservação, conservação e restauração do Casarão da Várzea e sua transformação num museu construído com a participação popular e com o intuito de servir à comunidade. O prédio encontra-se em avançado estágio de deterioração, não tem mais portas, teto, janelas, grades e é utilizado como banheiro pelos frequentadores dos bares da Rua Feira. O espaço é utilizado como abrigo de cavalos por pessoas que trabalham com transporte de tração animal para transportar, geralmente, materiais de construção civil. Um fato que é bastante destacado por moradores é o seu uso por usuários de substâncias psicoativas. Essa situação pode demonstrar que existe um desinteresse destes com a preservação e musealização do imóvel.

A luta em prol da defesa e preservação do Casarão Histórico não é um processo harmonioso, pois existem tensões e conflitos entre os membros dos movimentos sociais e culturais da Várzea, quanto entre os movimentos e a Prefeitura e políticos, assim como entre os moradores. Apesar desses conflitos, os usos do Casarão da Várzea e sua transformação em centro cultural e/ou museu comunitário pode ser feito a partir de ações conjuntas com a comunidade, buscando o máximo possível a participação popular.

## **CAPÍTULO 2**

# **O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CASARÃO DA VÁRZEA E DO SEU ENTORNO**

## **2 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CASARÃO DA VÁRZEA E DO SEU ENTORNO**

### **2.1 A preservação do patrimônio integral da Várzea**

Este capítulo analisa o processo de patrimonialização do Casarão da Várzea e do seu entorno, que teve início nos anos 1990, com a política de preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade do Recife, a partir das reivindicações dos moradores através da Associação de Moradores da Várzea<sup>7</sup> e de profissionais do campo do patrimônio (FUNDARPE, UFPE, PCR).

Para compreender o processo de patrimonialização do Casarão da Várzea e do seu entorno, esta pesquisa traça um panorama da política de preservação do patrimônio histórico-cultural do Recife. No início do século XX, as transformações urbanísticas provocaram a demolição de conjuntos arquitetônicos e monumentos dos bairros centrais do Recife, representativos do período colonial, dentre eles, Igreja do Corpo Santo do Recife. Segundo Rangel (2012), em 1923 o deputado pernambucano Luiz Cedro Carneiro Leão propôs na Câmara dos Deputados a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos e Artísticos Nacional, mas esta não prosperou. Onze anos depois, foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais, instituída pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. Para Cantarelli (2012), esta instituição deveria zelar pelo patrimônio cultural de Pernambuco utilizando os diferentes meios para identificação e catalogação, bem como a realização de ações de conservação e restauração dos bens culturais, e a punição daqueles que desrespeitassem a integridade desses bens.

Nos anos 1930, o escritor Mário de Andrade propôs a criação do órgão Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, que tinha como missão proteger não apenas os monumentos históricos, mas também as artes da cultura popular. Segundo Marcus Ribeiro (2012), a proposta de Mário de Andrade apresentava a categoria de Casas Históricas, como princípio para o tombamento de bens históricos, por terem sido moradias de personalidades históricas.

---

<sup>7</sup> A Associação de Moradores da Várzea, na zona oeste do Recife, foi ocupada no dia 16 de julho de 2021, pelos movimentos Salve o Casarão da Várzea, GRIS Espaço Solidário e Várzea Viva, outros coletivos e moradores que defendem a reativação imediata do espaço para utilização pública. Há cerca de 20 anos o espaço não é usado para quaisquer atividades no bairro; ao contrário, está deteriorado pelo tempo e pelo abandono (Fonte: <https://www.anf.org.br/varzea-retoma-associacao-de-moradores-no-recife-em-meio-a-pandemia/>)

Em 1937, é criado oficialmente o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), conforme a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, fato que ocasionou a extinção da Inspeção de Monumentos Nacionais. Em 30 de novembro de 1937, o patrimônio nacional passa a ser protegido pelo Decreto-Lei nº 25/1937. De acordo com o artigo 1º constitui:

o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 2021).

De acordo com essa legislação, os bens culturais deveriam ser registrados em quatro livros de Tombo do SPHAN: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro do Tombo Histórico; o Livro do Tombo das Belas Artes; o Livro do Tombo das Artes Aplicadas conforme preconizou o artigo 4º desse Decreto-Lei. Em seu primeiro período de existência, o SPHAN, cujo corpo técnico era formado majoritariamente por arquitetos, desenvolvia uma concepção de patrimônio que privilegiava as igrejas e os prédios históricos pelo seu valor estético ou arquitetônico, descurando de seu intrinsecamente valor histórico (RÚSSIO, 2010). É ainda nesse período que se institui a noção de colonial brasileiro, tomando como paradigma os bens arquitetônicos mineiros.

A ideia de patrimônio como bem coletivo surgiu com a formação dos estados nacionais, e passou a implementar políticas públicas para o processo de patrimonialização inspirados no modelo adotado não pelos revolucionários, pois isso incluiria a comuna de Paris. Mas pelos novos governantes após a queda da monarquia e a ascensão do poder burguês como consequência da revolução francesa. Esse modelo se propagou pelo mundo ocidental e propiciou a criação de organismos internacionais e nacionais para a proteção do patrimônio. As ações realizadas pela França para a coletivização dos bens culturais herdados do passado e que eram majoritariamente privados, levaram à institucionalização do processo de patrimonialização (LIMA, 2012; ABREU, 2015; CHOAY, 2017).

O patrimônio é um processo e produto da vida social e cultural da humanidade, fruto da dinâmica cultural. Para Gonçalves (2007), a afirmação apenas de que a categoria patrimônio foi constituída a partir da Revolução Francesa e da formação dos Estados Nacionais, omite que o patrimônio é um processo milenar, presente em todos os tempos e todos os povos. Assim, o patrimônio está presente em todas as culturas e em todos os lugares com diferentes percepções e atribuições de valores.

Para Choay (2017), os monumentos históricos foram protegidos com a criação da Comissão de Monumentos Históricos em 1837. Inicialmente, constituídos pelos templos,

castelos e obras da Antiguidade consideradas arquitetura maior. Somente em meados do século XX, as obras consideradas de arquitetura de menor valor foram consideradas monumentos, e compreendia o patrimônio industrial, os aglomerados de casas, bairros, conjuntos históricos, cidades, a exemplo da cidade de Olinda, declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1982, tombada pelo IPHAN, em 1968, devido ao valor de seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico; e o Bairro do Recife Antigo, tombado pelo IPHAN em 1998. Essa ideia de patrimônio como monumento perdurou até os anos 1960, quando novas concepções de patrimônio entraram nas pautas de discussões sobre a salvaguarda do patrimônio.

Essa nova aceção de patrimonialização inseriu a dimensão social no processo de preservação dos bens culturais. Para Lima (2012), esse processo só pode ser realizado, pois isso é exclusividade do poder público ou de instância representativas deste, como a Unesco que trabalha com e a partir dos estados, por instância tutelar responsável pela proteção dos bens para as gerações do presente e do futuro, protegendo o patrimônio dos danos causados pela natureza ou pela ação antropogênica. O termo salvaguarda presentes nas cartas patrimoniais são resultados e expressão de políticas de preservação.

Segundo Lima (2016), os Estados membros da Unesco têm o poder de decisão para a salvaguarda de seu patrimônio. A Unesco só legitima a patrimonialização que extrapola o âmbito nacional. O marco histórico da preservação do patrimônio é a Carta de Atenas de 1931, elaborada pelo Escritório Internacional dos Museus, ligado à Sociedade das Nações. Este documento foi um marco para preservação e restauração dos monumentos, é considerado o primeiro documento internacional que reuniu deliberações a respeito dos temas patrimônio e restauro (LIMA, 2012). Essa Carta recomenda “que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico e artístico” (CARTAS PATRIMONIAIS, 1995, p. 19). Além disso, este documento aponta que para:

a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favoráveis por uma ação apropriada dos poderes públicos, [...] e que lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização (CARTAS PATRIMONIAIS, 1995, p. 19).

A UNESCO é considerada a instância máxima com poder de legitimação de patrimonialização de bens culturais, mas ela não pode interferir na soberania de uma nação. Ela é auxiliada pelas organizações não governamentais - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) que tem a missão de assessorar cientificamente, e se constitui um centro de reflexão e difusão de metodologia de tecnologia contemporânea (Declaração de Sofia, 1996). Conta também com o apoio de outras duas organizações não governamentais que tratam da preservação do patrimônio cultural: o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais; e a União Internacional para a conservação da Natureza.

Na trajetória da Museologia e do Patrimônio diversos documentos patrimoniais internacionais e nacionais foram elaborados por especialistas e difundidos para os centros de ensino e pesquisa que se apropriaram dos termos e conceitos relacionados ao patrimônio criando assim um campo de Linguagem de Especialidade ou Linguagem Profissional. A Museologia buscou ocupar também o seu espaço neste campo de conhecimento, com os estudos dos atributos simbólicos do patrimônio (LIMA, 2010). Mas, deve-se reconhecer, também a história, a antropologia a arquitetura que também atuam ativamente no campo do patrimônio. Para Kühl (2010), esses documentos são fundamentais para os profissionais que se dedicam a preservação. De acordo com a autora:

As chamadas cartas patrimoniais são documentos – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Constituem base deontológica para várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receita de simples aplicação (KÜHL, 2010, p. 287).

Vale salientar que os documentos patrimoniais publicados pelos organismos internacionais e nacional contribuíram para a elaboração do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural da cidade do Recife com a formulação dos conceitos e definições de termos relacionados com a preservação, conservação e restauração, administração e legislação dos bens culturais, bem como normas relativas à proteção por zonas dos monumentos e sítios históricos. Segundo Kühl,

As cartas patrimoniais são fruto da discussão de um determinado momento. Antes de tudo, não tem pretensão de ser um sistema teórico desenvolvido de maneira extensa e com o absoluto rigor, nem de expor toda a fundamentação teórica do período. As cartas patrimoniais são documentos concisos e

sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Seu caráter, portanto, é indicativo ou, no máximo, prescritivo (KÜHL, 2010, p. 289).

Novos conceitos são elaborados para subsidiar os procedimentos para conservação das referências culturais. Em 1964, na cidade de Veneza, o ICOMOS promoveu o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos que gerou a Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos Históricos, a Carta de Veneza, que afirma que as obras monumentais são testemunho vivo de suas tradições, patrimônio comum que deve ser preservado para as gerações futuras.

De acordo com o seu Artigo 1º:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de sua civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (IPHAN, 1995, p. 109).

Partindo dessa noção, o Casarão da Várzea é entendido como monumento histórico da cidade do Recife, com forte significação sócio-histórico-cultural para a comunidade que luta pela sua preservação, pois ele faz parte, junto com outros elementos, da identidade do lugar ou do espírito do lugar. Dessa forma, o Casarão e o seu entorno podem ser compreendidos como monumentos que devem ser conservados, seu restauro é importante para a preservação da memória coletiva e urbana, como testemunhos do passado e do presente.

As transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais dos anos 1960 configuram-se como desafios para o campo da Museologia e do Patrimônio com a inserção da dimensão ambiental e dos novos patrimônios que contribuíram para a ampliação do conceito de patrimônio. Os documentos patrimoniais emitidos pelos organismos internacionais e nacionais a partir de então vão enfatizar a preservação do patrimônio cultural e natural. A dicotomia entre patrimônio cultural e patrimônio natural permanece até os dias atuais, após meio século de consolidação da ideia de patrimônio integral, essa dicotomia depende do autor ou do agente patrimonial. A concepção do conceito de cultura do ponto de vista antropológico, nos leva a superá-la com a concepção de natureza como elemento cultural (CHAUI, 2006).

Para Waldisa Rússio (2010), o patrimônio cultural é uma questão histórica e constitui um valor social. As últimas décadas do século XX assistiram a um significativo aumento da participação popular na defesa do patrimônio cultural, com a influência das mídias, principalmente da internet, e através das redes sociais. Segundo Jeudy, esse movimento surge nos anos 1980 com o objetivo de preservar os vestígios e a história social dos espaços industriais desmornados. A partir da constituição de um “patrimônio industrial” se deu a defesa de novos patrimônios culturais, que possibilitou o desenvolvimento de políticas patrimoniais (JEUDY, 2005).

Com o desenvolvimento da Museologia, o conceito de patrimônio foi ampliado, adquirindo novos sentidos e significados, conquanto devemos, obviamente, considerar e reconhecer a contribuição das museologias (principalmente através do ICOM e seus Comitês), a ampliação do conceito de patrimônio é fruto de um conjunto diversificado de contribuições: acadêmicas e não acadêmicas, incorporando novos paradigmas científicos e tecnológicos. O conceito de patrimônio cultural é polissêmico, possui vários sentidos e significados, e se encontra em constante evolução. O campo do patrimônio cultural é uma arena pública de interesses de diferentes grupos sociais e de capital, assim como de disputa de poder.

No caso específico da cidade do Recife, podemos perceber o papel dos grupos sociais na defesa do patrimônio cultural. No final dos anos 1970, a Prefeitura da Cidade do Recife instituiu o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural para atender às reivindicações dos atores sociais e institucionais quanto ao planejamento urbano. Segundo Resende (2002), no livro “O Recife: histórias de uma cidade”, a partir dessa época surgem as normas que regem a proteção do patrimônio edificado e dos conjuntos urbanos e seus significados culturais.

Com o processo de descentralização da política de preservação dos sítios históricos urbanos promovida pelo IPHAN, foram criados órgãos de preservação dos bens culturais no âmbito do Estado e do Município. Em Pernambuco foi criada, em 1973, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), e, no ano de 1979, a Prefeitura lançou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife, baseado no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife, desenvolvido pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife em 1978.

Assim, em 1979, o prefeito Gustavo Krause sancionou a Lei nº 13.957/79 que, em seu artigo 1º, instituiu normas de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, avaliada a respectiva expressão arquitetônica ou histórica para o patrimônio artístico e cultural da cidade do Recife, disciplinando o uso e ocupação do solo, as obras e posturas nas zonas

especiais que venham a ser delimitadas para a finalidade de preservação desses bens, definidos como:

Sítios: áreas de valor histórico notável ou que serviram de palco a acontecimentos de reconhecida importância histórica;  
 Conjuntos antigos: complexos urbanos notáveis, formados com edificações típicas, seja por conter exemplares de excepcional arquitetura, seja por constituir núcleo de expressivo significado histórico;  
 Ruínas: edificações que embora diferenciadas constituem relíquia evocativa de um acontecimento histórico;  
 Edifícios isolados: exemplares de arquitetura seja pela destinação para fins religiosos, militares, públicos ou privados (RECIFE, 1979).

O patrimônio histórico recifense reúne sítios urbanos e exemplares da arquitetura civil, religiosa e militar representativos de diferentes fases da sua história, delimitados por zonas de preservação rigorosa e ambiental, conforme especificações que encontramos no Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (RECIFE, 2020).

A definição da Zonas Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural elaborada pela Prefeitura do Recife está pautada na definição da Carta de Quito, elaborada em 1967, na qual é considerado que a ideia de espaço não deve ser separada do conceito de monumento, devendo levar em conta os demais elementos do seu entorno e a função social do monumento.

A elaboração de políticas preservação do patrimônio histórico e cultural do Recife passou a fazer parte das legislações municipais que foram aprovadas e revisadas ao longo do tempo. Em 1983, as zonas especiais foram definidas pela Lei nº 14.511/83, que trata do uso e ocupação solo, como o espaço urbano que merece um tratamento que defina os procedimentos para uso e ocupação do solo. Esta lei definiu os espaços urbanos de interesse de preservação como zonas especiais de preservação de sítios históricos, classificadas em zonas rigorosa de preservação e zona de preservação ambiental. Nos anos de 1980, com criação do Departamento de Preservação de Sítios Históricos, a Prefeitura elaborou políticas de preservação do patrimônio ambiental urbano e, em 1987, implementou o Projeto de Reabilitação do Bairro do Recife (RECIFE, 1983).

De acordo com o Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural da cidade do Recife, de 1996, a Lei do Uso e Ocupação do Solo nº 16.176/96 alterou a denominação da Zona Especial de Preservação (IEP) para Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH). As ZEPH passaram a incorporar o termo “cultural” que permite atribuir aos sítios históricos valores provenientes da dimensão imaterial e material, incluindo a paisagem

(RECIFE, 2020, p. 5). A ZEPH foi ratificada Lei nº 17.511/2008 que trata no Plano Diretor da Cidade do Recife.

O Plano Diretor do Recife foi revisado em 2020 e promulgado através da Lei nº 18.770 de 29/12/2020. Esta Lei revoga a Lei nº 17.511/2008, e institui uma nova concepção de patrimônio, inserindo o conceito de paisagem cultural. De acordo com o seu artigo 177:

A política urbana de Patrimônio Histórico e Cultural abrange o conjunto de ações para a preservação, conservação, restauração e valorização do patrimônio, necessário a proteção da memória urbana, das práticas sociais e da identidade do Município, considerando o patrimônio histórico e cultural da cidade do Recife, por meio do conceito de paisagem cultural, contemplando os ambientes natural, construído e social e as relações socioculturais presentes no território. (RECIFE, 2020).

Neste sentido, para Scofini, o conceito de paisagem cultural elaborado na Convenção Europeia da Paisagem de 2000 e na Carta de Begê de 2007 fundamenta a política de preservação e valorização do patrimônio da cidade do Recife. A definição de paisagem cultural brasileira é entendida como parcela peculiar do território nacional que envolve a relação entre os grupos sociais e a natureza construída social e historicamente:

Ou seja, do ponto de vista da preservação, o que identifica as paisagens culturais a serem protegidas é o caráter peculiar da relação tecida ao longo do tempo e que se revela a partir das formas específicas de uso e apropriação da natureza pelo trabalho humano (SCIFONI, 2016, p. 1).

Apesar da existência dos órgãos de preservação do patrimônio nas esferas federal, estadual e municipal, o que se percebe é que os resultados obtidos na preservação dos bens culturais no município do Recife demonstram que prevaleceu a política do 'bota abaixo', pois atendeu a diferentes interesses políticos e econômicos.

A ideia de patrimônio presente na Constituição de 1988 é ampliada e nos leva a refletir sobre os processos de patrimonialização do Casarão da Várzea e do seu entorno. E o Artigo 216 nos ajuda a compreender o conjunto patrimonial do bairro da Várzea, pois define que o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos

e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

No que tange à participação popular no processo de preservação do patrimônio, bem como a sua gestão e valorização, a Constituição do Brasil de 1988, também apresenta um fundamento legal e, ainda no artigo 216, é referenciada a importância da colaboração da comunidade, este artigo preconiza que:

o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação.

Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. (BRASIL, 1988).

Para Zanirato (2009), as mobilizações pelas demandas sociais contempladas na Constituição de 1988 proporcionaram a criação de mecanismos de participação popular nas tomadas de decisão nos processos de defesa do patrimônio cultural. No entanto, essa participação ainda é modesta em relação ao número de assentos nos órgãos de preservação do patrimônio cultural. Esta é uma situação que caracteriza a política patrimonial brasileira, cujas decisões são tomadas pela elite.

Para Abreu (2015), a promulgação da Constituição de 1988 afetou o campo do patrimônio, tornando possível a entrada de novos sujeitos de direitos coletivos, para defender seus próprios interesses e trazer suas demandas de patrimonialização e preservação de suas tradições para dentro das esferas de decisão política. Assim, novas identidades coletivas foram construídas e potencializadas pelos movimentos sociais através das novas conquistas democráticas.

Conforme preconiza a Carta de Petrópolis é importante a participação da população no inventário dos bens culturais que constituem o sítio histórico urbano (SHU), sua valoração deve levar em conta a importância desses bens para a comunidade. Segundo este documento, o inventário é uma ferramenta basilar no processo de preservação:

o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade constituiu-se na ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural. A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio (CARTAS PATRIMONIAIS, 1995, p. 330).

A patrimonialização do Casarão é um processo que aponta para diversos elementos que nos ajudam a refletir a respeito da importância do patrimônio do bairro. Para Parero (2010, p. 30), “a patrimonialização é um processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos, significados”, também, isto é, que se agregam aos já existentes e conhecimentos sociais, é uma possibilidade e um desejo legítimo. É um processo secundário de reconhecimento oficial, levado a efeito pelo estado (e suas agências) e por agências supraestatais, como a Unesco, a partir de critérios técnicos e jurídico-administrativo e por motivos que, dentre outros, atendem às suas políticas.

É um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de determinados grupos sociais em luta com outros, ou também, em lutas intragrupo. É um seguro contra o esquecimento, mas o que não se configura como garantia. Todavia no processo de patrimonialização são ativadas memórias que excitam mais memórias. O patrimônio pode ser visto como portador de memória e sentidos que excita mais e diversas memórias e sentidos. No caso do Casarão, evidencia-se um componente social e memorialmente importante do patrimônio, em geral, e do Casarão, em particular. Aqui está o eixo central da importância patrimonial do Casarão e do qual vários outros decorrem.

À medida que os grupos sociais se apropriam do Casarão da Várzea e do seu entorno, vão construindo camadas representacionais que se mesclam como um amalgama de elementos tangíveis e intangíveis. Para Carvalho (2019, p.3), quando o lugar é vivenciado, modificado e influenciado pelos grupos sociais “se impregna de um determinado caráter, como reflexo de valores, modos de vida, saberes e fazeres”.

O “espírito do lugar”, segundo Carvalho (2019), é caracterizado pelas singularidades dos diferentes grupos sociais que se apropriam dos espaços geográficos ou arquitetônicos, com o qual se identifica e presentifica na memória, com o desejo de despertar emoções. O patrimônio possui uma energia que transcende a matéria, por isso ele é intangível. Existe no patrimônio um sentimento de presentificação, magia e fascínio que nos faz evocar a presença de vida (SCHEINER, 2004).

## 2.2 A patrimonialização do Sítio Histórico da Várzea

Conforme o Plano Diretor da Cidade do Recife, o sítio histórico bairro da Várzea está inserido na ZEPH 07 – Praça da Várzea (Lei nº 16.176/96), e é oriundo do povoado que se estabeleceu nas terras do engenho Santo Antônio, o primeiro da Várzea. A capela deste engenho deu origem à edificação da atual Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário da Várzea, localizada no atual Pátio das Igrejas. Outros imóveis foram edificados nos séculos seguintes, entre eles estão o Casarão da Várzea e outras casas históricas que circundam a Praça da Várzea. Vale salientar a existência de outras casas históricas, que se encontram, porém, além dos limites determinados pela lei.

De acordo com a Carta de Petrópolis, fruto do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, realizado na cidade de Petrópolis-RJ, definiu sítio histórico urbano como sendo:

parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim, como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação. (CARTAS PATRIMONIAIS, 1995, p. 329)

Além da ZEPH 07 – Praça da Várzea, faz parte do patrimônio do bairro da Várzea a ZEPH 13 – Casa de Brennand, localizada no Engenho São João, está inserida em zona de mata atlântica, em seus limites encontra-se o Açude Escama de Peixe e o Rio Capibaribe. Está situada entre os museus – Instituto Ricardo Brennand e Instituto Francisco Brennand. Esta Casa Histórica e seu entorno foram patrimonializados pela Lei nº 16.176/96.

A ZEPH 13 é constituída pelo Sítio Histórico Casa de Brennand, nela encontram-se o Setor de Preservação Rigorosa (SPR) e o Setor de Preservação Ambiental (SPA), que circunda a Casa de Brennand (Cornélio) até às margens do Açude conhecido por São João da Várzea e seu perímetro perfaz um percurso de 170 metros da Rua Barão de Muribeca, que faz ligação com a Rua Azeredo Coutinho, rua que dá acesso a Praça da Várzea, ao Casarão, ao Pátio das Igrejas e ao conjunto industrial do grupo Cornélio Brennand.

De acordo com a Lei nº 16.176/96 do Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife as ZEPH se dividem em:

Setor de Preservação Rigorosa e Setor de Preservação Ambiental. O Setor de Preservação Rigorosa é constituído por áreas de importante significado histórico e/ou cultural que requerem sua manutenção, restauração ou compatibilização com o sítio integrante do conjunto. O Setor de Preservação Ambiental é constituído por áreas de transição entre o Setor de Preservação Rigorosa e as áreas circunvizinhas. As Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-cultural são formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados de expressão artística, cultural, histórica, arqueológica ou paisagística, considerados representativos da memória arquitetônica, paisagística e urbanística da cidade (Lei nº 16.176/96).

No processo de patrimonialização do Sítio Histórico da Várzea, os valores atribuídos consideraram seu valor estético, artístico, arquitetônico e de uso social, e está em conformidade com a política de preservação do patrimônio histórico cultural contida na Lei nº 17.511/2008, que trata do Plano Diretor da Cidade do Recife. O Plano Diretor é um importante instrumento para compreensão do significado cultural desse sítio histórico e sua preservação, pois esta lei estabelece a importância de preservar as referências histórico-culturais, conforme descrito na citação abaixo:

a importância para a preservação da paisagem e de memória urbana; a importância para a manutenção da identidade do bairro; o valor estético formal ou de uso social, relacionado com a significação para a coletividade; e a representatividade da memória arquitetônica paisagística e urbanística dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX; tombamento pelo estado de Pernambuco e tombamento pela União (RECIFE, 2008).

O Setor de Preservação Ambiental do Sítio Histórico da Várzea abrange a Praça da Várzea e o seu entorno, a Rua da Feira, o Pátio das Igrejas e o Casarão da Várzea, além de seis imóveis especiais de preservação<sup>8</sup> (IEP). Estende-se a partir do cruzamento da Estrada da Levada com a Rua João Francisco Lisboa, Rua Bulandy, Rua Francisco Lacerda, Rua Doutor Correia da Silva, parte da Rua Amaro Poroca, Rua Coronel Pacheco, parte da Rua 6 de Março, parte da Avenida Afonso Olindense, Rua Maria Lacerda, Rua Mendes Martins, Rua Sarandi e Rua Azeredo Coutinho (Rua da Feira).

---

<sup>8</sup> Art. 2º Imóveis Especiais de Preservação - IEP - são exemplares isolados, de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural da cidade do Recife, cuja proteção é dever do Município e da comunidade, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal (RECIFE, Lei nº 16.284/97)

Figura 31: Mapa do Casarão da Várzea e do seu entorno



Fonte: Google Earth Pro

A Praça da Várzea situa-se no coração do centro histórico do Bairro, entre as ruas Azeredo Coutinho, Coronel Pacheco, Sarandi e Amaro Gomes Poroca, a Avenida Afonso Olindense e a Escola Cândido Duarte, e ao lado do Casarão da Várzea. É um dos polos carnavalescos da cidade do Recife e palco de diversos eventos culturais e atividades de lazer. A Praça e seu entorno se caracterizam por uma dinâmica de vida urbana resultante do comércio local, feiras informais, residências e escolas. A Praça é circundada e cortada por ruas de intenso fluxo de carros e ônibus, nessa malha viária destacam-se a Rua Amaro Gomes Poroca que interliga a Praça a UFPE e a Avenida Afonso Olindense, que conecta o bairro da Várzea ao bairro da Caxangá.

O nome Pinto Dâmaso foi em homenagem ao prefeito do Recife da gestão de 1891 a 1893. O entorno da Praça é marcado por um conjunto de edificações, entre as quais, sobrados dos séculos XIX e início do XX, cujas fachadas circundantes lhe conferem um caráter bucólico, de significativo valor histórico e estético.

Em 1936, Burle Marx elaborou o primeiro projeto de ajardinamento da Praça, cujo marco norteador foi o cenário do lugar evocado pelas palmeiras imperiais, existentes no local. O projeto teve como foco o playground, o coreto, um lago central com fonte em espaço aberto no centro da Praça, e um caramanchão para sombreamento da área. Além desses equipamentos, o projeto estabelecia, em torno da Praça, um anel de contorno com vegetação. A calçada mais larga e sombreada, a oeste, que deixaria o espaço agradável para o uso das

peessoas. Esse projeto não foi executado na época e a área manteve-se abandonada por um longo período de tempo. Posteriormente, no projeto executado para sua revitalização, foi aberta uma rua, entre os playgrounds, que conecta a rua Amaro Poroca a Rua Sarandi, em virtude da necessidade de circulação de carros e ônibus.

Em 1973, a Prefeitura implantou um projeto elaborado pela arquiteta Maria do Socorro Florêncio Mussalém, que propôs para a Praça a construção de uma quadra esportiva no espaço central, rodeada por espaços de convivência, antes previsto para o espelho d'água. Além de uma área coberta para jogos de mesa e um pequeno playground, no mesmo local previsto no projeto de Burle Marx, mantendo também a cortina de palmeiras que circundam a Praça e a grande área sombreada por árvores localizadas no trecho onde fica a calçada mais larga.

Em 1995, um novo projeto foi elaborado pela arquiteta Tereza Coelho pelo qual a Praça foi cortada por uma via, que dividiu a Praça em dois espaços, para a instalação de uma parada de ônibus. Houve um deslocamento dos quiosques de comércio informal, que funcionavam na área utilizada, para a construção da parada de ônibus. Com isso, houve uma alteração no projeto anteriormente implantado. Este novo projeto provavelmente foi influenciado pelo desenho de Burle Marx, que estabelecia duas áreas distintas, hoje ocupadas com espaço de convivência e um pequeno comércio local.

Figura 32: Praça da Várzea



Fonte: <https://poraqui.com/varzea/praca-da-varzea-um-quase-projeto-do-paisagista-burle-marx/>

Figura 33: Parada de ônibus da Praça da Várzea



Fonte: <https://www.transportes-daniel.blog.br>

Figura 34: Feira Agroecológica/prédio da Escola Cândido Duarte (Sec. XIX)/barracas de comerciantes



Fonte: <https://www.brasildefatope.com.br>

Em 2011, a Praça da Várzea foi requalificada com projeto elaborado pela arquiteta Maria Inês de Oliveira Mendonça. Geralmente as obras de requalificação da Praça da Várzea são realizadas em anos eleitorais, assim como ocorreu com a proposta de restauro do Casarão da Várzea e a construção do pátio da feira em seu quintal.

A Praça da Várzea foi classificada como Jardim Histórico em 2016, com a promulgação do decreto nº 29.537 que instituiu 15 espaços públicos do Recife projetados por Burle Marx, entre os anos de 1934 e 1937, quando exerceu a função de diretor do Setor de Parques e Jardins da Diretoria de Arquitetura e Urbanismo do Governo do Estado de Pernambuco. Este Decreto foi inspirado na Carta de Florença (1981) publicada pelo ICOMOS.

A Carta de Florença sobre a proteção dos jardins históricos estabelece em seus artigos:

Artigo 1º - Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado monumento.

Artigo 5º - Expressão de relações estreitas entre civilização e a natureza, lugar de deleite, apropriado à meditação e ao devaneio, o jardim toma assim o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um *paraíso* no sentido etimológico do termo, mas que dá testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época, eventualmente da originalidade de um criador.

Artigo 7º - Ligado a um edifício, do qual será parte integrante ou não, o jardim histórico não pode ser separado de seu próprio meio ou ambiente urbano ou rural, artificial ou natural. (CARTAS PATRIMONIAIS, 1995, p. 291).

Este documento, juntamente com a Carta de Juiz de Fora (2010, p.3), traz discussões que se alinham a realidade dos jardins e sítios históricos brasileiro, com o estabelecimento de definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda do patrimônio integral, uma vez que visa a proteção do jardim histórico e do seu entorno, integrando o patrimônio edificado ao monumento vivo. De acordo com este documento, “os jardins históricos são um rico testemunho da relação entre a cultura e a natureza, testemunho que preserva no caráter das intervenções realizadas no local e na salvaguarda do espírito do lugar” (IPHAN, 2021).

Figura: 35 – A Praça e o Casarão da Várzea



Fonte: Escola Aberta EMCA: A PRAÇA DA VÁRZEA

De acordo com o Decreto nº 29.537 de 23 de março de 2016, a Praça da Várzea possui além dos seus atributos histórico-culturais atributos botânicos, foram identificadas espécies da flora tais como: mangueira, oiti-da-praia, palmeira imperial, baobá, brasileirinho, acácia, aroeira, chuva-de-ouro, jasmim, espirradeira, pata-de-vaca, cabaceira, além de outras espécies que são plantadas pelos moradores.

A Praça manteve em seu traçado grande parte das ideias de Burle Marx, expressa na compreensão de definição de um grande recinto circundado por uma cortina de vegetação abrindo no centro uma grande clareira. Possui 15 postes de iluminação de ferro, 15 bancos de madeira tipo veneziano, 10 bancos curvos de concreto sem encosto, 05 brinquedos em concreto, 01 quadra poliesportiva, edificação de apoio com sanitários, 01 parada de ônibus na calçada da Praça com coberta em forma de arco. De acordo com o Decreto nº 29.537/16, esses objetos devem ser conservados (RECIFE, 2016).

Figura: 36 – Praça da Várzea e seu entorno



Fonte: <https://revista.algomais.com>

Figura 37: Maracatu Real da Várzea/Aniversário 2021



Fonte: Autor, 2021

Este espaço é palco de manifestações da cultura material e imaterial que caracteriza os modos de vida dos moradores do bairro. Nele são realizados festas, festivais, feiras, dentre outras referências culturais que foram reconhecidas como patrimônio no inventário

participativo realizado pela UFPE em parceria com a comunidade e a Escola de Arte João Pernambuco, que foi mencionado anteriormente.

A Praça é vista como um Museu Vivo, segundo a fala da moradora Beta Ferralc artista, coordenadora do Espaço Peixe Beta, entre outras atividades coordena o Pastoril das Meninas Encantadas, registrada no livro intitulado “Lendas e Aparições do bairro da Várzea”, publicado em 2020:

“Eu acredito que pode se pode dizer que a praça é um museu vivo. Vivo porque está sempre se transformando e ai vai guardando sua história. Se a gente para e observa, a gente vai percebendo a história da Várzea ou parte dela” (FERRALC, 2020, p.37).

Do ponto de vista museológico todo museu é vivo na acepção de estar ligado ao presente, às coisas da vida e tendo como característica o ser dinâmico, mutável, adaptável, de braços dados com a realidade, o museu é entendido como (parte de) um processo e em processo (SCHEINER, 1999, 2012; CHAGAS, 1985, 2010; RÚSSIO, 1984, 2010). Essa concepção também foi expressa e recomendada na Mesa de Santiago em 1972 e pode estar ligado a ideologias conservadoras e/ou reacionárias. O vivo não indica uma posição social engajada com as necessidades e demandas das minorias ou dos oprimidos. É importante pensar também que pelo fato de um lugar ter um ‘acervo’, ele não necessariamente pode ser considerado um museu, em seu sentido restrito. A concepção de museu do ponto de vista popular pode ser levada em consideração, assim como a concepção científica. Pois é possível a conciliação entre os dois conceitos, desde que respeitados seus referenciais teóricos. Portanto, é relevante que se tenha cuidado para não misturá-los, nem tomar um pelo outro.

A Carta de Juiz de Fora é um referencial que pode ser utilizado para compreensão dos sentidos e significados da Praça, pois considera como jardim histórico os sítios e paisagens agenciadas pelo homem, a exemplo de praças, passeios públicos, pomares, quintais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos. Afirma que a natureza e a história são elementos vivos e dinâmicos em incessante mutação.

Nessa Carta também são descritos os profissionais envolvidos na preservação do patrimônio cultural, aborda, ainda, os sítios caracterizados como jardins históricos e seus entornos. Assim, no rol dos profissionais está envolvido o museólogo. De acordo com Teresa Scheiner, no diz respeito a atuação dos museólogos, estes:

devem atuar como mediadores entre as várias manifestações do Museu e a sociedade, usando os museus como agências de formação e de transformação; devem elaborar um discurso que permita, aos distintos grupos sociais, maior compreensão sobre seu lugar no mundo, seus direitos e suas responsabilidades para com o meio ambiente. E também, quando necessário utilizar a Museologia como instrumento contra a face perversa da globalização – a favor da pluralidade cultural e social, das liberdades políticas e filosóficas e da paz. Mas esta é a prática museológica apenas possível quando se percebe o Museu em processo, jamais como coisa dada e quando se admite o Museu em pluralidade (SCHEINER, 2008, p.11-12).

A implicação do que foi dito acima é de que os “sítios patrimoniais são lugares carregados de sentidos, depositórios de formas simbólicas e representações que possuem, em si mesmas, o poder de evocar” diversas e diferenciadas emoções e significados. Estes são espaços onde se vive e desenvolve-se a memória e se “testemunha a história do tempo que representa” (SCHEINER, 2004, p. 127-128).

Vale ressaltar que o processo de patrimonialização do Sítio Histórico Praça da Várzea não contemplou os bens da cultura imaterial que fazem uso da praça e do seu entorno. O conceito de patrimônio foi ampliado ao longo dos tempos com a inserção de novos patrimônios, a exemplo dos bens culturais imateriais. Conforme a Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial este é definido como sendo:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2003).

Na Várzea existem muitas manifestações culturais que se enquadram nessa categoria: grupos de coco, maracatu, pastoril, capoeira, blocos de carnaval, culinária, as feiras, dentre outras, que fazem parte desse patrimônio que foi identificado como patrimônio do bairro da Várzea no Inventário Participativo.

Como exemplo dessas manifestações temos o bloco carnavalesco anárquico E Eu?, que é uma referência cultural criada pelos moradores e frequentadores da Rua da Feira, local em que o bloco se apresenta. Diversos grupos musicais participam dessa atividade. Geralmente o bloco realiza o desfile circundando o Setor de Preservação Rigorosa do Sítio

Histórico, e faz uma parada oficial em frente da Igreja Matriz para dançar a tradicional ciranda no pátio das igrejas.

Figura 38: Zé Lasca Vara (coquista), músicos e feirantes



Fonte: <https://globoplay.globo.com>

Figura 39: Maracatu Real da Várzea no coreto da Praça da Várzea/Aniversário 2021



Fonte: Autor, 2021

Figura 40: Bloco Carnavalesco E Eu?



Fonte: <https://poraqui.com/varzea/tres-previas-para-curtir-o-carnaval-sem-sair-da-varzea-no-fim-de-semana/>

A percepção do patrimônio integral permite compreender a complexidade das representações do patrimônio na sociedade, ou seja, o múltiplo no uno. Tudo o que se inscreve formalmente na esfera do patrimônio está protegido por um estatuto legal, que documenta, analisa e inventaria todo o conjunto patrimonial. O patrimônio é uma poderosa via de recuperação de modelos exemplares de vivência cultural (SCHEINER, 2004).

Para Gonçalves (2007),

Os patrimônios são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação que funda a memória e a identidade (...) Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso a disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. (GONÇALVES, 2007, p. 155)

O processo de patrimonialização dos bens culturais envolve diversos especialistas e organizações públicas, as comunidades tradicionais, os moradores de bairros históricos, os agentes dos poderes públicos e profissionais especializados no estudo do patrimônio que decidem sobre o que deve ser patrimonializado ou musealizado. A musealização é, por assim dizer, livre; já a patrimonialização somente pode ser feita por meio de agência oficial

### **2.3 A patrimonialização do Casarão da Várzea – antigo Hospital Magitot**

A política de preservação das edificações de significação cultural para a preservação da memória urbana desenvolvida pela Prefeitura do Recife teve início com o Plano de Preservação dos Sítios Históricos no final dos anos 1970. No entanto, diversos imóveis da arquitetura eclética localizados dentro e fora dos limites das zonas de preservação ficaram desprotegidos.

As primeiras edificações classificadas como IEP foram motivadas pelas reivindicações dos moradores dos bairros nobres da margem esquerda do rio Capibaribe – Casa Forte e Poço da Panela – que tinham como um de seus objetivos a revisão da legislação urbanística, para que assim fosse preservada a memória urbana representada pela arquitetura eclética de edificações, que não foram contempladas com a criação da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural Poço da Panela - ZEPH 05. Como resultado dessas reivindicações, foi criada a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do Monteiro - ZEPH, ampliando o número de IEP. Em meados da década de 1990, o Departamento de Preservação do Patrimônio dos Sítios Históricos ampliou a relação de Edifícios Isolados que possuem valores arquitetônicos e simbólicos que são reconhecidos pelas comunidades devido a sua importância histórico-cultural.

Com a promulgação da Lei do Uso e Ocupação do Solo nº 16.176/96, é delimitado o perímetro da ZEPH 07 - Sítio Histórico Praça da Várzea, na qual está situado o Casarão da Várzea, e é nesta lei que foram definidos os conceitos e critérios para classificação dos IEP.

Na década de 1990, foram publicadas as leis nº 17.323/1996, que regulamenta o processo classificação dos IEP, levando em consideração dentre outras coisas: i) a referência histórico-cultural; ii) a época e o estilo arquitetônico; iii) a importância para preservação da memória urbana; e a nº 16.284/1997 que definiu os IEP como “exemplares isolados, de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural da cidade do Recife, cuja proteção é dever do município e da comunidade”. Outros aspectos também são considerados, a exemplo dos estados de conservação e preservação do imóvel avaliados pelos especialistas responsáveis. (RECIFE, 1996; 1997)

Muitos desses imóveis são considerados Casas Históricas e Museus Casas. Essas Casas Históricas são reconhecidas pela Prefeitura da Cidade do Recife como IEP inseridas em ZEPH. Em Recife, algumas casas históricas são tombadas pelo IPHAN – Casa de Joaquim Nabuco, na rua da Imperatriz, nº 147; Casa de Oliveira Lima, na rua Oliveira Lima, nº 813; Sobrado da Madalena, na praça João Alfredo, onde residiu o conselheiro João Alfredo (atual Museu da Abolição).

As leis referenciam a importância da participação da comunidade no processo de preservação do patrimônio. Nos anos 1990, os moradores da Várzea realizaram ações para preservação do Casarão da Várzea, junto aos órgãos de preservação do patrimônio cultural do Estado de Pernambuco e da Prefeitura da Cidade do Recife, objetivando a sua inclusão na lista de IEP na política urbana do Plano de Preservação do Sítio Histórico da Várzea. Apesar da reivindicação da população, a Prefeitura só levou em consideração o seu avançado estado de degradação para não incluí-lo no processo de patrimonialização.

Figura 41: Fachadas do Casarão e barracas de comerciantes



Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2020/12/12008999-justica-determina-que-a-prefeitura-do-recife-restaure-casarao-secular-na-varzea.html>

Na época, a Diretoria de Preservação de Sítios Históricos (DPSH) da Empresa de Urbanização do Recife na pré-seleção de imóveis a serem preservados pela sua importância arquitetônica, histórica e/ou cultural desenvolvidos nos anos 90, não contemplou o prédio do antigo Hospital Magitot.

O parecer técnico da DPSH sobre o antigo Hospital Magitot atribuiu nota zero ao estado de conservação e nota zero por considerar que o imóvel não fez parte de um conjunto urbano. Na avaliação do parecer técnico, o Casarão da Várzea obteve a pontuação 13, considerada abaixo da pontuação mínima para o processo de pré-seleção. O estado de conservação e a exclusão do conjunto urbano contribuíram para que o Casarão não fosse preservado pelo poder público (RECIFE, 2020).

No entorno imediato do Casarão da Várzea estão localizados cinco IEP's: a Igreja Presbiteriana da Várzea, situada na Avenida Afonso Olindense, 2070 e o conjunto três imóveis

nºs 1969; 1985 (Roseótica e Farmácia) e 1981 (Villa Dominas) localizados na rua Coronel Pacheco, o Educandário Magalhães Bastos (Seminternato), situado na rua Francisco Lisboa, s/nº, esses imóveis estão inseridos na ZEPH-07. Os IEP's Instituto Santa Maria Mazzarello, 1553 e Villa São José, 606, situados na Avenida Afonso Olindense, estão fora dos limites de preservação do Sítio Histórico da Várzea. Este fato demonstra que os limites de preservação determinados pela legislação municipal precisam ser revistos.

Figura 42: Igreja Presbiteriana da Praça da Várzea



Fonte: <http://oxerecife.com.br/2020/09/01>

No ano de 2012, a DPPC, que substituiu a DPSH, solicitou um novo parecer técnico, o qual reconheceu a importância de preservar o Casarão da Várzea, apesar do seu estado precário de conservação, que, segundo consta, decorreu da falta de uso (RECIFE, 2020). Vale reforçar que o Casarão pertence à Prefeitura, e tem grande relevância para a memória urbana da cidade. Vale salientar que, durante treze anos, o anexo e os cômodos do fundo do imóvel foram ocupados por uma família que foi retirada durante o processo de patrimonialização.

Segundo o parecer técnico, o Casarão da Várzea foi inaugurado em 27 de maio de 1905, como consta na inscrição de sua fachada frontal, que seu estilo é eclético – chalé romântico de influência inglesa. O imóvel apresenta referências de uma época conhecida como alto ecletismo, sendo o único exemplar com dois pavimentos (um térreo e um andar superior) com essa arquitetura no Recife. Com abertura oval na fachada, muros baixos com gradil, afrescos com motivo floral nas paredes internas do edifício. O guarda-corpo das

varandas é de ferro com motivos filomorfos. Possui um porão com grade em chumbo, também com motivos filomorfos. O edifício é composto por arcos plenos e olhal. O Casarão é um retrato da sociedade pernambucana dos fins do século XIX e início do XX, reflete o gosto inglês tão em voga no Brasil naquela época. Foi classificado como IEP em 21 de maio de 2015, pelo Decreto nº 28.822/2015. Este parecer levou em conta o parecer anterior de 1997 que não selecionou o imóvel para preservação, mas reconheceu a necessidade de serem realizadas ações urgentes que garantam a sua salvaguarda, tendo em vista que seu estado de conservação precário foi agravado pelo um incêndio ocorrido em 1992 (DPPC, 2020).

O parecer da DPPC considerou o Casarão da Várzea em estado de preservação modificado. As modificações não alteraram a leitura do seu estilo arquitetônico. As alterações ocorreram com as construções de anexos utilizados pelo Hospital Magitot para atendimento ambulatorial e que foram demolidos (DPPC, 2020).

No quintal do imóvel onde, de acordo com o projeto de intervenção da Prefeitura, seria instalada a feira livre, foi identificada uma quantidade significativa de plantas que constituem o patrimônio inventariado pelos moradores. No local encontramos: mangueira, cajueiro, sapoteiro (sapoti), pitangueira, acácia, bromélia, jaqueira, ubaia, barriguda, figueira, palmeira imperial, dentre outras. Algumas plantas, a exemplo do fícus, cresceram entre a estrutura do Casarão da Várzea, e será necessário uma análise técnica para decidir quais procedimentos devem ser utilizados para garantir a conservação da estrutura do imóvel. O parecer técnico da DPPC não mencionou os atributos botânicos do Casarão.

Davallon (2015) compreende a patrimonialização como um processo pelo qual um novo laço vai ser construído entre o presente e o passado. O autor apresenta duas condições necessárias ao comprometimento da patrimonialização: a existência de um interesse social e a possibilidade de um conhecimento desse objeto e de seu mundo de origem. A luta pela preservação do Casarão é um exemplo disso que aponta o autor. Como vimos em Davallon (e outros) esse aspecto relativo à participação popular, como também enfoca a Carta de Petrópolis, é de suma importância na determinação do que deve ser preservado e que somente com a participação da comunidade local poderá ser efetivamente preservado.

Afinal e como vimos enfatizando, o Casarão da Várzea é um bem cultural que representa a arquitetura e a memória recifense e faz parte da identidade cultural dos varzeanos. Ele foi utilizado como moradia e espaços de lazer para os moradores que o utilizaram e utilizam para atividades de capoeira, criação de animais (principalmente cavalos), recreativa, coleta de água, depósito de lixo e é até mesmo como banheiro. Os usos são diversos.

Ainda de acordo com a Carta de Petrópolis de 1987, o objetivo final da preservação é a manutenção, e o Casarão deixa bem evidente o exposto por este documento:

o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo. (...) O objetivo último da preservação é a manutenção e a potencialização de quadros e referenciais necessários para a consolidação da cidadania. É nessa perspectiva de reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação incrementa a qualidade de vida (CARTAS PATRIMONIAIS, 1995, p. 329).

A degradação do imóvel é um fato marcante na história do Casarão. Ao longo da década de 1990, ele sofreu sérias danificações. Em 1992, ocorreu um incêndio que afetou o teto e os pisos dos dois pavimentos. Após este acontecimento, a Associação dos Moradores da Várzea solicitou à Prefeitura a concessão da área para uma família de moradores do bairro. Assim, João Rosa da Silva, sua esposa e três filhos passaram a residir em um anexo que existia no pátio e onde, na época do hospital Magitot, funcionou um consultório odontológico. A Associação dos Moradores também reivindicou à FUNDARPE a restauração desse Casarão.

Em 2013, João Rosas, esposa e filhos foram despejados do anexo situado ao lado do Casarão. As condições estruturais do imóvel está presente na fala do seu filho, José Rosas, músico, autônomo e morador da Várzea, em entrevista concedida ao jornal Diário de Pernambuco em 01 de agosto de 2015:

na época em que viemos morar, uma associação de médicos era responsável pelo imóvel, que já estava degradado. Chamaram meu pai, João Rosas, para ser o caseiro, a dois anos a prefeitura retirou do terreno e agora só se vê ruínas". *Além disso* "é importante para a comunidade que esse patrimônio seja reconstruído, porque faz parte da história do bairro (ROSAS, 2015)

Os artigos publicados pelo Conselho de Medicina de Pernambuco (CREMEPE) e pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) sobre a história do Casarão da Várzea, relatam que em 2008 a FUNDARPE elaborou um projeto para restaurar o Casarão e transformar em um centro cultural para atender a comunidade, a autarquia era presidida pela arquiteta e professora do Departamento de Arquitetura da UFPE Terezinha Pereira. Este projeto contou com a participação da Prefeitura do Recife e de estudantes do curso de arquitetura da UFPE. Neste centro cultural seriam oferecidos cursos profissionalizantes, escolas de música, moda, gastronomia, produção artesanal, voltados, principalmente, para a juventude; além de um

restaurante. Entretanto, o projeto não foi implementado e segundo informações de uma moradora antiga do bairro teria sido motivado por divergências entre os gestores da UFPE e da Prefeitura.

Terezinha Nunes, em entrevista dada ao jornal Diário de Pernambuco em 2015, lamenta o estado em que se encontra o prédio:

Lamento que o casarão esteja abandonado. Enquanto a comunidade da Várzea reconhece a importância do prédio para a cidade, o mesmo não acontece com o poder público. Deveria haver uma proteção oficial. É um desserviço para o patrimônio” (NUNES, 2015)].

Na mesma matéria do jornal Diário de Pernambuco, foi informado que a Prefeitura construiria um mercado público na área externa do referido chalé para abrigar os comerciantes informais que trabalham no seu entorno; além da realização de uma intervenção no imóvel. Fato que provocou indignação de parte dos moradores que não participaram da formulação da proposta. O projeto de restauro é de responsabilidade da DPPC, que indicaria as possibilidades de usos do chalé, depois de reformado (VASCONCELOS, 2015).

Figura 43: Fachada lateral Casarão/spital Magitot



Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/04/09/movimento-salve-o-casaraoda-varzea-promove-acao-cultural--230264.php>

Na avaliação da diretora da DPPC, arquiteta Lorena Veloso, apesar do estado de arruinação, será possível manter a originalidade e essência compositiva do edifício, resgatando as características originais da Casa Histórica – Casarão da Várzea. Para Lorena Veloso “o imóvel evidencia muitos de seus atributos físicos que sobreviveram ao processo de desgaste e de abandono. Por exemplo, é possível fazer uma leitura de elementos decorativos como os adornos e assoalhos” (VELOSO, 2015).

O uso do espaço do Casarão para o funcionamento de um mercado público é um tema polêmico para população, arquitetos e urbanistas. Não houve consenso quanto ao projeto apresentado pela Prefeitura, e integrantes do Movimento Salve Casarão da Várzea entraram com uma ação na justiça, para que, além do mercado público, o projeto inserisse o restauro do Casarão; e que as decisões tomadas fossem consensuadas com os moradores.

Na fala do feirante Manuel José de Arruda - que, há cerca de 26 anos comercializa peças para cozinha em uma das barracas situada na entrada do Casarão da Várzea, que assumiu essa atividade depois de trabalhar como pedreiro na construção do Conjunto Residencial Cidade Universitária (antigo Sítio dos Padres), para ele a proposta da Prefeitura é boa, segundo sua fala em entrevista concedida ao jornal Diário de Pernambuco:

Quatro prefeitos prometeram que reformariam o chalé para fazer um mercado. Eu acho que seria muito bom, porque tiraria a gente da calçada e ajudaria a conservar o imóvel, que hoje só serve como ponto de drogas e prostituição (ARRUDA, 2015).

Já Cristiano Borba, arquiteto e urbanista da Fundação Joaquim Nabuco, discorda da utilização do espaço para a construção do mercado público: “eu não acho que esse tipo de edificação funciona como mercado público. Acredito que não é assim que se trata esse tipo de patrimônio” (BORBA, 2015). A sua transformação em mercado público, ou em centro cultural, é uma decisão que deve ser tomada em audiência pública, com a participação das pessoas que moram no bairro, pois trata-se de um tema polêmico para feirantes, militantes e especialistas.

Para Meneses (2006) os usos da cidade como bem cultural devem levar em conta as necessidades sociais ou culturais da população local. Geralmente, predomina para esse tipo de edificação o uso cultural. Sua preservação e sua transformação em museu seria uma ação que levaria em consideração sua relevância histórica. Um exemplo desse tipo de utilização é Mercado Velho de Santo Amaro, da cidade de São Paulo, que foi transformado em centro cultural. Seguindo a argumentação do autor, a ideia de museu pode ser um caminho para que a Prefeitura do Recife defina o uso do Casarão da Várzea com base no seu valor histórico.

Mas que é necessário que seja levado em consideração se de fato a criação de um museu seria a solução mais adequada, pois nem todo prédio histórico para a preservação deve ser transformado em museu, pois nem tudo é ou deve ser museu. Caso a população e os entes estatais decidam pela musealização do Casarão, não se deve excluir outras funções que englobem outras áreas da cultura e do mundo do trabalho.

Os usos do Casarão ainda estão indefinidos, entre as propostas de mercado público e de centro cultural, há muitas divergências entre os atores sociais envolvidos. Segundo Garcia Canclini (1996, p. 78) é necessário preservar o patrimônio edificado a partir do conhecimento das necessidades da população local, pois os “usos sociais do que foi produzido no passado devem estar relacionados com as necessidades contemporânea da maioria da população”.

Segundo Abreu (2015), os processos de patrimonialização deixaram de ser atributos de algumas falas autorizadas legitimadas no aparelho do Estado para se converter em falas plurais tecidas em redes em que interagem diversos agentes, entre os quais se destacam as organizações não governamentais, os especialistas, as comunidades, os patrocinadores e os agentes estatais.

De acordo com a Declaração de Amsterdã (1975), a conservação do patrimônio deve ser integrada entre os poderes públicos e a participação popular deve ser levado em conta os fatores sociais e os valores culturais, históricos, arquitetônicos e de utilização envolvidos no processo de preservação e conservação das edificações. Reiterando essa abordagem, lembremos que Canclini (1996) compreende os usos sociais do patrimônio como espaço de disputa econômica, política e simbólica, e estão atravessados pela ação de três agentes sociais: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais.

Para Funari (2006), esta Declaração inaugurou uma abordagem a partir da noção de integração do patrimônio à vida social e conferiu ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e recomendou a participação popular nos processos de conservação, visando garantir a identidade do espaço e evitar a especulação.

Dessa forma, mostra-se como é importante a participação da comunidade no processo de patrimonialização. Há casos em que os processos de patrimonialização costumam estar ligados ao turismo cultural. Podemos observar isso ao analisar o processo de patrimonialização do Bairro do Recife em Pernambuco e a relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento do turismo.

Segundo Proença Leite e Peixoto (2009), através de complexos processos de patrimonialização, busca-se reconstruir as imagens das cidades, e sobretudo de suas zonas

históricas, visando a superação de um incontornável processo de declínio. Esse processo de patrimonialização implica diferentes níveis de intervenção, com fortes repercussões na infraestrutura urbanística e arquitetônica.

Segundo a Constituição Federal de 1988, é papel do Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Nesse sentido, os usos sociais e culturais do Casarão da Várzea e do seu entorno imediato podem ser de uso comum para os moradores e visitantes. E neste caso, a gestão dos bens patrimoniais deve ser compartilhada por todos os envolvidos.

Para Arantes (2006), é importante realizar formas de gestão compartilhadas do patrimônio cultural, valorizando a sua inserção na vida urbana e equacionando em termos práticos e de modo efetivo o preceito constitucional de responsabilidades concorrentes entre sociedade civil e as esferas federal, estadual e municipal do poder público.

A participação popular no processo de patrimonialização do Casarão da Várzea é de fundamental importância para a sua efetividade e efetivação. Para isso, é relevante que este seja utilizado pela comunidade e visitantes. O envolvimento dos moradores e dos movimentos sociais e culturais nas esferas de tomada de decisões sobre patrimônio do bairro é uma das formas de garantir o pleno exercício dos direitos sociais e culturais.

Cabe destacar que o Casarão e seu entorno, mesmo não restaurado, constitui-se desde de 2016 em um lugar onde diversos grupos e agentes sociais realizam suas atividades, a exemplo dos grupos de hip-hop, das oficinas de grupos de percussão, e dos festivais de música, que têm como atrações principais os grupos musicais do bairro. Também ocorrem neste espaço eventos de gastronomia, atividades de lazer e esporte, exposições, dentre outros. Portanto, a preservação desse patrimônio configura-se como uma ação que garante direitos relativos à cidadania cultural e a democratização da cultura (CANCLINI, 1987, CHAUI, 2006).

O processo de patrimonialização do Casarão da Várzea e do seu entorno atenderia o disposto no artigo 30 do Plano Diretor do Recife que afirma:

a função social da cidade do Recife corresponde ao direito de todos ao acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte, à saúde, à educação, à assistência social, à segurança pública, ao lazer, ao trabalho e renda, bem como a espaços públicos, equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos, ao patrimônio ambiental e histórico-cultural (RECIFE, 2008).

As ações necessárias para a preservação e conservação do Casarão, estão fundamentadas também na Recomendação sobre a Conservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Execução de Obras Públicas ou Privadas, que determina que os gestores públicos devem adotar medidas de preservação de bens culturais, bem imóvel, edificação de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, sabendo que os bens culturais integram seus entornos (CARTAS PATRIMONIAIS, 1995).

A Prefeitura da cidade do Recife colocou em prática uma proposta de restauração do Casarão da Várzea, articulada à ideia de intervenção urbana na forma de um empreendimento econômico. O modelo apresentado pela Prefeitura não contempla os interesses dos moradores quanto à função cultural desse espaço. Como consequência desse impasse, e com a ausência de ação contínua do poder público, o Casarão da Várzea continua se deteriorando e perdendo as suas características.

A Várzea se constitui em importante centro histórico, e possui vasto patrimônio histórico e cultural. Assim, encontramos no sítio histórico um riquíssimo patrimônio onde podem ser desenvolvidas atividades turísticas e culturais. Esse patrimônio vem sendo explorado por empresas do ramo da construção civil que se utiliza das imagens dos bens culturais e ambientais para atrair moradores para seus empreendimentos no bairro (VIEIRA, 2006).

No que diz respeito aos núcleos urbanos, Lefebvre (2016, p. 12-13) ressalta que “as qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um papel na sua manutenção”. Estes núcleos acabam se tornando um “produto de consumo de alta qualidade para estrangeiros, turistas etc.”. E conclui que a sobrevivência destes núcleos é derivada ao “duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar”.

De acordo Lefebvre (2016, p. 21), pode-se pensar o Casarão da Várzea e seu entorno a partir de suas:

qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se assim produto de consumo de alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar.

Nesta perspectiva, o Casarão da Várzea e o seu entorno possuem valor de troca e valor de uso pela intensa vida urbana proporcionada pelas universidades, grandes museus particulares e museus universitários, cafés, instituições culturais e educacionais que realizam atividades na praça da Várzea e no pátio das igrejas, além das atividades realizadas pelo

poder público, e de festivais realizados em parceria com os movimentos culturais do bairro da Várzea.

Mas, é dentro deste contexto que surge o chamado fenômeno da gentrificação. Ou seja, o processo de revitalização de áreas deterioradas física e socialmente, transformando-as em áreas nobres através da expulsão dos antigos moradores e apropriação destas áreas pelas classes média e média alta. Entende-se, então, por gentrificação o processo de substituição de classes na apropriação de áreas históricas que normalmente é iniciado por artistas, intelectuais ou pessoas de sensibilidade em relação à cultura. (VIEIRA, 2006)

Um exemplo destacado por Vieira (2006) é a revitalização do Bairro do Recife, ela observa que a intervenção por parte do Estado em parceria com a iniciativa privada, em áreas históricas teve como objetivo mudar o tipo de apropriação do lugar. A autora deixa evidente a existência de uma busca de formação de uma imagem positiva, através de uma estratégia de utilização do marketing urbano para a divulgação desta nova imagem em formação, dando ênfase ao valor atribuído a área histórica e manifestações culturais.

Isso, não impede que a população local também possa se apropriar desse espaço renovado. Pois cada um o consome, como fala Lefebvre (2016), mesmo que, originalmente, esses espaços tenham sido pensados para outras gentes. O espaço é vendido através da imagem que é um espalho familiar destinado, principalmente, a atividades de lazer de pessoas que apreciam a história e a cultura do lugar.

De acordo com Vieira (2006), um dos papéis que a história e a memória assumem na contemporaneidade é observado nas intervenções do urbanismo. A apropriação do espaço revitalizado também passa a se dar de maneira diferenciada. A palavra apropriação denomina singularidade, a particularidade, a sensação de propriedade das pessoas em relação a um espaço. O processo de apropriação implica uma relação com o outro e um processo de negociação. Cada espaço é uma esfera culturalmente construída, onde cada pessoa constrói um ponto de vista sobre o mundo que é particular de cada um.

Em relação ao sítio histórico da Várzea o que foi exposto por Vieira (2006) deve ser levado em consideração para qualquer intervenção estatal que venha a ser feita neste local. No caso específico do Casarão, o valor histórico atribuído à defesa e preservação dessa Casa Histórica e sua transformação em um espaço de memória e cultura deve atender a necessidades dos grupos culturais do bairro e demais moradores. E diante da relação com as comunidades do entorno, as ações podem englobar outros bairros.

No atual processo de patrimonialização, a noção de patrimônio foi ampliada devido aos fatores de identidades que começam a reivindicar seu espaço; de tempo que vê a

destruição de marcas de referências urbanas, que são suporte da memória coletiva; e da indústria turística que cobiça os lugares de memória, visando a sua exploração para a geração de lucro. A manutenção das identidades culturais tem também o objetivo de garantir o sentimento de pertencimento, contrastando com a hegemonia dos valores universais (VIEIRA, 2006).

O reconhecimento patrimonial do Casarão da Várzea partiu do interesse da população que, como reconhecimento de seu valor histórico, artístico e arquitetônico, pressionou os poderes públicos. Nesta pesquisa, percebemos que os diferentes atores sociais que se apropriam dos espaços públicos para a prática social, torna o Casarão e o seu entorno um lugar carregado de sentimentos e significações que formam um campo de disputas e em que diversos capitais simbólicos, em diversos graus, atuam nessa arena cultural-ideológica.

Percebemos também, que os feirantes, os movimentos sociais, professores, estudantes, moradores, arquitetos e urbanistas, organizações não governamentais e governamentais defendem a restauração do Casarão da Várzea e, conseqüentemente, o ordenamento urbano do conjunto histórico da Várzea.

Em dezembro de 2020, o Ministério Público determinou a restauração do Casarão da Várzea pela Prefeitura. Esperamos que, em breve, a Prefeitura cumpra a decisão do Ministério Público para que o Casarão da Várzea seja restaurado e sejam definidos os seus usos. Uma das propostas é que seja transformado em centro cultural. Dessa forma, o uso desse espaço contribuirá para preservação dessa Casa Histórica para a geração do presente e as futuras, como espaço para festas, exposição e comunicação com a comunidade e os visitantes.

A sentença proferida pela magistrada Paula Costa de Almeida do Ministério Público do Estado de Pernambuco, responsável pelo processo das obras de restauração do Casarão da Várzea, determinou que:

Cabe ao município cuidar de seu patrimônio histórico e cultural, especialmente em se tratando de imóvel por ele desapropriado. Não se trata de faculdade, mas de dever, descabendo a desculpa da falta de recursos financeiros. Não se está diante de objetivos que não obrigam o administrador ou que possam ser escolhidos por ele; ao contrário, trata-se de obrigação constitucional e de tal forma deve ser obedecida, sob pena de incidirem as sanções e providências reparatórias cabíveis.

Em novembro de 2021, o Casarão da Várzea foi contemplado com o projeto de “Conservação e Restauo do IEP nº 157 (Decreto nº 28.822/2015), elaborado pela arquiteta Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza, através do edital do Fundo de Incentivo à Cultura, na categoria de projeto arquitetônico e/ou projetos complementares para

recuperação/restauração do patrimônio material (edificações ou espaços públicos) e área de preservação municipal (IEP), com tombamento ou preservação federal e/ou estadual, no valor de R\$ 50.000,00, da Secretaria de Cultura do Recife e Fundação de Cultura da Cidade do Recife. A preservação do Casarão da Várzea ou de qualquer bem cultural significa para Pinheiro e Granato:

qualquer ação que se relacione à manutenção física do bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações. Incluiu, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para conservação de um bem (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p.31).

Diante dos valores atribuídos ao Casarão da Várzea, esta pesquisa levantou aspectos que levam a sua possível musealização dentro da categoria de Casa Histórica. Segundo Desvallès (Apud LIMA, 2015), a musealização é um processo de mão dupla, porém nem todo bem cultural patrimonializado está musealizado, entretanto todo patrimônio musealizado é patrimonializado. O museu patrimonializa, assim como o faz também a universidade com seus bens móveis e imóveis e equipamentos, ou assim como o faz uma firma. Mas, em sentido estritamente jurídico e para ter reconhecimento oficial, é preciso uma agência governamental.

O processo de patrimonialização do Casarão foi intenso no que se refere ao patrimônio edificado. Após décadas de luta dos moradores, estudantes e professores da UFPE, a Prefeitura reconheceu como patrimônio uma Casa Histórica em estilo eclético romântico, reconhecendo seu valor patrimonial e a sua relevância para a comunidade.

## **CAPÍTULO 3**

# **O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO CASARÃO DA VÁRZEA**

## 3 - O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO CASARÃO DA VÁRZEA

### 3.1. Casarão da Várzea: patrimônio cultural e participação popular

Neste capítulo buscamos analisar o potencial museológico do Casarão da Várzea, sua identificação dentro da categoria de Casa Histórica e as possibilidades de musealização como Museu Comunitário. Essa ação se torna possível devido as intervenções de defesa e preservação realizadas pelos movimentos sociais e culturais da Várzea, a exemplo do Movimento Salve Casarão da Várzea (doravante MSCV).

Figura 44: Mapa de localização Casarão da Várzea



Fonte: <https://www.google.com/maps>

Durante o processo de apropriação do Casarão da Várzea, no período de 2016 a 2020, pelo MSCV, foram realizadas diversas atividades e apresentações de grupos culturais locais e de outras comunidades. Esse período foi marcado por intensa participação popular, e esses eventos integraram moradores de diversas faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos), o que gerou uma grande mobilização em torno da preservação do Casarão e sua possível transformação em um centro cultural.

Figura 45: Movimento Salve Casarão da Várzea



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

O Casarão da Várzea é um exemplo de mobilização popular em prol da preservação de uma Casa Histórica representativa de uma certa história e memória urbana e coletiva. Desde os anos 1990, os moradores da Várzea têm-se mobilizado junto à Associação dos Moradores da Várzea, movimentos sociais e poderes públicos visando à restauração do imóvel e a definição de seus usos socioculturais. Segundo Cayer Giraldo (2021), a categoria Casa Histórica surgiu na Europa e nos Estados Unidos no século XVIII e a categoria Museu-Casa ou Casa-Museu no século XIX com a proliferação dos museus pelo mundo, após o advento da Revolução Francesa e a abertura do Museu do Louvre para o público. Segundo Afonso e Serres (2014), a Casa Histórica pode estar ligada à elite, bem como a artistas, poetas, políticos, escritores, professores, pessoas reconhecidas pela sua importância histórica em suas comunidades. Assim como locais onde ocorreram acontecimentos relevantes para a comunidade e fazem parte da trajetória histórica das localidades.

No Brasil, a luta pelos direitos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais presente nos anos 1960 e 1970 influenciou a busca pelos direitos de cidadania na década de 1980, e foi fortalecida pela Constituição de 1988. Um exemplo disso, foram os programas de direito à memória desenvolvidos inicialmente nas gestões dos governos municipais do Partido dos Trabalhadores, na gestão da Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo que tinha

como responsável a professora e filósofa Marilena Chaui, no período de 1989 a 1992 (RETROZ, 2021).

No início dos anos 1990, após a ECO 92, ocorre o crescimento dos movimentos culturais ambientalistas e dos movimentos em defesa e recuperação do patrimônio histórico e cultural e das estruturas urbanas públicas, como é o caso, aqui reportado, do Casarão da Várzea e de seu entorno. Para Gohn (2010), os movimentos em defesa do patrimônio se espalharam pelo Brasil, principalmente pelo Nordeste e capitais do sudeste e sudoeste. Na primeira década do século XX, surgem nas cidades brasileiras mobilizações de iniciativas cidadãs em defesa da cidade, formadas, principalmente, por jovens de várias camadas sociais.

Para Harvey (2014), a história demonstra a participação de movimentos revolucionários na luta de classes nos centros urbanos singulares em oposição às políticas de urbanização capitalista, que tendem a destruir as cidades como bem social, político e habitável. Nas primeiras décadas do século XXI, os movimentos sociais e culturais provocaram uma onda de ocupação das ruas das cidades que cresceram em todo mundo, é importante considerar que esses movimentos não eram homogêneos.

Em consonância com essas mobilizações, em 2016 surgiu o MSCV que tem como objetivo dar continuidade à luta pela salvaguarda do patrimônio histórico-cultural iniciada nos anos 1990. O abandono do Casarão motivou moradores e ativistas em prol da defesa e preservação desse bem cultural para o usufruto de todos. Isso é evidenciado no trecho da entrevista que um dos representantes do movimento, Well Carlos da Silva, músico, produtor cultural, deu ao Jornal do Comércio:

Criamos um movimento, o Salve o Casarão da Várzea, que já é um desdobramento de outras ações executadas pelos moradores. Desde que o prédio foi abandonado nos anos 60, já não havia cuidado. (SILVA, 2019)

De acordo com dados da página do Facebook, local onde estão registradas todas as atividades do MSCV, ocorreu uma reunião no coreto da Praça da Várzea no dia 02 de abril de 2016 na qual foi discutida a realização do primeiro mutirão para limpeza do imóvel, e também a importância de convocar a população do bairro para colaborar com esta ação. O mutirão foi marcado para o sábado seguinte, dia 09 abril. De acordo com o depoimento de Gleison Luiz dos Santos, conhecido por Tank da Várzea, capoeirista e músico, também representante do MSCV, dado ao Jornal do Comercio:

o objetivo é promover uma grande limpeza e ocupar culturalmente o local. Convocamos moradores, líderes comunitários e movimentos sociais para construir consciência política e soberania popular aqui na Várzea. (SANTOS, 2016)

Entretanto, com a divulgação e convocação dos moradores, a Empresa de Limpeza Urbana (EMLURB) tomou conhecimento e realizou uma limpeza na sexta-feira, dia 08 de abril, com a supervisão das lideranças do MSCV. Além da limpeza, a EMLURB, junto com a retirada dos entulhos, fez podas nas árvores. Entretanto, a Prefeitura do Recife não fez nenhuma ação preventiva no imóvel. Na imagem abaixo, o engenheiro civil Edson Furtado, membro do MSCV, dialoga com funcionário da EMLURB sobre a execução dessa ação e sua importância para a preservação do patrimônio.

Figuras 46 e 47: Limpeza do Casarão da Várzea pela EMLURB



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

No dia 09 de abril, o MSCV deu continuidade à ação da Prefeitura com o mutirão programado pelo Coletivo para limpeza e qualificação dos espaços. O mutirão é uma das formas de participação popular desenvolvida pelo Movimento, em conjunto com organizações não governamentais e governamentais, que visa preservar a memória do lugar. Dessa forma, tanto o poder municipal quanto a comunidade exerceram um papel importante ao desenvolver ações com vistas à preservação do Casarão da Várzea.

Figuras 48: Mutirão do MSCV



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaaraodavarzea>

No dia 16 de abril de 2016, o MSCV deu prosseguimento às ações de limpeza do espaço, além de definir novos usos para o mesmo. Diversas atividades culturais foram ali realizadas, e foi instalada a Rádio Magitot, cujo nome faz referência ao hospital odontológico Magitot. A rádio está em funcionamento desde o dia 07 de maio de 2016 na frequência FM 88.1. Uma das primeiras atividades realizadas pela rádio foi o debate sobre comunicação livre e luta pela democracia (SILVA, 2017). Inicialmente, a rádio teve como coordenador o músico e cientista social George Souza. Atualmente, quem a coordena é o músico e produtor cultural Well Carlos da Silva. Em comum, também o fato de que ambos estudaram na UFPE.

Figura 49: Rádio Magitot



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaaraodavarzea>

Figura 50: Rádio Magitot



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

A mobilização dos moradores pela preservação e restauração do Casarão da Várzea teve repercussão na imprensa local e nas redes sociais. Diversas matérias sobre o estado de abandono da Casa Histórica, classificada pela Prefeitura como imóvel de preservação especial, e sobre as ações do MSCV foram publicadas em jornais de grande circulação no estado: Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco.

Figuras 51: Mutirão do MSCV



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

Figura 52: Mutirão do MSCV



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

Durante o processo de apropriação do Casarão da Várzea pelo MSCV, houve a demolição das ruínas de uma casa sem teto e portas onde funcionavam consultórios odontológicos, e que, de 1993 até 2013 foi utilizada como residência pela família de João Rosa e Dona Preta. Essa ação não foi unânime e gerou divergências dentro do movimento. Vale frisar que a casa demolida não fazia parte do conjunto arquitetônico do Casarão e seria demolida pela Prefeitura do Recife para a construção do Pátio da Feira. Com a demolição das paredes da casa, foi mantido o piso que serviu para a realização de diversos eventos que contribuíram para a promoção e a difusão do patrimônio cultural da Várzea.

Figura 53: Casa no quintal do Casarão



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>



dos primeiros grupos a atuar no bairro foi o grupo de capoeira Chapéu de Couro do Mestre Corisco. Seus familiares são antigos moradores do bairro e grandes conhecedores da história do bairro, participam de grupos culturais e desenvolve atividades nessa área. Mestre Betão e seus alunos e alunas se encarregaram de dar continuidade às atividades capoeirísticas.

Dentre as ações realizadas pelo MSCV para transformação dos espaços do Casarão da Várzea, destacam também a instalação da geladeira biblioteca, a realização do Cine Paredão, a implantação de uma horta agroecológica, do espaço para atividades de capoeira e apresentações das manifestações culturais locais, entre elas o Maracatu Real da Várzea, do Forró Buraco do Cabelo, Forró de Cabeça, do Coco dos Capoeiras, Coco Raízes do Capibaribe.

A construção do espaço agroecológico no quintal do Casarão contou também com o apoio da organização não governamental Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) onde alguns militantes cursavam o curso Técnico em Agroecologia. Esta ação incentivou outros moradores da Várzea a também fazer o curso promovido pelo Serta. Um deles, George Sousa, desenvolveu sua atividade de estágio na área de energia nuclear e agricultura do Centro de Tecnologia da UFPE e foi convidado para desenvolver uma pesquisa no Mestrado de Tecnologia e Ciências Nucleares. Segundo relatos obtidos em conversas ocasionais, o que motivou o interesse pela agroecologia era a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos e aplicá-los na comunidade com o desenvolvimento de projetos agroecológicos e geração de renda.

O Casarão da Várzea e o território no qual está inserido mantêm uma relação intrínseca entre natureza, sociedade e patrimônio que nos remete à ideia de ecomuseu. De acordo com Scheiner (2019), esse modelo de museu de território, fruto dos museus a céu aberto, visa a educação integral vinculada às relações entre os grupos locais e seu ambiente, num processo interdisciplinar unindo as ciências humanas e naturais. Para Soares e Scheiner (2013), o museu tem o papel de conscientizar a população acerca da importância da preservação do patrimônio de forma sustentável. Para Chagas (1985), o ecomuseu valoriza a relação entre o homem, o meio ambiente e a sociedade. É um museu adaptado à região e a serviço da comunidade.

No início do segundo semestre de 2016, o MSCV em parceria com o Coletivo Arquitetura, Urbanismo e Sociedade convocou moradores e comerciantes para participar de uma reunião aberta que teve por objetivo discutir as intervenções de preservação e revitalização do Casarão da Várzea e de seu uso como um espaço de cultura e educação, e não apenas como um espaço de comercialização de produtos. Esse debate foi realizado no

dia 03 de agosto de 2016 no coreto da Praça Pinto Dâmaso, no espaço da Associação de Dominó Luís XV. Para o MSCV é muito importante que qualquer projeto a ser desenvolvido neste espaço tenha a participação da população e contemple dimensões culturais, históricas e ambientais.

Figura 56: convite para mutirão



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaodavarzea>

A Prefeitura desenvolveu um projeto para implantação do pátio da feira livre no quintal do Casarão. O projeto executado pela Prefeitura contemplava apenas a construção dos boxes para os comerciantes do entorno do Casarão, não havia nada orçado para a restauração do imóvel. O projeto gerou revolta entre os membros do MSCV, pois não houve nenhuma consulta popular para discutir sua implementação. Esses acontecimentos ocorreram meses antes do pleito municipal, o que tornou o Casarão da Várzea um espaço de disputa política. A Prefeitura interditou o local e afixou uma placa que informava sobre o prazo e custo da obra. Pelas informações, o projeto seria executado em cinco meses e seria gasto para execução dos serviços de obras de construção da Feira Livre da Várzea o valor de R\$ 1.332.772,94.

Figura 57: Placa de construção do Feira Livre da Várzea



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaodavarzea>

A preservação do Casarão da Várzea deve ser realizada de forma compartilhada com os poderes públicos, pois os critérios e valores podem estar em desacordo entre a comunidade e a Prefeitura. A entrevista de Tank da Várzea concedida ao jornal Brasil de Fato, reflete a preocupação com a gestão do patrimônio histórico e cultural e a restauração desse espaço cultural para a comunidade.

Queremos um mercado público com auto gestão popular, das pessoas do bairro, para que nosso patrimônio não se torne mais um bolo de concreto da Moura Dubeux. Pensemos em boxes nos arredores para os vendedores e um espaço de convivência cultural dentro do prédio, com um ou dois banheiros dando apoio. Outra coisa muito importante para nós é ampliar a consciência política, denunciando o descaso dos governantes contra nossa história (SANTOS, 2016).

O Casarão da Várzea possui valor de troca para o mercado imobiliário e valor de uso para os moradores da Várzea. Nesse relato, percebe-se a importância da participação popular, pois evidencia a gestão de caráter participativo na qual os moradores atuem juntos aos poderes públicos responsáveis pelo uso do espaço e pela preservação do bem de valor simbólico, arquitetônico, histórico, social e cultural que, qualificado, contribuirá para a geração de renda e para o desenvolvimento local sustentável. Além disso, deve contar com o apoio dos profissionais da Museologia.

Com o início da construção da Feira Livre, em 21 setembro de 2016, a empresa contratada pela Prefeitura cercou o Casarão e o portal de entrada com folhas de madeirite e demoliu parte do muro do lado direito para entrada de materiais e maquinários. No entanto, ao iniciar a demolição da torre da caixa d'água, militantes do MSCV intervieram na obra impedindo a sua continuidade, ocuparam o pátio externo do imóvel com um acampamento e acionaram o Ministério Público que, por sua vez, embargou a obra. De acordo com o depoimento de Priscila Tamar, militante do MSCV, publicado no Jornal do Commercio, existe a preocupação do movimento com a preservação do patrimônio integral, uma vez que a caixa d'água faz parte do conjunto arquitetônico. Este foi um momento de muita tensão e que mobilizou o apoio de outros movimentos sociais, da UFPE, e de políticos.

Nada pode ser demolido, uma vez que o imóvel e todo o seu entorno foi considerado IEP. Já o Ministério Público, inclusive, uma investigação aberta para apurar o abandono do prédio principal. Agora eles nos informaram que também vão investigar essas demolições (TAMAR, 2016)

As medidas de preservação não devem se limitar apenas ao prédio como bem isolado, mas a toda a área do Casarão. Este deve ser compreendido como um bem integrado,

conforme específica a Política do Patrimônio Cultural Material do IPHAN que compreende que sua materialidade integra outros elementos a ele interligados (IPHAN, 2018).

O seu patrimônio foi ameaçado pela obra realizada pela Prefeitura, fato que levou o Ministério Público a adotar sanções pelos danos causados ao patrimônio de valor artístico, arquitetônico, histórico e simbólico da cidade do Recife. A ocupação do imóvel pelo MSCV ocorreu no dia 28 de setembro de 2016 e durou cerca de um mês, e teve o apoio de parte dos comerciantes e de outros movimentos sociais e da classe artística e intelectual.

Figura 58: Ocupação do Casarão



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

Figura 59: Reunião do movimento no espaço agroecológico do Casarão da Várzea



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

Dentre os movimentos sociais que apoiaram a luta pela defesa do Casarão da Várzea, destacam-se o movimento estudantil denominado Movimento da Juventude Levante, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Articulação Várzea de Luta que discutiu o Plano Diretor da Cidade do Recife, movimento de classe média constituído, predominantemente, por alunos, servidores e professores da UFPE.

Figura 60: Reunião do MST no Casarão



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaodavarzea>

Figura 61: Militante do MST no mutirão no Casarão da Várzea



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaodavarzea>

Para Gohn (2010), a preservação do patrimônio e das culturas locais é uma luta apoiada pela Unesco e uma das diretrizes dos organismos internacionais de preservação. O Casarão da Várzea torna-se um importante espaço para proliferação de formas culturais alternativas que contribuem para o desenvolvimento da cidadania cultural e construção de identidades, bem como o reconhecimento do pluralismo cultural.

Após as eleições de 2016, foi realizada uma audiência pública no Casarão da Várzea com o tema: “A Revitalização do Casarão da Várzea e a Construção do Mercado Público”, que contou com a participação de comerciantes, militantes, moradores e vereadores de partidos que representavam o apoio e a oposição à Prefeitura. Esta audiência terminou em conflito entre as pessoas que apoiam o projeto da Prefeitura e os moradores que apoiam a proposta do MSCV. Não houve consenso e os primeiros se retiraram da audiência. O Estatuto da Cidade, em seu Art. 40, afirma que o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal e deve promover audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade. Portanto, é papel da Prefeitura organizar essas reuniões (BRASIL, Lei Nº 10.257/2001).

No dia 06 de outubro de 2016, o MSCV organizou um evento para discutir o projeto arquitetônico junto ao Coletivo Arquitetura, Urbanismo e Sociedade, composto por alunos do curso de Arquitetura da UFPE, para elaborar uma proposta para ser aprovada em audiência pública, que deve contar com a participação popular, representantes do poder legislativo e executivo municipal. Em 2021, com a determinação do Ministério Público Estadual que obriga a Prefeitura a realizar o restauro do Casarão da Várzea, novas articulações estão sendo realizadas pelo MSCV.

Figura 62: Ações no Casarão da Várzea e convocação para participar da plenária geral: Qual é o projeto de casarão que queremos?



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

Segundo Silva (2017), o processo de apropriação do quintal do Casarão da Várzea constituiu um ato importante do ponto de vista material e simbólico para sua preservação. Ainda que o Casarão não tenha sido restaurado, a ideia de preservação é compartilhada por parte das pessoas que moram e que trabalham em seu entorno, assim como dos visitantes e daqueles que dele se apropriam, isto é, fazem uso regular do espaço.

Figura 63: Reunião no Casarão entre político, professor da UFPE, advogado da Adufepe, gestor da Prefeitura, Well e Dudu do corte (MSCV)



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

O movimento engloba uma diversidade de atores sociais, e é fundamental que haja um diálogo equilibrado entre eles. O desejo de transformar o Casarão num espaço cultural é visto pelos militantes e a comunidade em geral como um meio que valorizará a identidade do lugar. Entretanto, segundo Silva (2017) a comunicação entre o MSCV e os órgãos de preservação do patrimônio cultural e de controle e mobilização urbana ainda é falha. De acordo com o autor, esses fatos demonstram as dificuldades de comunicação e entendimento entre o MSCV e os setores públicos envolvidos com o processo de preservação do Casarão, principalmente com a Prefeitura. Encontrar uma maneira de melhorar esse diálogo é importante para que sejam atendidas as demandas da comunidade que reivindica o restauro do Casarão e a construção do Pátio da Feira Livre.

É importante realizar formas de gestão compartilhadas do patrimônio cultural, valorizando a sua inserção na vida urbana e equacionando, em termos práticos e de modo efetivo, o preceito constitucional de responsabilidades concorrentes entre sociedade civil e as esferas federal, estadual e municipal do poder público (ARANTES, 2006). Dessa forma, faz-se necessária a participação popular no processo de preservação do Casarão da Várzea e do

seu entorno, através da identificação, conservação, restauração, revitalização, difusão e estudos das manifestações culturais.

Outros grupos também organizaram eventos culturais que demonstraram o potencial sociocultural no Casarão. Um exemplo a ser analisado, foram as atividades desenvolvidas pelo Maracatu Real da Várzea, que realizou duas festas nas quais, além das apresentações dos grupos locais, houve uma oficina que teve como foco o patrimônio cultural da Várzea. O registro dos acontecimentos e dos bens culturais é relevante para o campo da Museologia, pois ajuda a refletir sobre a importância da preservação e revitalização do patrimônio integral.

Figura 64: Cartaz de divulgação do evento Maracagitot no Casarão da Várzea



Fonte: <https://www.facebook.com/maracatuvarzea>

Um trabalho importante para promoção e difusão do Casarão da Várzea como Patrimônio Integral foi o projeto desenvolvido pela antropóloga Júlia Morim, intitulado "Várzea: meu bairro, meu patrimônio", financiado pelo Funcultura e premiado pela Fundarpe, em 2019, com Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco, e pela Fundaj em 2020, na 13ª Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco, com o prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. Este projeto documenta como patrimônio cultural da Várzea: o grupo Acorda Povo e o Maracatu Real da Várzea, a Capoeira da Várzea, o morador Dudu do Corte, Varzeanxs (pessoas importantes para o bairro) e o Movimento Salve o Casarão da Várzea.

Figura 65: Estandarte do Acorda Povo



Fonte: site do projeto várzea

Figura 66: Dudu (Mauro) do corte no Casarão



Fonte:

<https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

Diversos trabalhos foram desenvolvidos por professores, estudantes e artistas que tiveram apoio financeiro da UFPE e instituições de fomento à cultura que deram ênfase ao Casarão e ao MSCV. Dentre eles, os projetos aprovados pela Fundação de Cultura do Recife pelo Edital 2020/2021: “Restauro do IEP nº 157 (Decreto nº 28.822/2015) – Casarão da Várzea”, conforme mencionado no capítulo 2; e o projeto intitulado “Museu Vivo da Várzea”, habilitado pelo Fundo de Incentivo à Cultura da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, que tem o objetivo de elaborar estudos e diagnósticos sobre o patrimônio cultural imaterial da ZEPH – Praça da Várzea.

Estes trabalhos nos levam a pensar o Casarão da Várzea integrado a Praça com grande potencial para a implementação de um museu a céu aberto que promova a cultura e o lazer. Para Soares e Scheiner (2013, p. 4), o Museu a Céu Aberto “adquire importância na medida em que este combina a experiência educacional com a recreativa”. O conjunto patrimonial da Várzea permite ainda que as pessoas realizem um percurso pelos caminhos históricos da Várzea, praças, o Pátio das Igrejas e o Arruado do Engenho Velho e o seu caminho secular.

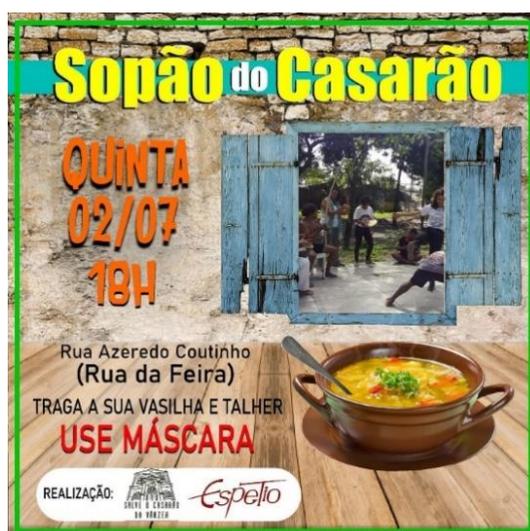
Durante a pandemia do coronavírus, outras ações foram desenvolvidas pelo MSCV que tiveram o intuito de diminuir os efeitos da crise sanitária mundial. Em parceria com outras entidades (Espaço Solidário Várzea - GRIS, Movimento Urbano dos trabalhadores Sem Teto, Lar batista dos Anciões da Rua Azeredo Coutinho) distribuíram cestas básicas e sopão para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Figura 67: Distribuição de cestas básicas durante a pandemia Covid 19 no Casarão



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

Figura 68: Sopão no Casarão durante a pandemia da Covid 19



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

O fato de o MSCV utilizar as ferramentas das tecnologias da informação e comunicação (TIC) possibilita um maior conhecimento acerca do papel do Casarão da Várzea no dia a dia dos moradores, comerciantes, visitantes e frequentadores da Rua da Feira, bem como a difusão das ações do Coletivo. A utilização das TICs pelo MSCV possibilita a intercomunicação entre as pessoas nas redes sociais (Facebook e Instagram), e a mobilização de pessoas e movimentos culturais e sociais em prol da defesa da preservação do Casarão da Várzea.

O Casarão da Várzea tem se configurado como um espaço de prática de cidadania cultural, de inclusão social, de diversidade cultural e de combate aos preconceitos sociais,

raciais e sexuais. Ele é considerado por quem o frequenta “um lugar para todas as tribos”. Seu estado de abandono é bastante criticado por muitos frequentadores, como também por moradores que não participam das atividades que nele acontecem. Assim como pelos turistas que visitam o Sítio Histórico. A restauração e revitalização do Casarão são passos fundamentais para o exercício da cidadania cultural e inclusão social. Isso é corroborado pelo depoimento da estudante Anni Alves dado ao *Jornal do Comercio*:

Queremos ocupar esse lugar que também é nosso. Dialogamos com pessoas, até com quem usa o terreno para fins que não são legais, como o uso de drogas, por exemplo. Esse é um patrimônio cultural da gente, faz parte da história do bairro e das pessoas (ALVES, 2019).

O prédio e o quintal são ocupados por pessoas que consomem diferentes tipos de drogas. O Casarão da Várzea é considerado a cracolândia do bairro. Diariamente, as pessoas que comercializam e visitam a Rua da Feira percebem a intervenção das polícias civil e militar no espaço e que tem o objetivo de coibir o consumo e comércio, principalmente do crack. A maconha também é bastante consumida na Várzea, desde o período colonial. De acordo com o que diz Gilberto Freyre (2004), os escravos consumiam a erva enquanto remavam as canoas no transporte de carga pelo rio Capibaribe. Não era considerada droga, mas cigarro de pobre. Estes usuários são, em sua maioria, meninos e meninas que participam das festas e grupos de batalha do passinho (dança) promovidos no Casarão e na Praça, frequentadores da Rua da Feira e das festas do Pátio das Igrejas, os espaços públicos livres para todos e todas.

Na visão de Marilena Chaui (2006), uma Casa Histórica deve ser um espaço onde sejam desenvolvidas atividades de história oral, cursos, música, oficinas, exposições, peças teatrais e eventos que tratem da história do lugar. Para a autora, não deve ser transformado num supermercado cultural, mas num patrimônio que preserve o direito à cultura. A partir dessa definição o Casarão da Várzea pode vir a ser um espaço cultural conforme expôs a autora, e vai-se lutar para que não seja um supermercado cultural.

Segundo Cayer e Scheiner (2021), o projeto de cidadania cultural desenvolvido por Marilena Chaui entre os anos de 1988 e 1992 recuperou onze casas históricas da cidade de São Paulo, a partir da proposta de novos usos e da valorização das manifestações culturais, contribuindo para a dinamização do entorno dessas casas históricas.

Esta discussão também foi abordada por Retroz (2021) cuja tese versou sobre a política cultural de Chaui na Secretaria de Cultura de São Paulo, esta política procurou recuperar as casas históricas e democratizar os seus usos, promovendo ações que apresentassem a

memória e a história da cidade e dos movimentos sociais. Um exemplo interessante pode ter sido as exposições itinerantes no entorno desses espaços. Esse é um exemplo do que também pode ser considerado museu a céu aberto.

A restauração do Casarão da Várzea não é uma reivindicação apenas de moradores do bairro, no depoimento da deputada federal Marília Arraes ao jornal Folha de Pernambuco. Ela explica que “além de fortalecer a economia do bairro, seria um espaço de cultura e lazer para os jovens. Foi com a participação popular que o casarão ficou de pé. Agora é preciso revitalizá-lo” (ARRAES, 2021). Percebe-se, aqui, sua preocupação com a revitalização desse espaço e sua transformação em equipamento social.

O projeto arquitetônico participativo do Centro Cultural e Mercado Público Cultural Casarão da Várzea, apresentado pelo MSCV, foi elaborado baseado na concepção do restauro científico, mantendo as características da arquitetura eclética de influência inglesa e chalé do estilo romântico. É fruto das assembleias públicas realizadas com moradores, organizadas pela Comissão de Arquitetura do Movimento, e teve como base o trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, desenvolvido por Rodrigo Cândido que visa a restauração do imóvel para se tornar sede do Centro Cultural e Gastronômico, posteriormente foi adaptado com a colaboração do arquiteto Werther Ferraz.

Figura 69: Projeto Arquitetônico de Restauração do Casarão da Várzea e Mercado Público Cultural



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

Durante a observação dos eventos realizados no Casarão, na Praça, na Rua da Feira e no Pátio das Igrejas, dialoguei com muitas pessoas. O acesso a essas pessoas se deve ao fato de ser morador da Várzea e trabalhar na UFPE, diariamente percorro de bicicleta esses

locais e fui aos poucos conhecendo as novas pessoas envolvidas com o MSCV. Além de participar de muitos eventos organizados pelo grupo e contribuir sempre que possível com as atividades realizada pelos mesmos. Minha relação com a Várzea é antiga. São mais de quatro décadas de convivência. Acompanho e participo das atividades desde o seu início e mantenho diálogo constante com os membros dos grupos sociais e culturais referenciados neste trabalho.

Uma dessas conversas que tive foi com o vereador Davi Muniz, ao qual fui apresentado pelo gestor público da Prefeitura e morador da Várzea, José Carlos, numa festa de final de ano de 2019 realizada no Pátio das Igrejas em frente para a Igreja Matriz, no final da Rua da Feira, onde atualmente funcionam também uma feira agroecológica, no meio da semana, e um café. O Pátio das Igrejas é um dos espaços onde mensalmente acontecem atividades com música, gastronomia e feirinha de artesanato. Na conversa com o vereador, foi sugerido o fechamento do trecho situado entre o Casarão da Várzea e a entrada do pátio e praça da Igreja Matriz, nas sextas-feiras, no horário das 20:00 às 24:00 horas para a realização de eventos culturais, e a possibilidade de geração de renda para os feirantes e ambulantes que se apropriam dos espaços públicos. Essa proposta também é defendida pelos comerciantes e produtores culturais que desenvolvem atividades culturais neste local. Como existe divergência política com as ações desse vereador, o acesso dele ao MSCV é inexistente.

Diversos eventos são patrocinados pelo citado vereador que também é morador da Várzea. Alguns desses eventos são realizados no sitio histórico da Várzea Praça da Várzea. Cabe, então, salientar que o trecho da Rua da Feira, em frente ao Casarão da Várzea, é frequentado em sua maioria por militantes predominantemente do PT e do PSOL e que fazem oposição ao vereador e ao PSB, partido do atual prefeito João Campos. Deve-se apontar que o vereador recebe apoio de parte dos feirantes. A maioria dos eventos é organizado pelos comerciantes de bares da Rua da Feira e produtores culturais do bairro.

Figura 70 e 71: Evento promovido pelos artistas e comerciantes da Rua da Feira



Fonte: <https://www.facebook.com/republicaindependentedavarzea/photos>

A barbearia de Mauro Nepunoceno da Silva, conhecido por Dudu do Corte, capoeirista e coquista, situada na calçada do Casarão, é considerada um patrimônio da Várzea. Este espaço foi pioneiro na apropriação da Rua da Feira com apresentações artísticas que tiveram como principal atração o Forró Buraco do Cabelo, formado por artistas do bairro. Mesmo com o fim dessas apresentações, o espaço continuou sendo utilizado pelos artistas e se transformou num dos pontos de encontro dos amantes da cultura da Várzea. Esse local é um ponto de apoio do bloco de carnaval E EU? Em 2022, Dudu foi convidado por um professor da UFPE para ficar responsável pela limpeza do Casarão, que o contratou e forneceu os equipamentos necessários para a execução dos serviços. A sua relação com o Casarão da Várzea vem dos tempos de criança, pois sua família mora ao lado direito do Casarão. A família de Dudu utiliza bastante o espaço da calçada para realizar festas familiares, e um de seus irmãos utiliza a área do Casarão para abrigar cavalos que são utilizados em carroças e carretes para prestação de serviços.

Figura 72: Barracas da Rua da Feira - Barbearia de Dudu do Corte/Barraca de Frutas e Ervas



Fonte: Projeto Várzea

Atualmente, os comerciantes, junto aos grupos musicais, têm utilizado a Rua da Feira e o Pátio da Igrejas para a realização de eventos, como o Mercado Cultural da Várzea e o Domingo Preto, para os quais há o fechamento de um trecho da Rua da Feira e um trecho do Pátio. Com o crescimento do número de pessoas que visitam estes espaços, comerciantes, que antes ocupavam barracas no entorno do Casarão, alugaram imóveis na mesma rua e realizam eventos culturais com os artistas do bairro e de outras localidades. Os comerciantes das barracas e bares no entorno do Casarão (Barraca da Arte, República Independente da Várzea, Espetinho da Várzea e Varzear) continuam organizando eventos musicais.

O processo de apropriação da Rua da Feira “se dá no intercampo entre o ordenamento planejado e as demandas dos sujeitos em sua imprevisibilidade”. O Casarão da Várzea e o seu entorno imediato, “além de se constituírem em lugares de memória, bem como os bens patrimoniais requalificados podem funcionar como lugares de resistência e resiliência” (BORGES, 2014, p. 243). Esse espaço contribui para valorizar os elementos culturais da comunidade, sua identidade e memória e para a prática da cidadania. A preservação e restauração do Casarão da Várzea e sua adaptação para novos usos deve priorizar a realização de atividades de lazer e recreativas, de forma a integrar a Rua da Feira e a Praça da Várzea.

O relato da dissertação ate aqui aponta para uma perspectiva mais ampla e real do Casarão torna-se um centro de referencia cultural, um memorial, e não um museu. Porém partindo das pontecialidades culturais identificadas ao longo da pesquisa, percebemos que a

musealização pode ser um dos caminhos para a sua preservação. A proposta de transformá-lo em museu comunitário foi vista como umas das possibilidades de usos desse espaço.

### **3.2 O Casarão da Várzea como lugar de memória**

O Casarão Histórico da Várzea é um lugar de referência da memória da população varzeana, que contribui para a reflexão de sua realidade social e o fortalecimento de sua identidade. Para Scheiner (2004, p. 128), “a memória vive, desenvolve-se e certamente testemunha a história do tempo que representa”. Este bem cultural passou por um processo de transformação a partir do ano de 2015, devido ter sido reconhecido como patrimônio edificado e as ações promovidas pelo MSCV e pelo Movimento Cultural da Várzea.

Para Scarpeline (2012, p. 92), as casas consideradas patrimônio edificado são lugares de memória “carregados de valores e significados”. Neste sentido, o Casarão da Várzea é caracterizado pelo seu valor arquitetônico, simbólico e é representativo para a cidade do Recife. O reconhecimento dos valores do Casarão é preservado na memória dos moradores que o vivenciaram e vivenciam, mesmo que o Casarão esteja em estado avançado de deterioração em consequência do abandono, os seus valores simbólicos são reconhecidos pela população. Para Nora (1993),

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são normais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

Vale salientar que uma casa histórica patrimonializada é um lugar de memória, mas não é uma casa-museu pois ainda não foi musealizada (CAYER GIRALDO, 2021). Dessa forma, o Casarão da Várzea é um lugar de memória por ser um imóvel classificado como de preservação especial, por representar a arquitetura pernambucana e manter um sentimento de afeto e pertencimento pelos varzeanos. O aprofundamento dos estudos das casas históricas patrimonializadas e das casas históricas passíveis de musealização no bairro da Várzea tem grande relevância para o campo museológico. Mas também para a cidade, que Eduardo Yazigi considera como parte do patrimônio ambiental urbano, conforme a definição abaixo:

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. (YÁZIGI, 2012, p. 28).

Os projetos promovidos pela UFPE e pela Prefeitura da Cidade do Recife que enfatizam o Casarão da Várzea e o MSCV demonstram a importância de sua preservação e restauração para fins socioculturais. O projeto de extensão já mencionado “Movimento Salve o Casarão da Várzea Itinerante: ocupação do espaço urbano e preservação do patrimônio”, coordenado pelo professor Daniel Valter de Almeida, bem como os projetos de extensão intitulados “Movimento Salve o Casarão: Rádio Magitot – cultura popular, saúde e empreendedorismo local” e “Movimento Salve o Casarão: Rádio Magitot – cultura, comunicação e saúde popular”, propostos por Rodrigo Cariri Chalegre de Almeida, aprovados nos editais 2020 e 2021 de Apoio à Pesquisa e Ações Artísticas-Culturais da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE, são exemplos de ações que propiciam a valorização desse espaço. Assim como os recentes projetos aprovados pela Fundação de Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife visando a Conservação e Restauração do Casarão da Várzea e o Museu Vivo da Várzea, todos estes projetos nos direcionam a pensar sobre o processo de musealização do Casarão da Várzea e do seu entorno como um Museu Comunitário, um museu para servir à comunidade, que seja útil para produção artística dos grupos locais e de outras localidades e sirva de fórum para discussão dos problemas comunitários e de laboratório para as ações de ensino, pesquisa e extensão da UFPE.

A trajetória do Casarão da Várzea registra os diferentes usos ao longo dos seus 116 anos que vão desde moradia a espaço de lazer. O Casarão também serviu como hospital odontológico, comitê político nas eleições para governador no período da redemocratização do país. A partir do processo de patrimonialização, tornou-se um espaço de disputa social e política. O Casarão traz as lembranças de um tempo passado e do presente. O tempo em que Seu Pontual e Dona Alice colocaram na varanda o rádio valvulado em alto volume para os varzeanos ouvirem a voz da cantora Lurdinha no festival promovido pela Rádio Clube, moradora do bairro, que encantava os músicos e compositores da região, a pedido dos membros do Grupão, movimento cultural da Várzea influenciado pelo Movimento da Cultura Popular e pelo Teatro de Pernambuco. Além dos eventos comemorativos, já mencionados, a exemplo do aniversário do Maracatu Real da Várzea, nos anos 2017 e 2018, comemorado numa data significativa para o povo recifense e de outras cidades, o dia 08 de dezembro, data

em que se reverencia a padroeira de Recife Nossa Senhora da Conceição. As datas, eventos e aniversários são igualmente importantes para construção da memória.

O processo de transformação do Casarão da Várzea em Museu com base na concepção de Scarpeline (2012), torna este espaço num elemento de representação social que agrega o valor patrimonial e de representação cultural, considerado um monumento histórico representativo da identidade cultural e da memória coletiva da comunidade, mantendo o sentimento de pertencimento.

Ainda segundo Scarpeline (2012, p. 17), a transformação de uma casa em “casa memória é feita através da representatividade e dos valores a ela atribuídos por uma comunidade”. Neste sentido, o Casarão da Várzea e o seu entorno é representado pela sua arquitetura, história e atributos botânicos, interligado ao Setor de Preservação Ambiental do Sítio Histórico Praça da Várzea, considerado, na avaliação do Ministério Público do Estado, como Setor de Sustentabilidade Ambiental.

No que tange ao processo de musealização do Casarão da Várzea, percebemos na sua trajetória que existe uma relação intrínseca entre o patrimônio edificado e as manifestações do patrimônio intangível como o canto, a dança, os festejos, a música, o teatro. Para Lima (2016), isto é percebido nos processos de musealização in situ na categoria de Museu de Território, a exemplo dos sítios históricos musealizados com suas referências culturais imateriais, se constituindo em um lugar de memória, para Nora (1993):

os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade. (NORA, 1993, p. 12-13).

As pessoas que moram na Várzea trazem na memória recordações do Educandário Nossa Senhora do Carmo, que funcionou no imóvel situado em frente ao Casarão no período de 1960 a 2001, e teve como educadora, por mais de quatro décadas, Tia Cila, morada da Várzea por mais de 90 anos, a qual foi reconhecida como patrimônio pelo Movimento Cultural da Várzea que a homenageou com o título de patrimônio educacional. Atualmente, o imóvel serve de moradia para a família de um oficial militar aposentado. A relação do Casarão com o Educandário traz as lembranças das ‘ameaças’ de professoras de levar os alunos ao dentista. Alguns moradores trazem essas recordações durante os diálogos nos encontros na Rua e no Casarão. Alguns ativistas do MSCV e do movimento cultural da Várzea dizem que foram alunos da Tia Cila.

Figura 73: Reconhecimento do patrimônio educacional da Várzea



Fonte: <https://poraqui.com/varzea>

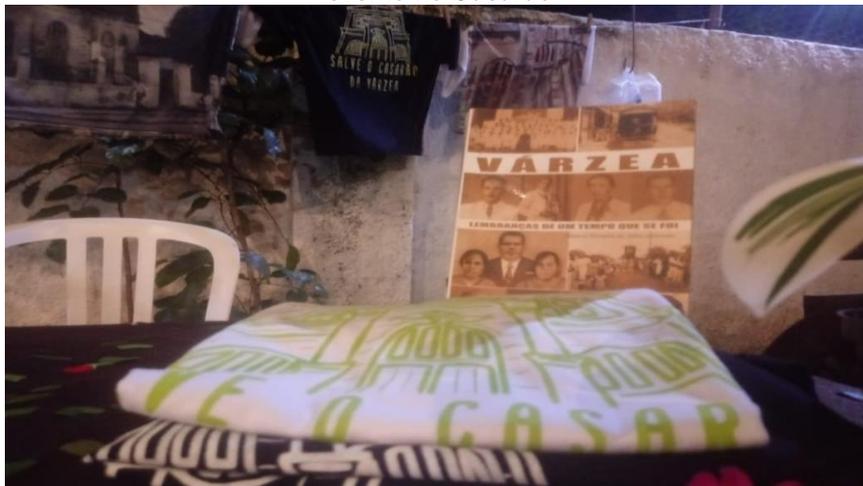
Para Ponte (2007, p. 26 apud AFONSO e SERRES, 2016), “a memória pessoal refletida no espaço privado, transforma-se em memória coletiva, o espaço pessoal torna-se espaço público, procurado por quem pretender chegar ao íntimo de certa personalidade”. Geralmente, uma casa histórica é entendida como um lugar de memória no qual viveu uma personagem, ou onde houve um acontecimento histórico. Para Nora:

a memória é vida, sempre carregada por grupos sociais vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9)

Percebemos que os motivos que levaram os movimentos sociais e culturais do bairro da Várzea a transformar uma casa histórica em um espaço cultural estão atrelados a fatores políticos, culturais, sociais, ambientais e econômicos que envolvem diferentes atores sociais. As categorias Casa Histórica e Museu-Casa ou Casa-Museu foram caracterizadas sem distinções, inicialmente pelo Escritório Mundial de Museus em 1934. Com o avanço dos estudos da Museologia e do Patrimônio, ao longo dos séculos XX e XXI, estas categorias passaram a ser analisadas distintamente por um grupo de pesquisadores (CAYER GIRALDO, 2021). Para Cayer e Scheiner (2021), tanto a casa histórica quanto o museu-casa são construções históricas que são criadas com uma intencionalidade. Ainda de acordo com os autores, a casa histórica ou museu-casa pode contribuir para a geração de conhecimento, tornando-se fonte de compreensão dos processos de apropriação do espaço pelos diferentes

grupos sociais. Com base nessa concepção, podemos pensar o Casarão da Várzea como um Museu Comunitário.

Figura 74: Exposição ao ar livre do livro Várzea: lembranças de um tempo que se foi em evento no Casarão



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

O Casarão da Várzea é caracterizado como lugar de acontecimentos históricos importantes, que ocorreram com o processo de apropriação do espaço pelo MSCV, pelas manifestações culturais, artistas, estudantes, moradores. Este lugar atrai visitantes pelo seu valor histórico, artístico ou de vivência, constituindo um lugar de prática social e da cidadania.

Figura 75: Mensagem escrita na parede do Casarão da Várzea



Fonte: <https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

### 3.3. Proposta de musealização do Casarão da Várzea como Museu Comunitário

A musealização do Casarão da Várzea é algo a ser pensado tanto pelo MSCV como pelo poder público. Uma das alternativas para a musealização do Casarão seria transformá-lo em Museu Comunitário. Segundo Chagas (2009), os museus comunitários se consolidam no final do século XX com os ecomuseus e se caracterizam pela valorização das pessoas que produzem, conservam e transformam o seu acervo. O Museu Comunitário está baseado no tempo social e pode até ter exposições baseadas no objeto, como no museu tradicional.

Para Varine, o tempo social é a "parte da vida que é dedicada a uma atividade de ordem comunitária, onde o interesse pessoal, material, físico ou moral, não é nem predominante, nem determinante. Ainda de acordo com ele, o tempo social "divide nossa vida com dois outros tempos: o biológico e o imposto", sendo que o tempo biológico "recupera tudo aquilo que é admitido ou experimentado como útil à vida física. [...]. É o reino do consumo, do necessário e do supérfluo, onde finalmente o indivíduo está pura e simplesmente a serviço de si mesmo, com as opressões sofridas da parte do meio ambiente natural, familiar e social". O tempo imposto é, para Varine, aquele que "é consagrado a ações impostas ao mesmo tempo por necessidades biológicas (aquisição dos meios de existência), por interesse coletivo (tarefas de produção, obrigação de viver em sociedade) e pelas necessidades intelectuais e materiais correspondentes (formação geral e profissional, inicial e permanente, transportes, atividades caseiras). Para concluir, Varine diz que se o tempo biológico é instituinte do ser vivente e, neste sentido, não difere muito, no fundamental, entre as pessoas; o tempo social é escolhido, depende da vontade, da disponibilidade e do interesse de cada sujeito. (VARINE, 1987, p. 66-67).

Neste sentido, o Casarão da Várzea pode ser pensado como Museu Comunitário, uma vez que já foi patrimonializado. Para Desvallées e Mairesse (2013), a musealização é entendida como a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana, ou um sítio, em algum tipo de museu. O termo patrimonialização designa a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico.

A musealização do Casarão da Várzea também deve abranger o seu entorno imediato com suas referências culturais, naturais, materiais e imateriais valorizadas pelos sujeitos e atores sociais da comunidade. O entorno imediato do Casarão é constituído pela Praça da Várzea, pela Rua da Feira e pelo Pátio das Igrejas, que são lugares para a promoção e difusão

das manifestações culturais e para a convivência e construção da cidadania na comunidade.

Para Scheiner (2012) o processo de musealização de um território:

[...] se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação, ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais (SCHEINER, 2012, p. 19).

Os princípios do ecomuseu também podem ser aplicados a uma casa histórica, conforme as suas características registradas e documentadas. Para Scheiner (1987, 1988, 1991, 1993, 1994, 2004), a base conceitual do modelo de museu de território não é o objeto, mas o território apropriado pelas pessoas e pela produção cultural, com suas características geográficas e ambientais, o qual evidencia os produtos do fazer humano valorizadores da identidade dos grupos sociais.

Em 2009, foi instituído o Estatuto de Museus no Brasil, através da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que considera, em seu Art. 1º, o Museu como:

as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

E apresenta como princípios fundamentais em seu Art. 2º:

a valorização da dignidade humana; II- a promoção da cidadania; III- o cumprimento da função social; IV- a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; V- a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; VI- o intercâmbio institucional.

Além de estabelecer quais são os bens passíveis de musealização:

Art. 5º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

§ 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial,

tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente

Para Scheiner (1987, 1988, 1991, 1993, 1994, 2004, 2011), o Museu é um fenômeno social, que possui um lado instituído, capaz de atuar no estudo e na conservação das referências culturais, além de contribuir com a geração de novos conhecimentos e com o desenvolvimento social sustentável. Para Chagas (2013), o museu é fenômeno ou fato social, mas também pode ser uma instituição, uma palavra, um conceito e ainda uma prática social.

Ainda, segundo Scheiner (2012, p. 18), o Museu pode ser concebido como:

fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o homem, o espaço, o tempo e a memória, relação esta a que denominamos musealidade. A musealidade é um valor atribuído a certas 'dobras' do Real, a partir da concepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com o sistema de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como Museu poderá também mudar, no tempo e no espaço.

A musealização do Casarão da Várzea tem o objetivo de garantir a autonomia da comunidade na gestão do patrimônio e promover a valorização das manifestações culturais, possibilitando uma prática de cidadania ativa e participativa, levando em conta que a musealização é um ato histórico, político e cultural (BORGES, 2015). Para Rússio (1984, p. 62), “a musealização é uma das formas de preservação e de conquista do espaço”. Dessa forma, a possível criação do Museu Comunitário Casarão da Várzea se constitui numa forma de preservação desse patrimônio.

Vale salientar que nomeação do Casarão da Várzea como museu ao ar registrado no site de busca google, requer um aprofundamento do estudo da teoria da museologia para compreender as características dos modelos conceituais de Museu nos quais ele pode ser enquadrado. Segundo Carvalho e Scheiner (2015, p. 89), “mesmo quando a própria comunidade reivindica para si dada ação como sendo museu, esse depende do profissional do campo para legitimar sua nomeação”. A musealização precisa ser feita por profissionais qualificados, pois não é um ato aleatório que possa ser feito pela comunidade a partir de um desejo – é um conjunto de procedimentos técnicos específicos da Museologia e que requerem formação específica para serem desenvolvidos.

A Museologia pode contribuir para a mobilização cultural do bairro e atender as necessidades da comunidade, reforçando o seu caráter social. O processo de musealização

do Casarão da Várzea envolve a participação popular na preservação do patrimônio integral e nas ações museográficas. Para Loureiro, a musealização consiste:

em um conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornou-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que reunidos em um sistema coerente, representará uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO, 2012, p. 204-205).

Para Rússio (1984), a musealização consiste num processo de reconhecimento de um bem como testemunho e documento através dos valores e significados atribuídos. Os visitantes do Casarão da Várzea percebem a política de abandono dos órgãos públicos. As ações de vandalismo são frequentes, apesar da vigilância por parte dos moradores, feirantes e visitantes. Vale salientar que o processo de musealização do Casarão é um processo posterior à sua patrimonialização como IEP – antigo Hospital Magitot -, e sua transformação em Museu potencializará o lugar evidenciando seus valores histórico, arquitetônico, cultural, simbólico.

O processo de musealização do Casarão da Várzea e o seu funcionamento como Museu pode o caracterizar como Museu-Casa ou Casa-Museu. Contudo, como observa Cayer Giraldo (2021), é importante entender que existem diferenças entre as categorias Casa Histórica, Museu-Casa ou Casa-Museu, apesar de muito pesquisadores tratá-los como sendo a mesma coisa. Esse fato, segundo o autor, pode provocar erros conceituais e teóricos. Assim, para compreender o processo de musealização do Casarão da Várzea, fez-se necessário compreender o seu processo de patrimonialização e de apropriação pelos movimentos sociais e culturais para a produção cultural e sua transformação num espaço sociocultural.

Ainda de acordo com Cayer Giraldo (2021), o Museu-Casa ou Casa-Museu detém o poder de desenvolver relações mais estreitas com a comunidade por meio de suas narrativas construídas no lugar. Essas narrativas possibilitam sensibilizar os visitantes através da Casa, da história, representação e teatralização. Além disso, tem o poder de estabelecer conexões amplas com o território. Dessa forma, o Casarão, como Museu Comunitário, pode ser compreendido como Casa Histórica e Museu-Casa ou Casa Museu do Sítio Histórico Praça da Várzea, assim como fato social e cultural.

O Casarão da Várzea agrega as diferentes formas de manifestações culturais e do patrimônio natural do bairro da Várzea. Nesse sentido, sua transformação em Museu

Comunitário teria grande importância para o bairro da Várzea e atenderia as necessidades da população. Esta pesquisa propõe a transformação do Casarão da Várzea num Museu Comunitário gerido pela comunidade, que deve contar com o apoio da Prefeitura do Recife e da UFPE, bem como com o apoio dos grandes museus - Instituto Ricardo Brennand e Instituto Francisco Brennand, para sua institucionalização. Segundo Lima (2013), o processo de musealização para ser concretizado é necessário passar pelo processo de institucionalização.

Portanto, a musealização do Casarão da Várzea é um processo que “começa com as pessoas e não com os objetos” no que diz Hugues de Varine (1993, p. 11 apud Lima, 2012, p. 42). E deve ser construído por estudantes, professores, funcionários públicos, moradores, comerciantes, músicos, dançarinos, arquitetos, engenheiros e militantes dos movimentos sociais e culturais e de diferentes partidos políticos, produtores culturais, capoeiristas e mestres de capoeiras. E se fundamenta em um processo que teve início com a luta dos moradores pelo seu reconhecimento patrimonial.

Para Lima (2012), os princípios de participação popular no ambiente museológico delinearão um modelo de museu baseado na

autogestão, o museu comunitário, que se entende pelo processo no qual a criação, administração e o poder decisório emana da comunidade, embora possa haver atuação de especialistas da Museologia e demais campos relacionados (LIMA, 2012, p. 42).

Ainda segundo Lima (2012), qualquer tipo de museu pode se constituir num museu comunitário. No museu comunitário, o morador se apresenta como público e participante de suas ações, podendo intervir no processo museológico por representar sua história. O morador pode atuar no processo de preservação e reforçar sua segurança para manter sua herança cultural.

A gestão do Casarão da Várzea, como sede de um Museu Comunitário compartilhada com os setores públicos e privados, pode determinar as formas de usos e as atividades que podem ser desenvolvidas, avaliando os impactos para os moradores da Rua da Feira e vizinhança, e organizando a segurança e acessibilidade para todas as pessoas. Deve voltar suas funções básicas para o bem viver dos moradores da Várzea, e focar em suas necessidades e nos seus valores, pois se constitui uma construção histórica diária de todos e todas que contribuíram para sua concretização. A gestão e o poder de decisão devem partir da comunidade, e contar com o apoio de especialistas do campo da Museologia, mas sem intervir nas decisões da comunidade.

Para Soares e Scheiner (2013), o museu comunitário surgiu na Europa no século XIX e se desenvolveu pelo mundo a partir de meados do século XX com a preocupação de preservação do patrimônio e da memória do lugar. Pensar no Casarão da Várzea como Museu Comunitário possibilita a preservação do patrimônio cultural da Várzea de forma participativa, para selecionar o que deve ser exposto no Museu, uma vez que a Várzea detém um significativo patrimônio reconhecido pelos inventários participativos elaborados pela UFPE junto à comunidade.

De acordo com o projeto “Memória Viva: a construção do inventário participativo de bens culturais da Várzea”, realizado pelo Laboratório de Educação Patrimonial do Departamento de Arqueologia da UFPE, a Várzea possui um diversificado patrimônio cultural, totalizando 48 bens culturais materiais e imateriais identificados em quatro categorias:

Celebrações - Abril para as Artes, Festival de Inverno da Várzea, Paixão de Cristo da Várzea; Expressões Culturais - Bloco Lírico Flores do Capibaribe, Grupos de Coco, Capoeira Salomão, Maracatu Baque Solto, Boi da Mata, Burra da Várzea, Fandangos, Samba de Seu Pedro, Bandeira de São João, Grupão da Várzea, Maracatu Real da Várzea, Boi da Lagoa, Movimento Cultural da Várzea e Forró Buraco do Cabelo; Objetos – Pinto da Caxangá, Jaqueira, Estátua do Padre Cícero e Bonde; Lugares - Praça da Várzea, Casarão da Várzea, Bar do Pinto, Escola de Arte João Pernambuco, Arruado, Brennand (Castelo e Oficina), Casas Históricas na Rua da Levada, Igreja Matriz da Várzea, Igreja Presbiteriana da Praça, Padaria perto do Casarão, Casa do avô do Índio, Casa dos Brennand, Igreja Nossa Senhora do Livramento, Lar Fabiano de Cristo, Caminho da Várzea, Cachoeira da Várzea, Casarão da Igreja Presbiteriana e Feira de Orgânicos; Saberes – Fazer Cultural da Várzea, Várzea: lembranças de um tempo que se foi (livro), Oficina de Maracatu (FARIAS FILHO, A.V.de M. et al., 2019).

Outro levantamento para identificação do patrimônio da Várzea foi realizado pelo projeto de extensão “Projeto Várzea: Memória e Patrimônios”, elaborado pelo Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas, coordenado pela professora Ana Emília do Departamento de Design da UFPE, em conjunto com a Escola Municipal de Arte João Pernambuco, no qual foram listados 32 bens materiais e 36 imateriais. Porém, não foi realizada a categorização de acordo com as recomendações do inventário participativo do IPHAN. (MESSIAS, 2020).

Os bens culturais materiais e imateriais listados pelo projeto mencionado foram os seguintes:

Escola Cândido Duarte, Casarão Magitot, Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Comunidade Sete Mocambos, Praça da Várzea, Jaqueira, Instituto Ricardo Brennand, Cruzeiro de Sete Mocambos, arruado Engenho Velho, Centro Espírita, Livro Várzea memória de um tempo que se foi, Praça das Igrejas, feira, feira Colaborativa, Oficina Francisco Brennand, Bar República Independente da Várzea, Coreto da Praça, Centro de Capoeira Salomão,

UFPE, Escola de Arte João Pernambuco, Rio Capibaribe, rua do Enterro, Terreiro da Tia Su/Azul, Terminal de Ônibus da Várzea, bandeira de São João do Acorda Povo, Lar Fabiano de Cristo (Casa de Rodolfo Aureliano), Diversas Comunidades do Bairro – Sítio dos Pimentas, Vila Arraes, Malvinas, Campo do Banco, Beira Rio, Amobolê, Escola Magalhães Bastos, A Antiga casa onde funciona a Igreja Presbiteriana, Instrumentos do Maracatu, berimbau da Capoeira da Várzea, Casa do Engenho São João; e, Maracatu Real da Várzea, Dona Lia (patrimônio vivo), Sr. Tatai de Sete Mocambos, Liga de Dominó, O Livreiro (Seu Eduardo), Apresentações Culturais na Praça, ligação dos moradores com o rio Capibaribe, Contação de histórias (Projeto A Voz na Praça), festival de Inverno da Várzea (FIV), O Coco raízes do Capibaribe, A Capoeira, Bloco Lírico Flores do Capibaribe, Burra da Várzea, Boi da Mata (UR-7), Conhecimentos Fitoterápicos (medicina popular), Bumba-meu-boi, Parteiras da Várzea (parto tradicional), Acorda Povo, hábito de Plantar, O Carnaval e os Blocos Carnavalescos, Movimento Salve o Casarão, Os Bonitões - Bloco de Carnaval, As catraias dos Lotes – Bloco de Carnaval, Candomblé, Umbanda, Zumba das Mulheres da Praça da Várzea, Abissal (engenheiro de pesca idealizador do Maracatu Real da Várzea), Francisco Brennand, chaminés da Várzea (UFPE), Memórias de Trajetos - nomes de ruas, Maria José Fagundes Ferreira, Índio Batera, Carminha do Coco, Seu Zé Lasca Vara, Banda N'Zambi, Betão (idealizador do FIV), Seu Lula Eurico, Pedro Silveira (o poeta), Os Malanarquistas (MESSIAS, 2020).

A institucionalização do Museu Comunitário Casarão da Várzea possibilitará a promoção e difusão da diversidade cultural do bairro, bem como compreender a sua formação histórica, cultural, social e econômica. A participação dos moradores na identificação e preservação do patrimônio cultural é essencial nesse tipo de museu. Afinal, o museu comunitário tem como característica o “trabalho permanente com o patrimônio cultural integral” (CHAGAS, 2013, p. 158).

O Casarão da Várzea, enquanto um Museu Comunitário, pode ser compreendido como um espaço em que pode se desenvolver as práticas sociais a serviço da comunidade e ao seu desenvolvimento sustentável, propiciando a construção social da memória e oportunidades de lazer e vocação para a comunicação com o apoio da Rádio Magitot e a preservação de testemunhos culturais e naturais. O Casarão como testemunho histórico-arquitetônico e sociocultural, tem a força agregadora de articular o patrimônio intangível de forma indissociável e de gerar benefícios sociais, econômicos e políticos para os varzeanos.

O Código de Ética do ICOM afirma, na seção 6, “que os museus trabalham em estreita cooperação com as comunidades de onde provêm seus acervos, assim como aquelas as quais servem. Os acervos de museus refletem o patrimônio cultural e natural das comunidades de onde provêm”. Desta forma, seu caráter ultrapassa aquele dos bens comuns, podendo envolver fortes referências à identidade nacional, regional, local, étnica, religiosa ou política.

Ainda conforme o Código de Ética do ICOM, os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento. Os museus têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, além de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico. Seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal especial e são protegidos pelo direito internacional. A noção de gestão é inerente a este dever público e implica zelar pela legitimidade da propriedade desses acervos, sua permanência, documentação, acessibilidade e pela responsabilidade em casos de sua alienação.

Segundo Varine (2014), o museu comunitário tem o objetivo de servir à comunidade e ao desenvolvimento local. O desenvolvimento local é um processo pelo qual um território detecta e utiliza todos os recursos materiais, humanos e culturais, por meio da mobilização das forças ativas da comunidade – moradores, estudantes, professores, funcionários públicos, comerciantes – junto aos poderes públicos. Esse processo implica planejamento técnico, insumos de fatores externos e recursos, integração entre a UFPE, Prefeitura do Recife e os grandes museus da Várzea, mas precisa ser controlado localmente. De acordo com Varine:

o desenvolvimento local possui uma dimensão cultural muito forte que precisa produzir mudanças positivas, estando ao mesmo tempo ligadas às raízes culturais da comunidade. Ele precisa se deslocar de baixo para cima, ainda que alguns fatores de cima para baixo sejam úteis. Mas a comunidade não está preparada para isso, principalmente por que os sistemas existentes de educação pública, pandemia social, democracia representativa não proporcionam a informação necessária e não favorecem a participação popular. (VARINE, 2014, p. 27).

Para Varine (2014), o museu comunitário pode ser compreendido como organismo vivo que precisa da participação popular como suporte para viver. O Casarão da Várzea, como casa de cultura, foi criado por uma geração de jovens e adultos para o entretenimento da população, formada por moradores, professores, estudantes, comerciantes para atender as necessidades das manifestações locais. Como Museu Comunitário pode tornar-se um espaço cultural e um laboratório de pesquisa, comunicação, informação e educação para as diversas instituições educacionais dos diferentes graus do bairro e das demais comunidades.

Este tipo de Museu deve ser concebido para atender a comunidade, mas também para o chamado turismo cultural como elemento que contribua para geração de renda para uma população que enfrenta os desafios para sobreviver e pagar suas contas. Segundo Varine (2014), o museu comunitário é um processo que deve ser construído, mês a mês, ano a ano, pelo povo, com o auxílio de profissionais da museologia.

O Casarão da Várzea tem realizado um importante trabalho na promoção, conservação e difusão do patrimônio imaterial. Dessa forma, a institucionalização do Casarão como Museu pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e social através da parceria com o MSCV e demais manifestação culturais que atuam como atores sociais para a concretização da revitalização do espaço. O Casarão, como Museu Comunitário, pode atuar em parceria com os comerciantes e produtores culturais para o desenvolvimento social e sustentável da comunidade. Neste processo é fundamental mobilizar a comunidade para demonstrar os objetivos e as estratégias e os procedimentos necessários para restauração do Casarão da Várzea e sua possível transformação num museu comunitário. Para Desvallèes (1986 apud BRUNO; SCHEINER, 2013), o museu comunitário não é apenas tema ou público, mas também ator.

O potencial museológico do Casarão da Várzea e seu entorno é percebido por diferentes sujeitos e atores sociais que desenvolvem relação com o território e ações para preservar os valores atribuídos e reconhecidos pela comunidade, mas que podem mudar no tempo e no espaço. Sendo um Museu construído pela comunidade e para a comunidade, podemos pensar na sua institucionalização. O Museu Comunitário Casarão da Várzea poderá ser um espaço de encontro e de vivências e convivências que possibilita o desenvolvimento sustentável local e a preservação do patrimônio comunitário.

**CONCLUSÕES**

## CONCLUSÕES

A Várzea detém um significativo complexo de manifestações culturais que compõem seu patrimônio. Os estudos realizados nas disciplinas do Mestrado em Museologia e Patrimônio conduziram-me para uma melhor compreensão da importância deste patrimônio, principalmente do Casarão da Várzea, objeto central desta pesquisa, e da participação da comunidade no processo de defesa e preservação dessa Casa Histórica. Este processo contribuiu para a difusão e promoção deste espaço e das manifestações culturais locais. Assim, como fortaleceu as atividades comerciais e culturais realizadas em seu entorno.

Os grupos culturais identificados por esta pesquisa e pelos inventários participativos realizados pela UFPE, utilizam os espaços do Casarão, quando possível, e de seu entorno para realização de suas atividades culturais. Os principais eventos que ocorreram nesses espaços foram: o Festival de Inverno da Várzea, as oficinas de percussão e ensaios do Maracatu Real da Várzea, festas organizadas pelo Movimento Salve o Casarão da Várzea, saraus, rodas de diálogos, festival da cultura canábica, dentre outras atividades. Com isso, o local passou a ser identificado por parte de moradores, estudantes e visitantes como um espaço de grande diversidade cultural e de lazer utilizado por pessoas das mais variadas classes sociais. Um dos principais usos do Casarão e do seu entorno, constituído pela Praça, Rua da Feira e o Pátio das Igrejas, são as festas.

A realização desta pesquisa contribuiu para compreender as relações entre as manifestações culturais e o Casarão e seu entorno, bem como os valores atribuídos aos bens culturais e sua importância para a história, a memória e a construção de identidades coletivas e individuais.

A patrimonialização do Casarão da Várzea e do seu entorno resultou na valorização do Sítio Histórico Praça da Várzea. Este Sítio é composto de zona rigorosa de preservação e zona de preservação ambiental da qual o Casarão faz parte e deve ser também preservado. No processo de patrimonialização não foi reconhecido o valor de seus atributos botânicos. Este patrimônio foi reconhecido pelos moradores que lutam pela defesa e preservação de seu patrimônio integral.

A participação popular é um dos elementos importantes para a defesa e preservação do Casarão e do seu entorno. A ação dos movimentos populares em torno do direito à cidadania cultural torna-se um meio pelo qual as decisões sobre os usos sociais desses espaços da cidade devem ter a participação dos cidadãos e cidadãs. A Várzea é um bairro

que abriga um conjunto de bens culturais e que, devido às ações de movimentos sociais, vem discutindo a importância do seu patrimônio e como estes podem ser utilizados.

Para que a Várzea seja culturalmente qualificada é necessário que a Prefeitura da Cidade do Recife, ao desenvolver qualquer projeto, estabeleça um canal de diálogo com a comunidade. Dessa forma, a população deve ser reconhecida como um dos principais sujeitos, pois mantém uma relação cotidiana com esse patrimônio. Ao focar nesta pesquisa o Casarão da Várzea e o seu entorno percebemos a relevância da participação popular na defesa e preservação do patrimônio cultural da Várzea.

Uma instituição que tem contribuído para a promoção e difusão desse patrimônio é a UFPE, com o desenvolvimento de ações de extensão, a exemplo dos inventários participativos, e outras atividades de extensão. Com isso, a UFPE contribui na conscientização da população da Várzea acerca da importância da preservação dos bens culturais para as gerações do presente e do futuro, possibilitando o exercício da cidadania cultural.

Outras ações importantes para a promoção, difusão e preservação do patrimônio cultural da Várzea são as iniciativas de pesquisadores, artistas e profissionais liberais que apresentaram projetos junto aos órgãos estatais de fomento à cultura. Estes projetos visam a conservação e restauração do Casarão Histórico da Várzea, a criação de um museu vivo para preservação do patrimônio imaterial, a difusão do som da rabeça pelo Forró de Cabeça e de educação patrimonial.

O Casarão Várzea é uma Casa Histórica representativa de um estilo arquitetônico de uma época, na qual aconteceram diversos eventos que a caracterizaram como espaço cultural de disputa política com o seu processo de patrimonialização. Este processo não garantiu sua preservação. Outro fato observado que traz elementos para compreendermos que uma ação estatal, ou a falta dela, pode levar a degradação de um bem patrimonial, e que a ação da população em torno da preservação deste espaço foi um fator que fortaleceu a ideia de pertencimento e valorização do lugar. Neste contexto, percebemos a importância da participação popular que ao realizar ações que visam a defesa e preservação deste espaço e a organização política em torno dessa pauta apontaram para diversos elementos da cidadania cultural.

O processo de apropriação do Casarão da Várzea pelas manifestações culturais contribuiu para sua promoção, difusão e preservação, direcionou minhas reflexões sobre como as teorias museológicas nos ajudam a compreender esse processo, e partir delas quais alternativas podem ser acionadas. Diante de todo o complexo cultural em que o Casarão está

inserido, sua possível transformação em Museu Comunitário pode se configurar em mais um elemento que garanta a preservação deste patrimônio.

Os movimentos culturais do bairro da Várzea utilizam o patrimônio como estratégia de defesa de suas práticas socioculturais, pois o patrimônio representa as identidades e memórias da comunidade. É uma forma de valorização dos atributos estéticos, arquitetônico, histórico e social, além disso contribui para o desenvolvimento sustentável local.

A gestão desse patrimônio deve ter o caráter participativo, não apenas nos usos, mas também nos processos de identificação e de promoção de suas manifestações culturais e na preservação de sua diversidade. Estimular as práticas socioculturais, valorizar os saberes locais, os modos de vida dos moradores da comunidade, pode garantir a autonomia e protagonismos dos atores e sujeitos sociais engajados com as ações de acesso e usos de seus patrimônios.

Esta pesquisa servirá como fonte de informações para subsidiar futuros trabalhos que enfoquem o patrimônio cultural da Várzea. Espera-se que possa também contribuir para ampliar o conhecimento da comunidade do bairro da Várzea em relação ao seu patrimônio além de servir de referência para o estudo da Museologia da UFPE e para o Minter em Museologia e Patrimônio da UNIRIO/MAST/UFPE.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, M.; SERRES, J. Casa-Museu, Museu-Casa ou Casa Histórica : um lugar de memórias. **Revista VOX MUSEI** Arte e Patrimônio. Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, ano 1, n. 1, jan.- jun., p. 38-47, 2016. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/voxmusei/article/view/6748/3939>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- ALBUQUERQUE, Marcos. **Arraial Novo do Bom Jesus**: consolidando um processo, iniciando um futuro. 1ª ed. Editora Graftorre, Recife, 1997.
- ALVES, Anni Carolyne. Entrevista. **Jornal do Commercio**. <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/02/16/movimento-salve-o-casarao-da-varzea-promove-acao-cultural-e-reativa-horta-comunitaria-371613.php>. Acesso em: 19 de fev. 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3ª ed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1973.
- ARANTES, Antonio A. Patrimônio Cultural: a dimensão urbana. **Habitus**. Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan/jun. 2006.
- ARRAES, Marília. Entrevista. **Jornal Folha de Pernambuco**. <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/marilia-quer-revitalizar-casarao-da-varzea-objetivo-e-recuperar-espacos-e-incentivar-trabalho/19879/>. Acesso em: 17 de fev. 2021.
- ARRUDA, Manuel José. Entrevista. Chale de 110 anos será restaurado na Várzea. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 ago. 2015. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/08/chale-de-110-anos-sera-restaurado-na-varzea.html>. Acesso em: 03 de set. 2019.
- BANDEIRA, Elcia de Torres. Nassau no Recife: aspectos culturais da ocupação do espaço urbano. In: **Tempo dos Flamengos & Outros Tempos**. ANDRADE, M. C; FERNADES, E. M.; CAVALCANTI, S. M. (Orgs.). Editora Massangana. Brasília/CNPq: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p. 53-63.
- BARBOSA, Virginia. **Hospital Magitot**. Recife, Biblioteca Blanche Knopf, Fundação Joaquim Nabuco, 2013, disponível em <https://pesquisaesolar.fundaj.gov.br>. Acesso em: 21 de set. 2020.
- BORBA, Cristiano. Entrevista. Chale de 110 anos será restaurado na Várzea. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 ago. 2015. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/08/chale-de-110-anos-sera-restaurado-na-varzea.html>. Acesso em: 25 de mar de 2019.
- BORGES, Luiz C. Museu e cidade: travessias na arena simbólica-política. **Revista Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: PPG-PMUS Unirio/Mast, vol. 7, n. 1, p. 223-248, 2014.
- BORGES, Luiz carlos. Museu e memória na construção de metarrealidades. **Actas del XXII Encuentro del ICOFOM LAM**. Nuevas tendencias para la museologia em Latinoamérica/Anónimo. 1ª edición especial, ciudad Atonóma de Buenos Aires. ICOM, Argentina, 2015. P. 224-254

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) <acesso em 21/09/2020.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257/2001. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 21 de set. 2020

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.); ARAÚJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo Pinacoteca do Estado, v.1, 2010.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade**: a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco, (Dissertação de Mestrado) em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro MAST, Rio de Janeiro, 2012, 184 f.

CARVALHO, Marcus. **Os caminhos do rio**: negros canoieiros do século XIX. **Afro-Ásia**, 19/20, 1997, p. 75-93.

CARVALHO, Léa Therezinha Alves de. **O Espírito do Lugar**: Articulações entre patrimônios na paisagem edificada do jardim Botânico do Rio de Janeiro. Orientadora: Tereza Cristina Molleta Scheiner. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

CARVALHO, Luciana Menezes; SCHEINER, Tereza. Quando um conceito delimita o campo: reflexões sobre a importância do processo de construção do fenômeno museu para a museologia. **Actas del XXII Encuentro del ICOFOM LAM**. Nuevas tendencias para la museologia em Latinoamérica/Anónimo. 1ª edición especial, ciudad Autónoma de Buenos Aires. ICOM, Argentina, 2015. P. 80-102.

CAYER GIRALDO, Nelson Alexis. **Musealização da Casa 4-44, Bogotá, D. C, Colômbia**. Orientadora: Tereza Cristina Molleta Scheiner. Rio de Janeiro, 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

CAYER, N.; SCHEINER, T. Casas Históricas e museus-casa: conceitualização e desenvolvimento. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 16, n. 2, e20200108, 2021. p. 1-17.

CHAGAS, M. S. Um Novo (Velho) Conceito de Museu. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v. 1, n. 2, p. 183-192, jul./dez., 1985.

CHAGAS, M. S. **Casas e portas da memória e do patrimônio**. In: Jô Gondar; Vera Dodebei (Orgs.). O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. P. 115-132.

CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla. **Território, Museus e Sociedade práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Unirio, Brasília: Instituto Brasileiro dos Museus, 2018.

CHAGAS, M. S. FRANCISCO, D. M. Casa da Flor – experimento, poesia e memória: um olhar museal. In; GRANATO, M.; Scheiner, T. (org.). **IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola (IV SIAM)**, 1ª ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013, v. 1, p. 152-161.

- CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. 6ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1981.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução, Bruno Brulon Soares; Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.
- FARIAS FILHO, Alexandre Vasconcelos de Moura Farias et al. Memória Viva: a construção do inventário participativo de bens patrimoniais da Várzea, Recife, PE, In: **Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio** v.2 p. 79-89, 2019.
- FERRALC, Beta. Entrevista. Lendas e Aparições do bairro da Várzea. **Laboratório de produção cultural comunitária**. [https://www.mapacultural.pe.gov.br/files/space/429/lendas\\_e\\_aparicoes\\_no\\_bairro\\_da\\_varzea\\_2.0.pdf](https://www.mapacultural.pe.gov.br/files/space/429/lendas_e_aparicoes_no_bairro_da_varzea_2.0.pdf). Acesso em: 19 de nov. 2021.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Olympio; Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, 1985.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2.: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. Ilustrações de Lula cardoso Ayres, M. Bandeira, Carlos Leão e do autor. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro. Zahar, 2006.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Cidade: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 23. IPHAN, 1994, p 94-115.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. 256 p.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana; tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília, 1995
- IPHAN. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Cristina C. Oliveira. Itapevi, SP: Nebli, 2006.
- KÜHL, Beatriz M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. V. 18, n. 2 p. 287-320. Jul-dez, 2010.

LIMA, D. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Ciência da Informação**, Revista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, v. 42, n. 3, 2013b. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1369/1548>. Acesso em: 28 fev. 2018.

LOUREIRO, M. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: 3.º SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE MUSEOLOGÍA, 2012, Madrid, **Series de Investigación Iberoamericana en Museología**. ASENSIO, Mikel; ASENJO, Elena; CASTRO, Yone (Ed.). Madrid: v.7, ano 3, 2012. p.203-213. Disponível em: <https://sites.google.com/site/mikelasensiobrouard/iii-siam>. Acesso em: 19 set. 2018.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife. In: **O Recife: quatro séculos de sua paisagem**. MAIOR, M. S.; SILVA, L. D. Silva (Org.). Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1992. p. 193-225.

MELLO, José A. Gonsalves de. Capunga: crônica de um bairro recifense. In: COSTA, F A. Pereira da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1981. p. 143-161.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. In: **CJ Arquitetura**, Rio de Janeiro, nº19, 1978.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; Souza, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.

MESSIAS, Elizama Pereira. **Quebrando Muros e Construindo Pontes: O Patrimônio e a Museologia Social como Possibilidades da Fortalecer a Relação entre Escola e Comunidade**. Curso de Pós-Graduação LatoSensu em Museus, Identidades e Comunidades. Escola de Inovação e Políticas Públicas. Fundaj. Recife, 2020. 96 p.

MORAES, Camila Maria dos Santos. **Um Museu para Experimentar**. In: CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla. Território, Museus e Sociedade práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Unirio, Brasília: Instituto Brasileiro dos Museus, 2018. p. 267-284.

MORAIS, I A L et al. Circuito de Museus: a experiência em Recife, Pernambuco, Brasil (2016). **Em Extensão**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 131-152, jan./jun. 2018.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), vol. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 19 set. 2019.

NUNES, Terezina. Entrevista. Casarão secular da Várzea em ruínas. **Jornal do Commercio**. <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2014/11/21/casarao-secular-da-varzea-em-ruinas-157123.php>. Acesso em: 05 de jan.2020.

PEREIRO, Xerardo. **Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura**. In: ADRA, Revista dos socios e socias do Museo do Pobo Galego, nº 1, p. 23-41, Santiago de Compostela, 2006. Disponível em <http://museodopobo.gal/web/uploads/pdf/Revista%20Adra%201.pdf>. Acesso em 25 Abr 2020.

PROENÇA LEITE. Rogério PEIOTO, Paulo. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da cidade do Porto. **Cadernos Metrôpoles**, n. 21, 2009. p. 93-104.

RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres. Comunidade do Arruado do antigo Engenho do Meio, Universidade e ações educativas. XX Congresso da Sociedade de Arqueologia. **Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos**. Pelotas-RS, 2019.

RECIFE. **Lei nº 16.176/1996** – Lei do Uso e Ocupação do Solo. Disponível em: [leismunicipais.com.br/lei-organica-recife-pe](http://leismunicipais.com.br/lei-organica-recife-pe). Acesso em 19 abril 2020

RECIFE. **Lei nº 17.511/2008** – Promove a Revisão do Plano Diretor do Município do Recife. Disponível em: [leismunicipais.com.br/lei-organica-recife-pe](http://leismunicipais.com.br/lei-organica-recife-pe). Acesso em 19 abril 2020

RESENDE, Antonio Paulo. **Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo o tombamento das Casas Históricas. História e Patrimônio: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34. IPHAN, 2012. p. 223-247.

RÚSSIO, W. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.) **Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Gleison Luiz dos (TANK DA VÁRZEA). Entrevista. No período eleitoral, Casarão da Várzea tem projeto que não contempla a comunidade. CARVALHO, Ellen e RAVENA, Monyse. **Jornal Brasil de Fato**. <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/23/no-periodo-eleitoral-casarao-da-varzea-tem-projeto-que-nao-contempla-a-comunidade>. Acesso: 08 de set. de 2021.

SANTOS, Gleison Luiz dos. Entrevista. **Jornal do Commercio**. <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/02/16/movimento-salve-o-casarao-da-varzea-promove-acao-cultural-e-reativa-horta-comunitaria-371613.php>. Acesso em: 19 de nov. 2020.

SCARPELINE, R. Lugar de morada versus Lugar de memória: a construção museológica de uma Casa Museu. **Revista Musear**. Revista do Departamento de Museologia da Universidade de Ouro Preto, ano 1, n. 1. p. 77 – 91, jun. 2012. Disponível em: [https://issuu.com/simiaocastro/docs/revista\\_musear\\_-\\_final\\_-\\_ano\\_1\\_\\_n\\_mero\\_1\\_\\_junho\\_](https://issuu.com/simiaocastro/docs/revista_musear_-_final_-_ano_1__n_mero_1__junho_). Acesso em: 24 de junho de 2021.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MEDEIROS, Helen M. Palmeira; COSTA, Eveline Carvalho da. O Inventário dos Jardins de Burle Mar no Recife. **Paisagem Ambiente: ensaios**, nº 27, São Paulo, 2007. p. 171-178.

SCHEINER, T. C. M.; DECAROLIS, N. ASTUDILLO, L. (Org.) . *Museus, Espaço e Poder na América Latina e Caribe*. 1a. ed. Quito, Equador: UNESCO/ICOM - Consejo Nacional de Cultura, 1994. v. 200.

SCHEINER, T. C. M.; MATTOS, R. C.; CAMPOS, M. D.; MAGNANINI, C. (Org.). *Interação Museu-comunidade pela Educação Ambiental*. 1a.. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tacnet Cultural Ltda., 1991. v. 200. 200p .

SCHEINER, T. C. M.. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. In: II Encontro Anual do ICOFOM LAM - Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe, 1993, Quito, Equador. Anais do II ICOFOM LAM. Quito, Equador: ICOM/UNESCO - OEA, 1993. p. 96-111.

SCHEINER, T. C. M. Museos, espacio y poder. In: II Encuentro del ICOFOM LAM - Subcomité Regional del ICOFOM para Latinoamérica y el Caribe, 1993, Quito, Equador. Anais do II ICOFOM LAM. Quito, Equador: OEA / ICOM LAC, 1993. p. 99-100.

SCHEINER, T. C. M.. Society, Culture, Heritage and Museums in a Country called Brazil. In: X Annual Conference of the International Committee on Museology - ICOFOM, 1988, Hyderabad, India. ICOFOM STUDY SERIES, 1988. v. 14. p. 179- 193.

SCHEINER, T. C. M.. Memória, Museus e Território. Boletim Memória da Eletricidade, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, agosto 88, p. 2-3, 1988. SCHEINER, T. C. M.; ROCHA, M. L. N. É possível a existência de um museu sem objetos? Boletim Memória da Eletricidade, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, out. 1987, p. 3-3, 1987.

SCHEINER, T. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

SCHEINER, Teresa. O Museu como processo. In: **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa**. 2008, BITTENCOURT, José Neves (Org.); JULIÃO, Letícia (Coord.). Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, p. 37 - 49, 2008. Disponível em: [http://www.cultura.mg.gov.br/files/museus/1caderno\\_diretrizes\\_museologicas\\_2.pdf](http://www.cultura.mg.gov.br/files/museus/1caderno_diretrizes_museologicas_2.pdf). Acesso em: 19 set. 2019.

SCHEINER, Teresa. **Imagens do “não lugar”**: Comunicação e os novos patrimônios. Orientador: Priscila de Siqueira Kuperman. 2004. 318 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). 2004. Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Rio de Janeiro. 2004. (não publicada).

SCHEINER, T. C. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas** Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

SCHEINER, Teresa. O Museu como processo. In: **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa**. 2008, BITTENCOURT, José Neves (Org.); JULIÃO, Letícia (Coord.). Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, p. 37 - 49, 2008. Disponível em: [http://www.cultura.mg.gov.br/files/museus/1caderno\\_diretrizes\\_museologicas\\_2.pdf](http://www.cultura.mg.gov.br/files/museus/1caderno_diretrizes_museologicas_2.pdf). Acesso em: 19 set. 2019.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SETTE, Mario. **História Pitoresca do Recife Antigo**. 2ª ed. Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1952.

SILVA SOBRINHO, Marcos Ferreira da. **Várzea: lembranças de um tempo que se foi**. Recife, Ed. do Autor, 2012.

SILVA, Well Carlos da. Entrevista. **Jornal do Commercio**. <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/02/16/movimento-salve-o-casarao-da-varzea-promove-acao-cultural-e-reativa-horta-comunitaria-371613.php>. Acesso em: 19 de nov. 2020.

SOARES, B.; SCHEINER, T. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa. In: **X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB. 2009**, João Pessoa. Anais. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3311/2437>. Acesso em: 15 nov. 2021.

TAMAR, Priscila. Entrevista. **Jornal do Comercio**. <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2016/09/28/mppe-recomenda-suspensao-de-obra-no-entorno-do-casarao-da-varzea-254709.php>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

VARINE, Hugues de. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. Cadernos **CEOM**; v. 27, nº 41, 2014.

VASCONCELOS, Rosália. Chalé de 110 anos será restaurado na Várzea. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 ago. 2015. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/08/chale-de-110-anos-sera-restaurado-na-varzea.html>. Acesso em: 08 de set. de 2019.

VELOSO, Lorena. Entrevista. Chalé de 110 anos será restaurado na Várzea. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 ago. 2015. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/08/chale-de-110-anos-sera-restaurado-na-varzea.html>. Acesso: 20 de jan. 2020.

VIERA, Natália Miranda. Autenticidade x Exploração: imagética do patrimônio cultural. **Ilha Revista de Antropologia**. UFSC, 2007, p. 275-294.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.5, n. 1, p. 137-152. 2009.

### Sites

<https://br.pinterest.com/pin/613545149219233586/>

<https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2005>

<https://euliricoeu.wordpress.com>

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20768>

<https://www.facebook.com/recantigo/posts/2392053860935150/>

<https://slideplayer.com.br/slide/1560954/>

<https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1450291461778066/2905030479637483>

<http://engenhosdepernambuco.blogspot.com>

<https://www.dehonianosbre.org.br/paroquia/paroquia-nossa-senhora-dorosario--recife--pe>

<https://www.santacasarecife.org.br/unidades/educandario-magalhaes-bastos/>

[https://www.mapacultural.pe.gov.br/files/space/429/lendas\\_e\\_aparicoes\\_no\\_bairro\\_da\\_varzea\\_2.0.pdf](https://www.mapacultural.pe.gov.br/files/space/429/lendas_e_aparicoes_no_bairro_da_varzea_2.0.pdf)

<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/minhacidade/17.198/6389>

<http://engenhosdepernambuco.blogspot.com/2015/06/canavial-o-engenho-sao-joao.html>

<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/literatura/noticia/2017/02/05/ignacio-loyola-brandao-conta-a-historia-do-grupo-cornelio-brennand-269405.php>

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018>

<https://www.facebook.com/recantigo/photos/>

<http://ironhouse.com.br>

<https://poraqui.com/varzea/tres-previas-para-curtir-o-carnaval-sem-sair-da-varzea-no-fim-de-semana/>

[https://www.researchgate.net/publication/276846527\\_O\\_inventario\\_dos\\_jardins\\_de\\_Burle\\_Marx\\_no\\_Recife/fulltext/55d905b208ae9d65948fa05a/O-inventario-dos-jardins-de-Burle-Marx-no-Recife.pdf](https://www.researchgate.net/publication/276846527_O_inventario_dos_jardins_de_Burle_Marx_no_Recife/fulltext/55d905b208ae9d65948fa05a/O-inventario-dos-jardins-de-Burle-Marx-no-Recife.pdf)

<https://pt-br.facebook.com/pg/euamoavarzea/photos/>

<https://www.google.com.br/earth/index.html>

<https://poraqui.com/varzea/praca-da-varzea-um-quase-projeto-do-paisagista-burle-marx/>

<https://www.transportes-daniel.blog.br>

<https://revista.algomas.com>

<https://www.brasildefatope.com.br>

<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/04/09/movimento-salve-o-casarao-da-varzea-promove-acao-cultural--230264.php>

<https://www.facebook.com/salveocasaraodavarzea>

<http://arraialvarzeano.blogspot.com/2014/08/intervencoes-artistico-culturais.html>

<https://www.google.com/maps>

<https://poraqui.com/varzea>

<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2016/09/28/mppe-recomenda-suspensao-de-obra-no-entorno-do-casarao-da-varzea-254709.php>

<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/02/16/movimento-salve-o-casarao-da-varzea-promove-acao-cultural-e-reativa-horta-comunitaria-371613.php>